

Parte I

Situando o campo

Esta parte inicia-se com a história e as tradições dos métodos qualitativos nas ciências sociais e humanas, para então voltar-se para a pesquisa-ação e a relação existente entre as universidades e a sociedade. Em um segundo momento, são levantadas questões que envolvem as responsabilidades social, política e moral do pesquisador, assim como a ética e a política da investigação qualitativa.

História e tradição

O Capítulo 2, de Arthur Vidich e Stanford Lyman, e o Capítulo 3, de Daryld Greenwood e Morton Levin, revelam a profundidade e a complexidade das perspectivas da pesquisa qualitativa tradicionais e aplicadas que são consciente e inconscientemente herdadas pelo pesquisador no papel de *bricoleur* interpretativo.¹ Essas tradições situam o investigador em um sistema de discurso histórico (e organizacional), o qual serve para guiar e para restringir o trabalho interpretativo realizado em qualquer estudo específico.

Vidich e Lyman mostram a extensão da tradição metodológica desde os gregos aos interesses dos ocidentais dos séculos XV e XVI nas origens de culturas primitivas; à etnologia colonial relacionada aos povos da Espanha, da Inglaterra, da França e da América; a diversas transformações ocorridas no século XX nos Estados Unidos e na Europa. Ao longo desta história, os usuários da pesquisa qualitativa têm demonstrado compromissos com um pequeno conjunto de convicções, incluindo o objetivismo, o descontextualizar a experiência e uma disposição para fazer interpretações teóricas sobre o que é observado.

Essas convicções suplementam a tradição positivista de cumplicidade com o colonialismo, do compromisso com a monumentalização e a produção dos textos intemporalis discutidos no Capítulo 1. O modelo colonial situava a investigação qualitativa nos discursos raciais e sexuais que privilegiavam o patriarcado branco. Conforme indicamos em nosso capítulo introdutório, não há dúvidas de que essas convicções têm sofrido ataques consideráveis recentemente. Vidich e Lyman, assim como Gloria Ladson-Billings (Capítulo 9), documentam até que ponto os primeiros pesquisadores qualitativos estiveram implicados nesses sistemas de opressão.

Greenwood e Levin desenvolvem e estendem essa linha de crítica. Eles deixam bem claro o fato de que os estudiosos têm a responsabilidade de executar um trabalho que seja socialmente significativo e socialmente responsável. As relações entre os pesquisadores, as universidades e a sociedade, de um modo geral, precisam mudar. O meio para conseguir tal transformação é a pesquisa-ação politicamente informada, a investigação comprometida com a práxis e a mudança social.

Os pesquisadores que se ocupam da pesquisa-ação têm um compromisso com uma série de práticas materiais, disciplinadas, que geram transformações radicais, democratizantes, na esfera cívica. Essas práticas envolvem o diálogo colaborativo, a tomada participativa de decisões, a deliberação democrática inclusiva e a participação e a representação mútuas de todos os partidos relevantes (Ryan e Desfano, 2000, p. 1; ver também Stringer, 1996, p. 38). Esses pesquisadores literalmente ajudam a transformar a investigação em práxis, ou ação. Os sujeitos envolvidos na pesquisa tornam-se co-participantes e cola-

horadores no processo de investigação. A pesquisa transforma-se em prática — ação prática, reflexiva, pragmática — voltada para a solução de problemas no mundo.

Esses problemas originam-se na vida dos co-participantes da pesquisa — eles não vêm de cima, por intermédio de uma grande teoria. Juntos, colaboradores e pesquisadores envolvidos na pesquisa-ação processo, eles definem em conjunto os objetivos da pesquisa e as metas políticas, constroem conjuntamente as questões da pesquisa, somam conhecimentos, aguçam habilidades comuns de pesquisa e dão forma a interpretações e a textos de *performance* que implementam estratégias específicas para a mudança social (ver Conquergood, 1998).

A ciência acadêmica do século XX foi muitas vezes incapaz de atingir metas como estas. Para Greenwood e Levin, existem várias razões para esse fracasso, entre elas estão a inabilidade de uma ciência social livre de valores, chamada de positivista, para produzir uma pesquisa social útil; a tendência crescente das corporações externas de definir as necessidades e os valores da universidade; a perda de verbas de pesquisa para as organizações de pesquisa empresariais e do setor privado; e o inchaço de infra-estruturas administrativas internas ineficientes.

Greenwood e Levin não renunciaram às práticas da ciência, mas, sim, exigem uma reformulação de seu objeto. Seu modelo de pesquisa-ação pragmática é embasada não é uma fuga da investigação científica disciplinada.² Essa forma de investigação reconecta a ciência como um projeto moral, colaborativo, comunicativo, e comunitário, centralizado no contexto. O capítulo de Greenwood e Levin é um apelo a uma ciência social crítica, uma ciência pragmática que levará a reconstrução radical das relações da universidade com a sociedade, com o Estado e com a comunidade no século XXI.

Reflexividade, responsabilidade social e a ética da investigação

As contribuições de Michelle Fine, Lois Weis, Susan Weasen e Loomun Wong (Capítulo 4) e Clifford Christians (Capítulo 5) estendem essa exigência por uma ciência social crítica moral, comprometida. Fine e colaboradores afirmam que um gran-

de volume de pesquisa qualitativa tem reproduzido um discurso colonizador do "outro", ou seja, o outro é interpretado através dos olhos e dos padrões culturais do pesquisador. Eles revisam as tradições que levaram os pesquisadores a falarem em nome do outro, especialmente aquelas relacionadas aos sistemas de convicções identificados por Vdich e Lyman, para então oferecer uma série de "histórias escritas", extraídas de seu estudo em andamento envolvendo 150 homens e mulheres pobres e da classe trabalhadora, brancos, afro-americanos, latinos e americanos de origem asiática. Essas histórias revelam o surgimento de um conjunto de dilemas intrincados de ordem ética e retórica que os pesquisadores encontraram à medida que tentavam escrever para, com e sobre esses colaboradores pobres e da classe trabalhadora.

São esses os problemas do sexo e do sétimo momento. Eles abordam as questões da voz, da reflexividade, da "raça", do consentimento informado, das histórias boas e ruins, alcançando nitidamente seu traço-de-união. A voz e a reflexividade vêm em primeiro lugar. Fine e seus co-autores empenharam-se no sentido de encontrar uma maneira de situar a si mesmos e a seus colaboradores no texto, incluindo a dívida em relação à inserção de histórias que puderam produzir um reflexo negativo sobre os pobres da classe trabalhadora, principalmente pelo fato de que os conservadores adotam histórias que mostram pessoas trapaceando para receber os auxílios da previdência. Os autores evitaram esses relatos. Além disso, esforçaram-se para descobrir uma forma de escrever sobre a "raça", uma façanha inconsciente, insatável, que também é um aspecto inapagável do eu e de sua história pessoal.

Fine e colaboradores pagaram 40 dólares por entrevista aos entrevistados. De quem é a entrevista após sua transcrição? De quem é essa história, e qual o sentido do consentimento informado quando você paga pela história? Quem está consentindo e em relação a quê, e quem está sendo protegido? O consentimento informado pode atuar contra a formação de relações abertas, compartilhadas, colaborativas. Ao mesmo tempo, como se dá esse deslocamento do pesquisador para o outro lado desse traço-de-união, essa sua transformação em defensor do colaborador? O que se perde, e o que se ganha, quando isso acontece? Como alguém consegue escrever de forma a atender as necessidades dos pobres urbanos em uma época em que, parafusando Fine e colaboradores, muitas

peças de cor deixaram de acreditar que brancos e acadêmicos possam fazer qualquer coisa boa por eles ou por suas comunidades?

Uma estrutura ética comunitária, feminista

Clifford Christians situa a ética e a política da investigação qualitativa dentro de uma estrutura histórica e intelectual mais ampla. Em primeiro lugar, ele examina o modelo iluminista do positivismo, da investigação livre de valores, do utilitarismo e da ética utilitária. Em uma ciência social livre de valores, os códigos de ética para as sociedades profissionais transformam-se no formato convencional para os princípios morais. Até a década de 1980, cada uma das principais associações de ciência social dos Estados Unidos (contemporâneas da aprovação de leis federais e promulgação de diretrizes nacionais) havia desenvolvido seu próprio código ético, enfatizando diversas diretrizes: consentimento informado, ausência de fraudes e danos psicológicos ou físicos, privacidade e confidencialidade, além de um compromisso em reunir e em apresentar materiais empíricos confiáveis e válidos. Conselhos institucionais de revisão implementaram essas diretrizes, incluindo a garantia da obtenção do consentimento informado nas pesquisas cujo tema seja os seres humanos. Porém, assim como Fine e colaboradores, Christians observa que, na realidade, esses conselhos protegem as instituições, e não os indivíduos.

Diversos acontecimentos desafiaram o modelo iluminista, incluindo as experiências médicas nazistas o Tuskegee Syphilis Study (Estudo Tuskegee sobre Sífilis) e o Project Camelot (Projeto Camelot) (na década de 1960), a fraude de Milgram envolvendo sujeitos estudados em seus experimentos de psicologia, o estudo enganoso de Humphrey sobre os homossexuais e a culpabilidade dos cientistas sociais com as iniciativas militares no Vietnã. Além disso, as acusações de fraude, de plágio, de adulteração de dados e de deturpação continuam até os dias de hoje. Christians detalha a pobreza desse modelo, o qual cria as condições para fraudes, para a invasão de espaços privados, para que os sujeitos envolvidos na experiência sejam ludibriados, e para os desafios ao valor moral e à dignidade destes (Angrosino e Pérez, Capítulo 3, Volume 3; Guba e Lincoln, 1989, p. 120-141).

Christians pede a substituição desse modelo por uma ética baseada nos valores de um comunismo feminista. Essa é uma estrutura ética emergente, em evolução, que serve como um poderoso antídoto para o sistema utilitário dos conselhos institucionais de revisão, os quais baseiam-se em fraudes. Presume uma comunidade que seja ontológica e axiologicamente prévia ao indivíduo. Essa comunidade possui valores morais em comum, e a pesquisa está enraizada em um conceito que envolve cuidado, governança compartilhada, boa vizinhança, amor, bondade e bem-estar moral. Os relatos da vida social devem mostrar esses valores e basear-se na suficiência interpretativa. Devem ter profundidade suficiente para permitir ao leitor formar uma compreensão crítica a respeito do mundo estudado. Tais textos devem exibir uma falta de estereótipos de raça, de classe e de gênero. Devem gerar críticas sociais e levar à resistência, à capacitação e à ação social; devem estimular a mudança positiva no mundo social.

No modelo comunitário, feminista, assim como no modelo de pesquisa-ação defendido por Greenwood e Levin (veja também Kemniss e McTaggart, Capítulo 11, Volume 2), os participantes têm o mesmo poder para decidirem como a pesquisa deve ser conduzida, o que deve ser estudado, que métodos devem ser utilizados, que descobertas são válidas e aceitáveis, como as descobertas devem ser implementadas e como as consequências dessa ação devem ser avaliadas. Os espaços para a discordância são reconhecidos ao mesmo tempo em que o discurso direcional em seus esforços para o entendimento mútuo, para honrar os compromissos morais.

Uma epistemologia existencial, sagrada, nos coloca em uma relação não-hierárquica, não-competitiva, com a terra, com a natureza e com o mundo em um sentido mais amplo (Bateson, 1972, p. 335). Essa epistemologia sagrada enfatiza os valores da capacidade, da governança compartilhada, do cuidado, da solidariedade, do amor, da comunidade, do pacto, do envolvimento moral dos observadores e da transformação cívica. Conforme observa Christians, essa epistemologia ética recupera os valores morais que foram excluídos pelo projeto de ciência iluminista, racional, e baseia-se em uma antropologia filosófica que declara que "todos os seres humanos merecem dignidade e um status sagrado sem distinção de classe ou etnicidade" (Christians, 1995, p. 129). Dessa postura, origina-se uma ética humana universal que

ressalta a sacralidade da vida, a dignidade humana, o dizer a verdade e a não-violência (Christians, 1997, p. 12-15). Essa ética baseia-se em protótipos da experiência local, determinados culturalmente (Christians, 1995, p. 129). Essas normas primordiais oferecem uma noção defensável "da bondade enraizada na solidariedade humana universal" (Christians, 1995, p. 129; Christians, 1997, 1998). Essa epistemologia sagrada reconhece e questiona as formas de operação da raça, da classe e do gênero enquanto importantes sistemas de opressão no mundo de hoje.

Logo, Christians delineia um caminho ético radical para o futuro. Assim, ele transcende os habituais modelos éticos de meio-termo que têm por foco os problemas associados à traição, à fraude e ao prejuízo na pesquisa qualitativa. O apelo de Christians por um modelo colaborativo de pesquisa na ciência social torna o pesquisador responsável não por uma disciplina (ou instituição) distante, mas por aquelas pessoas que estão sendo estudadas, o que serve para implementar tradições críticas, feministas e de ação que vigorosamente alinham a ética da pesquisa a uma política dos oprimidos. A estrutura proposta por Christians reorganiza os discursos existentes sobre a ética e as ciências sociais.³

Com Christians, passamos a defender uma ética comunitária, feminista, que requer relações colaborativas de confiança, não-opressivas entre os pesquisadores e aqueles que estão sendo estudados. Essa ética presume que os investigadores estejam comprometidos a reconhecer a responsabilidade pessoal, o valor da expressividade e do cuidado individuais, a capacidade de empatia e de compartilhar a emotividade (Collins, 1990, p. 216).

Notas

1. Qualquer distinção entre as tradições da pesquisa qualitativa aplicada e as da não-aplicada é, de certa forma, arbitrária. Em ambos os casos, estamos lidando com tradições eruditas. Cada uma delas possui uma longa história e traz implicações fundamentais para a teoria e a mudança social. Uma pesquisa teórica de boa qualidade também deve ter relevância e implicações aplicadas. Ocasionalmente, afirma-se que a pesquisa aplicada e a pesquisa-ação são pesquisas não-teóricas, mas até mesmo essa conclusão pode ser contestada, como demonstram Kemmis e McTiggar no Capítulo 11 do Volume 2.

2. Desenvolveremos uma ideia de ciência sagrada, no Capítulo 14.
3. Dada a estrutura de Christians, existem principalmente dois modelos éticos: o utilitário e o não-utilitário. Entretanto, historicamente, e mais recentemente, os pesquisadores têm adotado uma destas cinco posturas éticas: absolutista, consequencialista, feminista, relativista ou fraudulenta. Muitas vezes, há uma fusão entre essas posturas. Para a postura absolutista, qualquer método que contribua para a autoconhecimento de uma sociedade é aceitável, mas deve-se estudar apenas a conduta na esfera pública. O modelo fraudulento diz que qualquer método, incluindo o emprego de mentiras e de distorções, é justificável em nome da verdade. Segundo a postura relativista, os pesquisadores têm liberdade absoluta para estudar o que desejarem; os padrões éticos são uma questão de consciência individual. A estrutura comunitária, feminista, proposta por Christians, aperfeiçoa um esquema contextual-consequente que enfatiza o respeito mútuo, a não-coerção, a não-manipulação e a defesa dos valores democráticos (ver Guba e Lincoln, 1989, p. 120-141; House, 1990; Smith, 1990; Collins, 1990, p. 216; Mitchell, 1993).

Referências

- Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballantine.
- Christians, C. G. (1995). The naturalistic fallacy in contemporary interactionist/interpretive research. *Studies in Symbolic Interaction: A Research Annual*, 19, 125-130.
- Christians, C. G. (1997). The ethics of being in a communications context. In C. G. Christians & M. Traber (Eds.), *Communication ethics and universal values* (pp. 3-23). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Christians, C. G. (1998). The sacredness of life. *Media Development*, 45(2), 3-7.
- Collins, P. H. (1990). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge.
- Conquergood, D. (1998). Health theatre in a Hong Kong fugee camp: Performance, communication and culture. In J. Cohen-Cruz (Ed.), *Radical street performance: An international anthology* (pp. 220-229). New York: Routledge.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1989). *Fourth generation evaluation*. Newbury Park, CA: Sage.
- House, E. R. (1990). An ethics of qualitative field studies. In E. G. Guba (Ed.), *The paradigm dialog* (pp. 158-164). Newbury Park, CA: Sage.
- Mitchell, R. J., Jr. (1993). *Secrecy and falshwork*. Newbury Park, CA: Sage.

- Ryan, K., & Desjarlais, L. (2000). Introduction. In K. Ryan & L. Desjarlais (Eds.), *Exclusion in a democratic society: Deliberation, dialogue and inclusion* (pp. 1-20). San Francisco: Jossey-Bass.
- Smith, L. M. (1990). Ethics, field studies, and the paradigm crisis. In E. G. Guba (Ed.), *The paradigm dialog* (pp. 139-157). Newbury Park, CA: Sage.

- Stringer, E. T. (1996). *Action research: A handbook for practitioners*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Métodos qualitativos

Sua história na Sociologia e na Antropologia

Arthur J. Vidich e Stanford M. Lyman

A sociologia moderna assumiu a missão da análise e da compreensão da conduta padronizada e dos processos sociais da sociedade, além dos fundamentos nos valores e nas atitudes de que dependem a participação individual e coletiva na vida social. Para cumprir as tarefas relacionadas a essa missão, pressupõe-se que o sociólogo tenha as seguintes características:

1. A habilidade para perceber e contextualizar o mundo de sua própria experiência, bem como a capacidade de projetar uma conceitualização metateórica naqueles contextos da vida e das instituições sociais com os quais ele ainda não tenha tido uma experiência direta. O sociólogo necessita de uma sensibilidade e de uma curiosidade tanto em relação ao que é visível quanto ao que não é visível à percepção imediata — e uma autocompreensão suficiente para possibilitar uma empatia com os papéis e com os valores dos outros.
2. A habilidade de se desligar dos valores particulares e dos interesses especiais de grupos organizados a fim de adquirir um nível de compreensão que não dependa de compromissos *a priori*. Para cada indivíduo e para cada grupo, as ideologias e as crenças definem

a distinção entre o bom e o mau, levando a orientações não-sociológicas, mas convencionais como as que estão presentes no julgamento cotidiano e na tomada de decisões. A tarefa do sociólogo na etnografia é não apenas fazer parte desses pensamentos e dessas ações, como também entendê-los em um alto nível de conceitualização.

3. Um grau suficiente de distanciamento social e pessoal das normas e dos valores predominantes para poder analisá-los com objetividade. Geralmente, a habilidade de se entregar à auto-objeção é suficiente para gerar a qualidade de orientação necessária para que um indivíduo seja um antropólogo ou sociólogo etnográfico.

A pesquisa social etnográfica qualitativa, portanto, requer uma atitude de desligamento em relação à sociedade que permite ao sociólogo observar a conduta do eu e dos outros, entender os mecanismos dos processos sociais e compreender e explicar por que os atores e os processos são como são. A existência dessa atitude sociológica é um pressuposto de qualquer discussão significativa sobre os métodos apropriados para a investigação etnográfica (Adler, Adler e Fontana, 1991; Hammett, 1992).

A sociologia e a antropologia são disciplinas que se originaram na preocupação de compreender o "outro", mas que, no entanto, também possuem um compromisso com a compreensão do eu. Se, dando prosseguimento aos princípios do interacionismo simbólico, admitimos que o outro pode ser compreendido apenas como parte de uma relação com o eu, possivelmente sugeriremos uma abordagem diferente para a etnografia e o uso dos métodos qualitativos, uma abordagem que imagine o observador como alguém que possua uma auto-identidade que é, por definição, recriada em sua relação com o observado — o outro, quer esta ocorra em outra cultura ou naquela do observador.

A tarefa de pesquisa, como um todo, exige tanto o ato de observar quanto o de comunicar a análise dessas observações aos outros (para mais informações sobre obras que descrevem como realizar essa tarefa, ver Johnson, 1973; Schatzman e Strauss, 1973; ver também Priant, 1986). As relações que surgem entre esses processos não são apenas os determinantes do caráter do produto final da pesquisa, mas também a arena dos métodos sociológicos menos tratáveis para a compreensão convencional. O processo de coleta de dados nunca pode ser descrito em sua totalidade, porque essas "histórias do campo" são, por si só, parte de um processo social em andamento que em sua experiência dia a dia, minuto a minuto, desafia a reconstrução. Ter como objetivo a elaboração de uma descrição total do método de coleta de dados seria uma atitude que deslocaria a estrutura da referência etnológica, substituindo, na realidade, o meio pelo fim. Essa substituição ocorre quando a exatidão no relato dos métodos de pesquisa ganha prioridade sobre a solução para problemas sociológicos reais.

Na verdade, normalmente descreve-se um método específico de pesquisa como um relato retrospectivo, ou seja, um relatório escrito após o término da pesquisa. Esse fato, que tantas vezes deixa de ser reconhecido, serve para ilustrar o papel do processo de pesquisa no qual os atos de observação encontram-se temporariamente separados da descrição de como eles foram executados. Esses ensaios na metodologia são reconstruções da realidade etnográfica; eles aproveitam a experiência original, abreviando-a em uma série de imagens que, embora tenham a pretensão de ser uma descrição do verdadeiro método da pesquisa, são um exemplo de um livro-texto ideal.

Para esclarecer esse ponto, podemos recorrer a uma comparação entre o mundo de um sociólogo, tipicamente "científico" e aquele de artistas como pintores, romancistas, compositores, poetas, dançarinos ou mestres no xadrez. Ao observar um quadro, ao ouvir uma música, ao ler um romance, ao recitar um poema, ao assistir a um jogo de xadrez ou à apresentação de uma bailarina, o indivíduo tem a experiência de uma produção concluída, a "região de fronteira", como define Goffman (1959, p. 107). O método parece ser inerente à forma concluída (Goffman, 1949, p. 48-77). O mais convencional seria dizermos que o método — de composição musical e literária, de pintura, de exibição, ou do que quer que seja — é uma parte intrínseca da habilidade do criador, sem a qual a criação não poderia ocorrer. Caso alguém perguntasse ao artista, "Como você fez isso? Fale sobre seu método", sua resposta exigiria um ato de reconstrução *ex post facto*: o método de descrever o método. Porém, a produção original ainda conservaria sua integridade primordial; esta não pode ser alterada sejam quais forem as conclusões que venham a ser extraídas de discussões posteriores a respeito da forma como ela foi realizada. Quanto aos métodos sociológicos, Robert Nisbet (1977) lembra:

Enquanto eu me dedicava a explorar algumas das fontes da sociologia moderna, [me ocorreu] que nunca se chegou a nenhum dos grandes temas que representam um desalto contínuo e também um fundamento teórico para os sociólogos ao longo do século passado através de nada que se assemelhasse ao que hoje gostamos de identificar como "método científico". Ou seja, o tipo de método repleto de apêndices à análise estatística, ao esboço de problemas, hipóteses, à verificação, à reprodução, à construção da teoria, cuja descrição encontramos nos livros-texto e nos cursos de metodologia. (p. 3)

A partir da observação incísta de Nisbet, podemos concluir que o método em utilização para a produção de um estudo sociológico acabado é único para aquele estudo e que este não pode ser nem descrito nem reproduzido da maneira como de fato ocorreu. A possibilidade de os investigadores de grandes grupos sociais empregarem diferentes tipos de material com dados — documentos para o historiador, relatórios quantificados para o demógrafo, ou percepção direta

de uma parcela da sociedade para o etnógrafo — não altera o fato de que os cientistas sociais são observadores. Como observadores do mundo, eles também participam deste; suas observações, portanto, são feitas dentro de um esquema mediado, ou seja, um esquema de símbolos e significados culturais oferecido a eles por aspectos de suas histórias de vida que eles trazem para o ambiente observacional. Ficar à espera de cada método de pesquisa é a equação pessoal formada ao ambiente pelo observador individual (Clifford, 1986). Nesse sentido fundamental, todos os métodos de pesquisa são, no fundo, qualitativos, sendo esse ponto, igualmente objetivo: o emprego de dados quantitativos ou de procedimentos matemáticos não elimina o elemento intersubjetivo que representa a base da pesquisa social. A objetividade consistirá não em um método *per se*, mas na formulação do problema da pesquisa e na disposição dos pesquisadores de dedicarem-se a esse problema onde quer que os dados e suas imagens possam levá-los (Vidich, 1955; Fontana, 1980; Goffman, 1974). Se, nesse sentido, toda a pesquisa é qualitativa — pois o observador encontra-se no centro do processo de pesquisa — isso significa que as descobertas geradas pelo método não são mais do que a realidade peculiar de cada observador (Atkinson, 1990)?

Uma maneira simples de responder a essa questão está no fato de que nós julgamos por nós mesmos, e esse julgamento obedece a um padrão que busca definir se o trabalho transmite ou nos "diz" algo — ou seja, se ele estabelece ou não uma ligação com nossa realidade? Fornece-nos insights que ajudam a organizar nossas próprias observações? Ele nos lembra nossa imagem de mundo? Ou oferece uma incursão tão poderosa nesse mundo que nos vemos obrigados a reexaminar o que há muito supúnhamos ser verdade em relação ao nosso mundo de vida?

Ou ainda, em outras palavras, se o método utilizado não é a questão a partir de que padrões conseguimos avaliar o valor da perspectiva sociológica (Gallner, 1979)? Cada um tem liberdade para julgar o trabalho dos outros e para aceitá-lo ou rejeitá-lo caso este não transmita algo significativo em relação ao mundo; sendo que aquilo que é significativo para uma pessoa não necessariamente o será para outra.

Na atualidade e em um futuro próximo, a desintegração dos valores comuns, que praticamente vem ocorrendo em um nível mundial, e uma desconstru-

ção das sociedades baseadas no consenso despertam e despertarão o reconhecimento da existência de diversas realidades concorrentes — fato este que apresentaria problemas até então desconhecidos pela sociologia. Na realidade, essa situação estabelece uma condição na qual o número de possíveis perspectivas teóricas a partir das quais o mundo, ou qualquer parte deste, pode ser observado sociologicamente condiciona-se apenas ao número das visões científicas do mundo existentes. Quanto aos sujeitos potenciais de investigação, suas visões são limitadas somente pela diversidade de crenças religiosas, ideológicas ocupacionais e profissionais; e outros *Weltanschauungen* que surgem para orientar ou perturbar suas vidas. No momento em que este texto é escrito, uma nova visão sobre a epistemologia entra em evidência, desprivilegiando todos os discursos recebidos e transformando o próprio discurso em um tópico da sociologia do conhecimento³.

A história da pesquisa qualitativa sugere que nem sempre isso foi assim (Douglas, 1974). No passado, para muitos investigadores, os problemas de pesquisa se apresentavam a eles em função de seu compromisso em prol de uma fé religiosa ou de um credo étnico, ou contra estes; ou ainda por sua identificação com metas nacionais específicas ou com programas socioeconômicos ou em oposição a estes. No relato histórico sobre a utilização dos métodos qualitativos a seguir, demonstraremos que a razão de seu emprego ultrapassa a perspectiva do observador individual, mas também que as suposições do domínio que uma vez orientaram a pesquisa qualitativa perderam muito de sua força. Todavia, a fé, os credos e as esperanças que conferiram um foco para o trabalho de nossos antepassados não desapareceram por completo dos mapas mentais do sociólogo (Luhmann, 1986). Ao contrário, esses elementos continuam existindo em um segundo-plano que não chega a ser consciente, aquelas ferramentas bem familiares da mente sociológica. Milan Kundera (1988) apontou uma questão central deste nosso dilema em *A arte do romance*: "Mas se Deus está morto, e o homem não é mais o mestre, então quem é o mestre? O planejador

³ N. de R. Pontos de vista, ideologias, diferentes visões de mundo, termo utilizado por Freud na psicanálise.

move-se através do vácuo sem um mestre. Al está, a insustentável leveza do ser" (p. 41).

Ao longo de todas as épocas em que a ciência social fez uso dos métodos observacionais, os pesquisadores iniciaram seus estudos com problemas implícita e, em alguns casos, explicitamente definidos por esperanças e crenças. Tendo por foco a essência desses problemas e seus preâmbulos ideacionais, limitaremos nossa discussão a respeito dessa história aos métodos qualitativos empregados por antropólogos e por sociólogos na pesquisa etnográfica, ou seja, à observação direta das realidades sociais pelo observador individual. Nossa história prossegue ao longo de um *continuum* que se inicia nos primeiros encontros dos antigos etnógrafos com o Novo Mundo e termina com os problemas práticos e teóricos que se apresentam diante do trabalho de nossos contemporâneos.

A origem da etnografia: copia ou descobrimento do outro

Ethnos é um termo grego que denota um povo, uma raça ou um grupo cultural (A. D. Smith, 1989, p. 13-18). Quando o prefixo *ethn* é combinado com *grafia* para formar o termo *etnográfico*, está se referindo à subdisciplina conhecida como antropologia descritiva — em seu sentido mais amplo, a ciência que se dedica a descrever os modos de vida da humanidade. A *etnografia*, então, refere-se a uma descrição científica social de um povo e da base cultural de sua consciência de unidade enquanto povo (Peacock, 1986). Imagina-se que tanto a antropologia descritiva quanto a etnografia sejam atóricas, preocupadas exclusivamente com a descrição. Entretanto, as observações do etnógrafo são sempre orientadas por imagens do mundo que determinam quais são os dados principais e quais não são: um ato de atenção em relação a um objeto e não a outro revela uma dimensão do compromisso de valor do observador, bem como seus interesses repletos de valores.

No princípio, a etnografia desenvolveu-se a partir dos interesses dos ocidentais nas origens da cultura e da civilização e na suposição de que os povos "primitivos" contemporâneos, que na opinião dos ocidentais eram menos civilizados do que eles, eram, na verdade, réplicas vivas da "grande corrente do ser" que ligava o Ocidente aos seus princípios pré-histó-

ricos (Hodgen, 1964, p. 386-432). Esse modo de etnografia surgiu nos séculos XV e XVI como resultado de problemas fundamentais que se originaram nas viagens de Colombo e de exploradores posteriores ao hemisfério ocidental, o chamado Novo Mundo, e às culturas insulares dos Mares do Sul.

A descoberta de seres humanos vivendo em ambientes não-ocidentais trouxe dificuldades cosmológicas anteriormente inimaginadas para os intelectuais europeus, que julgaram necessário integrar o novo fato ao cânone do conhecimento recebido e da compreensão. Como a Bíblia, especialmente o livro de Gênesis, era considerada a única fonte válida confiável para compreender a história da geografia e os processos de criação, e esta situava a origem do gênero humano no Jardim de Eden — localizado em algum lugar do que hoje é chamado de Oriente Médio — defendia-se a idéia de que todos os seres humanos fossem descendentes do primeiro casal, e mais tarde, conforme a etnografia do dilúvio (Numbers, 1992), dos descendentes de Noé e de sua família, os únicos sobreviventes de um dilúvio mundial. Ficou difícil relacionar o encontro de Colombo com o que agora conhecemos como os povos tainos, arauás e caríbios (Keegan, 1992; Rouse, 1992) do Novo Mundo com o relato bíblico. Especificamente, a existência de outros indivíduos fora da immandade cristã revelada por sua "descoberta" levantou a seguinte questão: como os ancestrais desses seres humanos chegaram às Américas no período pré-colombiano? Qualquer tese que apresentasse a idéia de que eles não haviam migrado da Eurásia ou da África era considerada uma heresia e uma alegação de que o gênero humano teria surgido a partir de mais de um ato criativo de Deus.

De um modo geral, a diversidade racial e cultural dos povos em todo o globo revelou aos europeus a possibilidade de uma renascença do problema de como explicar as origens, as histórias e o desenvolvimento de uma multiplicidade de raças, de culturas e de civilizações (ver Baker, 1974; Barkan, 1992; Trinkhaus e Shipman, 1993). O cosmólogo não apenas percebia a necessidade de explicar a existência desconcertante do "outro", como também era obrigado a esclarecer como e por que haviam surgido tais diferenças entre os valores morais dos europeus e os dos "outros". Na realidade, tamanha profusão de valores, culturas e modos de vida desafiaram o direito monopolizador sobre a legitimidade e a verdade das doutrinas cristianismo. Práticas como o infanticídio, o canibalismo

o sacrifício humano e o que em um primeiro momento parecia promiscuidade, reabriram o problema das contradições entre os valores culturais e a investigação de formas para tentar explicar e resolver essas contradições (Oakes, 1938).

Essas questões de conflitos de valores foram combinadas com questões práticas sobre recrutamento, organização e justificação para a divisão do trabalho nas colônias espanholas das Américas, e essas questões vão aparecer nos debates de Bartolome de Las Casas com Juan Gines de Sepúlveda no Conselho de Valladolid. Sepúlveda, "que aproveitou a doutrina de Aristóteles sobre a escravidão natural a fim de legitimar o comportamento espanhol contra os índios" (Hoste, 1992, p. 238), na verdade venceu Las Casas, o qual insistia que os povos que agora chamamos de nativos americanos eram "representantes plenos do gênero humano, que possuíam tradições válidas, dignidade e direitos" (Marty, 1992, p. xiii). Atualmente, apesar de talvez por causa do novo reconhecimento da diversidade cultural, a tensão entre os valores universalistas e os relativistas continua sendo um engem na sem solução para o etnógrafo ocidental (Hoste, 1992). Na prática, ela transforma-se na seguinte questão: em quais valores as observações devem se orientar? As escolhas parecem estar ou nos valores do etnógrafo ou nos valores do observado — ou seja, no linguajar moderno, no *ethn* ou no *ethnos* (Pike, 1967; para uma excelente discussão, ver Harré, 1980, p. 135-137). Neste ponto, existe um problema mais profundo e fundamental: como podemos compreender o outro quando os valores do outro não são nossos valores? Esse problema surge para argumentar a etnografia em uma época em que os valores cristãos ocidentais deixaram de ser uma garantia de verdade e, portanto, o ponto de referência a partir do qual é possível fazer observações autoconfiantemente válidas.

As mentalidades coloniais e a persistência do outro

Antes da profissionalização da etnografia, as descrições e as avaliações das raças e das culturas mundiais eram feitas por missionários, exploradores, burocratas e administradores das colônias, todos eles ocidentais. Seus relatos — encontrados em igrejas e nos arquivos nacionais e locais por todo o mundo e, em sua maioria, desconhecidos para os etnólogos

contemporâneos — foram escritos a partir da perspectiva de uma civilização conquistadora, ou por representantes desta, confiantes em sua missão de civilizar o mundo (para uma discussão pertinente desse tema, veja Ginsburg, 1991, 1993). Alguns dos exploradores, missionários e administradores dos séculos XVII, XVIII e XIX ofereceram descrições exageradas das práticas dos "primitivos" que ganharam proeminência para o observador em função de sua perspectiva de valor cristã. Para as sociedades estudadas por esses observadores (Degerando, 1800/1969), o relato etnográfico do autor é como uma imagem invertida no espelho de seu próprio ideal etnocultural. O fato de essas primeiras etnografias revelarem tanto a respeito do Ocidente quanto de seus objetos de estudo pode explicar por que elas não têm sido recuperadas e reanalisadas por antropólogos contemporâneos: os etnógrafos de hoje esperam isolar-se da história da conquista ocidental e rejeitam as primeiras etnografias considerando-as irremediavelmente tendenciosas (ver "Symposium on Qualitative Methods", 1993). Há pouco tempo, eles passaram a encetar com seriedade os relatos feitos pelos nativos acerca de seus "descobridores" ocidentais, e a "descentralizar" ou "desprivilegiar" os relatórios apresentados pelos descobridores (Abyesekere, 1992; Salmon, 1991; Todorov, 1984).

Um recurso rico, por meio do qual se pode discernir os efeitos que essa primeira literatura etnográfica produziu na subjugação desses povos, deve ser encontrado nas obras de recentes administradores de colônias (p. ex., Olivier, 1911/1970). A etnologia teve sua origem nos relatórios escritos por administradores dos impérios ultramarinos que durante muito tempo foram mantidos pelos espanhóis, pelos ingleses, pelos franceses e pelos holandeses (Maunier, 1949). Esses impérios ofereceram oportunidades para etnólogos amadores, e, mais tarde, profissionais, de não apenas examinar inúmeras culturas "nativas", como também de administrar as condições de vida que afetam o "avango cultural" dos povos dominados por sua metrópole (Gray, 1911/1970, p. 79-85). Quanto aos impérios ultramarinos, o interesse europeu muitas vezes limitou-se à exploração da mão-de-obra dos nativos, utilizando o território destes para a indústria extrativa e/ou estabelecendo-o em termos da vantagem militar estratégica que este oferecia em suas lutas contra os rivais dos imperialistas (para ter acesso a alguns exemplos representativos, ver Aldrich,

do "Terceiro Mundo" e que mostraram-se negligentes em reconhecer a integridade da "cultura negra" e a de outros povos de cor nos Estados Unidos (ver Willis, 1972)¹². Os etnólogos descobriram que sua orientação fundamental estava sendo atacada. A medida que essas orientações levaram a seus respectivos impérios na supressão e na exploração dos nativos, ou com os militares americanos e seus programas de "pacificação" no Vietnã, os antropólogos passaram a sofrer os efeitos de um complexo de culpa coletivo e intradisciplinar (Nader, 1972)¹³.

Mudanças no que parecia ser o rumo da história mundial fizeram com que os antropólogos reorganizassem sua abordagem em relação à etnografia. Então em vista que, por definição, havia poucos primitivos disponíveis para estudo, se é que algum, e como os porta-vozes do recém-designado Terceiro Mundo formado pelos países "subdesenvolvidos" geralmente acreditavam que os antropólogos tivessem contribuído para essa condição, o acesso às sociedades tribais tornou-se mais difícil do que de costume. Diante da diminuição de oportunidades para o trabalho de campo, os recursos foram desviados ao estudo de lingüística, ao banco de dados dos arquivos da Yale, ou à descoberta das possibilidades etnográficas para as investigações antropológicas da sociedade americana. A antropologia repetiu-se, retornando a um estudo de sua própria sociedade, o ponto de partida — assim como o ponto de referência — para sua investigação de culturas mais "primitivas". A lingüística e os bancos de dados prestaram-se ao estudo de textos, assim como ocorre no estudo da sociedade ocidental — com a riqueza de seus arquivos literários e históricos. Tais tendências inauguraram na etnografia as abordagens modernistas e, mais tarde, pós-modernistas, ao estudo de povos exóticos e à investigação dos portadores de culturas diferentes residentes nas sociedades industriais do Ocidente.

No entanto, mesmo que a antropologia estivesse abalada pelos movimentos de descolonização e limitada pelo acesso restrito às zonas tradicionais de trabalho de campo, a Guerra Fria deu à sociologia uma oportunidade de reviver as variações da doutrina evolutiva de Comte e de Spencer na forma modernista e de combiná-la com uma teodiceia secular que lembra as origens puritanas da América.

O estudo presente nos dois volumes sobre o desenvolvimento da sociedade, de Talcott Parson (1966,

1971), restituiu as imagens puritano-calvinistas, aplicando essas últimas aos "outros" que ainda não haviam sido incluídos na tiranidade cristã do Ocidente. Escrito durante as décadas da disputa global americana com a União Soviética, combinou uma seleção de nações e sociedades em um esquema segundo o qual dizia-se que os Estados Unidos haviam chegado ao mais alto estágio de desenvolvimento social; presumia-se que outros povos, culturas e civilizações estivessem seguindo o mesmo caminho trilhado pela América, "a primeira nova nação" (Lipset, 1979; para uma crítica, veja Lyman, 1975), ou estivessem sofrendo uma interrupção em seu progresso que os impedisse de seguir essa trajetória. O esquema de desenvolvimento manteve-se fiel à idéia de que o progresso econômico era inerente à industrialização, e de que a construção de uma nação coincidia com o capitalismo, a extensão gradual da democracia e a provisão ordenada dos direitos individuais. Apesar das críticas contundentes do método comparativo que continuaria a ser oferecida pela escola do pensamento sócio-histórico associada a Frederick J. Teggart (1941) e a seus seguidores (Bock, 1952, 1956, 1963, 1974; Hodgen, 1974; Nisbet, 1969, 1986; para uma discussão crítica a respeito dessa escola, Lyman, 1978; Kuper, 1988), dentro da sociologia sobreviveu uma visão combata na obra de Talcott Parsons e em seus epígonos macrosociológicos.

A literatura científica social durante a Guerra Fria incluiu títulos como *The great ascent*, de Robert Helbroner; *The stages of political development*, de A. F. K. Organski; e *The stages of economic growth*, de W. W. Rostow. A economia política americana e uma ordem social democrática substituíram as primeiras imagens do estágio fundamental da evolução cultural. Mudanças nas demais nações mundiais que pareciam ser o prenúncio de um movimento em direção à adoção de uma estrutura institucional social, política e econômica tornaram-se o padrão a partir do qual os cientistas sociais puderam avaliar o "avanço" da humanidade. Esse padrão proporcionou ao etnógrafo-analista uma nova medida para a avaliação do "progresso" do "outro" (o qual, após 1947, abrangia os povos e as culturas da União Soviética assim como aqueles do mundo "subdesenvolvido"). O tema atingiu epifania no início da década de 1990, quando estudantes e estudiosos dos problemas cosmológicos, morais, econômicos e militares enfrentados por aqueles que requeriam o direito de propagar

uma variação benevolente da civilização ocidental cristianizada no mundo inteiro começaram a reorganizá-la com a queda do comunismo, com a desintegração da União Soviética e com a decomposição de seus aliados e de suas alianças na Europa Oriental (Gwertzman e Kaufman, 1992). Mas, para alguns, surge uma nova preocupação: esses acontecimentos estariam indicando precisamente o fim da própria história? (Fukuyama, 1992)¹⁴.

O final da Guerra Fria e a desconstrução da União Soviética despertaram os clamores nacionalistas e étnicos em quase todas as regiões do mundo. Em um mundo de descentralização tão recente, o pluralismo cultural tornou-se um novo lema, especialmente para todos aqueles que esperam distinguir-se dos "outros" etnoraciais. Os dilemas uma vez atribuídos ao relativismo cultural foram substituídos pelas questões decorrentes das pretensas certezas de uma descendência primordial. Os etnógrafos agora encontram-se em um fogo cruzado de valores inconmensuráveis porém concorrentes.

A etnografia do índio americano: um "outro" indígenu

Nos Estados Unidos, a variante calvinista da ir-cumbência protestante ao deserto começou com a chegada dos puritanos na Nova Inglaterra. Convencidos de sua própria virtude e de sua missão neste mundo de tomar realidade o reino de Deus no "novo continente", os puritanos inicialmente partiram para a inclusão dos chamados índios em seu pacto de fé. Porém, tendo julgado mal tanto a maleabilidade quanto a resistência dos índios à uma visão estrangeira de mundo, os puritanos não obtiveram êxito em sua tentativa (Calloway, 1991, p. 57-90; A. T. Vaughan, 1965). Entretanto, eles deram continuidade a seus esforços missionários ao longo dos séculos XIX e XX (Coleman, 1985; Keller, 1983; Milner e O'Neil, 1985). O programa de ação político e jurisprudencial voltado aos índios, assim como o trabalho etnográfico sobre as culturas de nativos americanos, originaram-se nesse facasso e influenciaram seus resultados. Uma de suas consequências foi o fato de que diversas tribos de aborígenes norte-americanos acabaram ficando fora do terreno etnográfico, moral e cultural tanto das enclaves de imigrantes europeus quanto das comunidades assentadas de americanos brancos.

Dos séculos XVII ao XIX — ou seja, durante o período da expansão rumo ao oeste pelo continente americano — relatórios etnográficos foram escritos a respeito das culturas indígenas a partir da perspectiva do conquistador euro-americano e de seus aliados missionários (Bowden, 1981). O índio continuou na condição de um tipo especial de "outro", em uma intensidade maior até do que ocorria aos outros escravos africanos e a seus descendentes nascidos em solo americano. Um indicador evidente desse fato é sua limitação às reservas da mente assim como às do corpo. No currículo acadêmico convencional, o estudo dos nativos americanos faz parte da antropologia cultural dos povos "primitivos", ao passo que o dos imigrantes europeus e asiáticos e o dos negros americanos é um aspecto institucionalizado dos cursos de sociologia sobre as "minorias" e as "relações étnicas e de raça".

Nos Estados Unidos, com o estabelecimento da seção de etnologia da Smithsonian Institution, houve uma mudança de perspectiva etnográfica — dos textos escritos por missionários e conquistadores militares para aqueles elaborados exclusivamente por antropólogos (Hinsley, 1981). No entanto, etnografias de diversas "tribos" indígenas haviam sido escritas anteriormente por etnólogos à serviço do Bureau of Indian Affairs (BIA) (Divisão de Assuntos Indígenas) (Bieder, 1989; dois exemplos representativos da etnografia americana pré-smithsoniana são encontrados em McKenney e Hall, 1836/1972; Schoolcraft, 1851/1975). Além de serem "povos-problemas" para aqueles teóricos que desejavam explicar as origens indígenas na América e construir sua linhagem em termos consistentes com os mitos da criação e do dilúvio da Bíblia, a presença dos índios dentro das fronteiras dos Estados Unidos representou ainda outro problema: seu status autônomo na lei (R. A. Williams, 1990). Politicamente, as "tribos" indígenas consideravam-se nações soberanas independentes, e, por um período, assim o foram tratadas pelas potências coloniais e pelo governo americano. Entretanto, em 1831, seu status legal foi redesignado em um caso da Corte Suprema, *Nação Cherokee versus Georgia* (1831). Em sua decisão, o presidente da Corte Suprema, Marshall, declarou que os índios ocupavam uma *status* único na lei. Eles formam, afirmou ele, "uma nação doméstica dependente". Como tal, continuou ele, eles classificam-se em uma relação "tutelár" especial frente ao governo federal. Este último já havia

instituído a Bureau of Indian Affairs (Divisão de Assuntos Indígenas) para lidar com essa questão. Dentro do espaço e das limitações dessa decisão, a BIA administrou os assuntos relacionados aos índios. A partir desse tipo especial de antropologia que se promoveu, a etnografia americana passou a desenvolver sua visão peculiar sobre os nativos americanos¹⁵.

A BIA e, mais tarde, a Smithsonian Institution contratarem etnógrafos para montar o quadro de funcionários das diversas agências de reservas e para estudar as particularidades indígenas. O foco do estudo para esse contingente de observadores não foi a possível conversão dos índios, mas, sim, a descrição de suas culturas — gravação de cerimônias, mapeamento de sistemas de parentesco, descrição da tecnologia, coleta de artefatos — tudo isso realizado a partir de um ponto de vista secular e administrativo.

O suporte teórico da perspectiva da BIA era a dicotomia civilizado/primitivo que já havia designado os índios como povos que ainda não possuíam escrita. Na realidade, as terras tribais e os habitats de reserva desses "cidadãos dependentes, domésticos" tornaram-se um museu antropológico vivo a partir do qual os etnólogos puderam juntar descrições dos primeiros estágios da vida primitiva. Naquelas regiões do país onde os índios viviam em grandes números — especialmente no sudoeste¹⁷ — e onde os artefatos arqueológicos eram numerosos, empregou-se a perspectiva evolucionista com vista para traçar o passado da linhagem das tribos existentes até uma origem que possa ser encontrada pelos esforços paleontológicos. Desde o início, porém, o sudoeste também seria o cenário onde irromperiam debates — sobre a maneira de conduzir a etnografia, e qual a finalidade a que esta deveria servir — que dividiram os antropólogos não apenas em relação aos missionários e aos agentes federais, mas também entre si (Dale, 1949/1984; Dockstader, 1985).

Imaginou-se que o mundo de vida dos "primitivos" fosse uma janela através da qual o passado pré-histórico poderia ser visto, descrito e entendido. Em sua representação mais global, essa atitude recebeu a aprovação da ciência etnológica na Feira Mundial de St. Louis em 1904, quando Samuel Phillips Verner, um missionário com inclinação científica, permitiu que Ora Benga, um pigmeu do Congo Belga, fosse exposto como um espécimen vivo do primitivismo. Um ano mais tarde, Ora Benga foi exibido na janela dos macacos do Zoológico do Bronx (Bradford e Blum,

1992). Em 1911, o antropólogo americano Alfred Kroeber tornou-se dono de Ishi, o último membro sobrevivente da tribo Yahi, colocado no Museu de Antropologia da Universidade da Califórnia. Em seus dois últimos anos de vida, Ishi morou no museu e, assim como Ora Benga, antes dele, na verdade transformou-se em um artefato vivo, um primitivo em exibição a ser visto pelos civilizados em uma perspectiva semelhante àquela empregada na apresentação dos índios nos dioramas dos museus americanos (ver Kroeber, 1962, 1965, para relatos contemporâneos de jornais e de outros meios de comunicação, ver Heizer e Kroeber, 1979).

Apesar de a política indígena nos EUA ter sido belectado os programas e as perspectivas de trabalho da maioria dos etnógrafos, sua ortodoxia não foi aceita por todos os primeiros indivíduos a realizarem trabalhos de campo. Entre esses etnólogos heterodoxos, talvez o mais importante tenha sido Frank Hamilton Cushing (1857-1900), que se tornou um xamã zuni e um chefe de guerra enquanto trabalhava como etnólogo para a Smithsonian Institution (ver Cushing, 1920/1974, 1979, 1901/1988, 1990; ver também Culin, 1922/1967)¹⁸. O caso de Cushing sobressai-se porque apesar de ele ser um participante ativo da vida zuni, ele continuou sendo um etnógrafo profissional que tentou descrever tanto a cultura zuni quanto a visão de mundo desse grupo a partir de uma perspectiva indígena. Além disso, Cushing uniu-se a R. S. Culin ao propor a tese herodotiana de que a América era o berço da Ásia, ou seja, de que, no período pré-colombiano, os ancestrais dos zunis haviam migrado para a Ásia, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de algumas civilizações asiáticas, entre elas a chinesa, a japonesa e a coreana, as quais, por sua vez, espalharam-se ao longo dos séculos pela África e pela Europa (Jymann, 1979, 1982a,b).

Sem tentar se transformar em um nativo, Paul Radin (1883-1959) dedicou uma vida ao estudo etnográfico dos índios Winnebago (Radin, 1927, 1927/1957a, 1937/1957b, 1920/1963, 1933/1966, 1953/1971b, 1923/1973, 1956/1976)¹⁹. Sustentando a idéia de que a única possibilidade de conseguir uma visão interna de uma cultura diferente é por meio de um aprendizado profundo de sua língua e de seu sistema de símbolos, Radin documentou os mitos, os rituais e a poesia de Winnebago e, em seus relatos, ofereceu traduções desses materiais para o inglês. Tomando

os trabalhos de Cushing e de Radin como um padrão para a etnografia americana, foi possível aproveitar para a perspectiva na reinterpretação dos trabalhos dos primeiros etnógrafos; eles talvez possibilitem aos futuros investigadores de campo uma compreensão da linhagem cultural da etnografia indígena americana, permitindo, ao mesmo tempo, de ponto de partida para uma sociologia crítica do conhecimento etnológico (Vaidich, 1966). Porém, além disso, seu trabalho reconhece tanto a historicidade das culturas que ainda não possuem escrita, quanto os problemas resultantes da compreensão do mundo do outro a partir do ponto de vista do outro. Nesse aspecto, assim como na obra de Tucidides e na concepção weberiana de uma sociologia compreensiva (sociologia *verstehend*), Cushing e Radin transcendiram o problema da incomensurabilidade dos valores.

A etnografia do outro como cidadão: o gueto, a área natural e a cidade pequena

A missão calvinista da salvação e/ou inclusão dos índios encontrou mais tarde seu equivalente em uma missão de levar às comunidades dos guetos urbanos de negros e de imigrantes asiáticos e europeus os valores morais e comunitários do protestantismo. O fato de esses imigrantes terem trazido suas culturas religiosas católicas, judaicas ou budistas aos Estados Unidos e de que os estilos de vida dos recém-emancipados negros não estavam em harmonia com os dos cidadãos brancos americanos foram motivos de preocupação entre representantes dos grupos de colonização mais antiga, que temiam pela futura integridade da civilização protestante da América (Comtosta, 1980, p. 121-144; Hartmann, 1948/1967; Jones, 1992, p. 49-166). Inicialmente, as tentativas de incluir esses grupos concentraram-se nos esforços protestantes da prática e da prática de um "evangelho social" que encontrasse sua institucionalização nas casas das colônias que pontilhavam a paisagem urbana dos enclaves de imigrantes e de guetos (Holden, 1922/1970; Woods e Kennedy, 1922/1990).

Cerca de três décadas após a Guerra Civil, quando ficou claro que a simples quantidade e variedade cultural dos novos habitantes urbanos havia se tornado grande demais para ser considerada por meio

de esforços individuais, destinaram-se recursos ao levantamento estatístico, o qual serviria como uma maneira de determinar quantos habitantes de cada denominação, nacionalidade e raça havia em cada lugar e de descrever os respectivos problemas de adaptação de cada grupo (C. A. Chambers, 1971; Cohen, 1981; McClymer, 1980). Dessa forma, o "outro" foi transformado em um agregado estatístico e relatado em um censo tabelar de estilos de vida exóticos. Esses relatos quantificados, que nos primeiros anos foram patrocinados por diversas igrejas de cidades do leste dos Estados Unidos, foram os precursores dos levantamentos patrocinados por corporações, envolvendo imigrantes e negros, e dos enormes levantamentos patrocinados pelo governo em 1911, reunindo europeus, asiáticos, mexicanos e outros trabalhadores imigrantes (Comissão de Imigração, 1911/1970). Os levantamentos realizados pela Igreja e seus sucessores empresariais e sociológicos foram projetados para facilitar a "reforma moral" e a adaptação social do recém-chegado e das populações do gueto. O que hoje conhecemos por pesquisa qualitativa na sociologia originou-se na missão cristã (ver Greek, 1978, 1992).

Incorporar os elementos estranhos dentro da comunidade consensual em que foi realizado o primeiro estudo qualitativo comunitário era uma idéia que não pertencia a esse movimento. O levantamento *The Philadelphia Negro* (O Negro da Filadélfia), de W. E. B. Du Bois, sobre o sétimo distrito da cidade, foi defendido por Susan B. Wharton, uma líder da colônia estudantil da Universidade da Pensilvânia. Para Wharton, Du Bois e seus colegas, a "coleta e a análise de fatos sociais eram tanto uma atividade religiosa quanto científica oferecida como uma forma de oração pela redenção de pessoas de pele escura" (Vaidich e Lyman, 1985, p. 128). Esse estudo, que incluiu 5 mil entrevistas conduzidas por Du Bois, teve por objetivo não apenas a descrição, mas também a melhoria social da população negra da Filadélfia pela população Quaker que a cercava. O tom de dever aristocrático que inspira as últimas páginas do livro de Du Bois são uma dura lembrança da benevolência paternalista que subjaz a esse primeiro estudo etnográfico sobre uma comunidade.

Os métodos de levantamento patrocinados pela Igreja e por corporações continuaram a exercer um papel dominante na pesquisa social até o começo da década de 1920 (Burgess, 1916), quando Helen e

Robert Lynd iniciaram seu estudo sobre Middletown. Robert Lynd, um recém-ordenado ministro protestante, foi selecionado pelo Conselho de Igrejas, que na época tratava do estado moral das comunidades cristãs da América industrial, para examinar os modos de vida do que era considerado uma típica comunidade americana. Por terem sido quase que de uma hora para outra projetados ao posto de uma equipe de pesquisas de dois integrantes, os Lynds consultaram o antropólogo Clark Wissler (1870-1947), American Museum of Natural History (Museu Americano de História Natural)²⁰, em busca de conselhos sobre uma forma de conduzir tal levantamento e de elaborar seu relatório após a coleta dos dados. Na época, Wissler forneceu-lhes o que era conhecido como o inventário cultural, uma lista de categorias-padrão utilizadas pelos antropólogos para organizar dados de campo (ver Wissler, 1923, Capítulos 5 e 7). Tais categorias — ganhar a vida, construir um lar, preparar os mais novos, utilizar o tempo de lazer, participar de práticas religiosas, participar de atividades comunitárias — transformaram-se no princípio organizador de Lynd e do livro de Lynd (1929/1966), proporcionando-lhes um conjunto de sugestões para sua investigação. Embora o estudo de Middletown tenha sido planejado para oferecer informações aos seus patrocinadores da igreja que pudessem ser utilizadas para estabelecer políticas eclesásticas, os Lynds abordaram a comunidade de Middletown como antropólogos sociais. Como Wissler (1929/1966) declara em seu prefácio do volume publicado sobre o estudo:

Para a maioria das pessoas, a antropologia é uma grande massa de informações curiosas sobre os selvagens, o que até certo ponto é verdade, pois a maior parte das observações que concentra é sobre os métodos civilizados (...). Os autores deste volume abordaram uma comunidade americana da mesma forma que um antropólogo lida com um tribo primitiva (p. vi).

Em Middletown, o "outro" do antropólogo encontrou o caminho para a prática e a finalidade sociológica americana. Além disso, do ponto de vista dos elaboradores de políticas que estão no centro da burocracia eclesástica, ele, que anteriormente se supunha seria o "irmão" cívico, havia praticamente se

transformado no "outro", um habitante comum de Muncie, Indiana.

Pouco tempo após a publicação de *Middletown* em 1929, iniciou-se a Grande Depressão. Logo, os Lynds foram encarregados de fazer um resumo sobre Muncie. Publicado em 1937, sob o título de *Middletown in transition: a study in cultural conflicts* (Middletown em transição: um estudo dos conflitos culturais), essa investigação refletiu não apenas mudanças na cidade, mas também uma transformação na visão de seus dois emógrafos. Nos primeiros anos da Depressão, Robert Lynd, um progressista da Igreja, havia começado a buscar respostas na União Soviética para as evidentes contradições do capitalismo que pareciam ter se manifestado de forma tão alarmante nessa América dominada pela Depressão. Essa nova orientação política refletia-se tanto naquilo que havia sido observado pelos Lynds, como na forma como haviam relatado esse tema. Enquanto o primeiro volume nem mencionava o domínio da família Ball no que era praticamente uma "cidade-empresa" ou no patrocínio filantrópico da família na Ball State University e na biblioteca e no hospital locais, no seu controle sobre os bancos, *Middletown in transition* incluía um capítulo intitulado "The X Family: A Pattern of Business-Class Control" (A Família X: Um Padrão de Controle de Classes e de Negócios) e um apêndice intitulado "Middletown's Banking Institutions in Boom and Depression" (As Instituições Bancárias de Middletown em Expansão e Depressão). Em resposta ao que eles acreditavam ser o completo fracasso do princípio da não-intervenção da América, a economia de livre mercado, os Lynds abandonaram as categorias etnográficas que haviam utilizado em *Middletown*. Quando, em vez disso, pelo emprego de categorias e de conceituações originárias de sua própria visão marxista recentemente adquirida, eles promoveram uma mudança de foco sociológico — dos valores religiosos para os políticos.

Middletown in transition acabou tornando-se uma obra-padrão e muito elogiada da etnografia sociológica na segunda metade do século XX. Na Universidade de Columbia, onde Robert Lynd ensinava e a retórica foram substituídos pelos valores e pela retórica de um radicalismo político com indicações éticas. Com a radicalização de muitos jovens treinados em Columbia (assim como de seus colegas estudantes do City College, muitos dos quais

mais tarde viriam a se tornar sociólogos proeminentes), as variações do marxismo proporcionariam uma contrapartida àquela do observador etnográfico das comunidades americanas, com suas orientações antropológicas. Ironicamente, entretanto, o segundo resumo sobre Middletown, conduzido por uma equipe de sociólogos não-marxistas cerca de 50 anos após a publicação de *Middletown in transition*, voltou a se concentrar sobre o significado do parentesco e da família — tema que já havia caracterizado a antiga perspectiva antropológica, combinando-o com uma espécie de preocupação com a religiosidade protestante que fora a rotina da antiga orientação sociológica americana (Caplow, Bahr, Chadwick, Hill e Williamson, 1982, 1983).

Mesmo antes do estudo original de Lynd, a etnografia enquanto método de pesquisa havia se identificado com o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. A primeira geração de sociólogos de Chicago, liderada por Albion W. Small, supunha que a disciplina por eles adotada era uma garantia da reafirmação do destino da América — a nação que representaria "a cidade sobre a montanha".

A América passaria a ser uma imandade cristã unificada, comprometida com um pacto pelo qual os valores corretos e adequados seriam compartilhados por todos (Vidich e Lyman, 1985, p. 179). Small buscou um meio sociológico de imprimir os valores e os princípios morais do protestantismo sobre os habitantes dos mais novos quetores étnicos, raciais e religiosos de Chicago que naquele momento estavam se formando. Porém, essa atitude explicitamente cristã — a ser-vigo da qual John D. Rockefeller havia criado a Universidade de Chicago em 1892 — não sobreviveu em Chicago. Foi descartada após Robert E. Park, Ernest W. Burgess, W. I. Thomas e Louis Wirth terem assumido o controle no professorado de sociologia da Chicago, e após Robert Redfield, genro de Park, ter transformado-se em uma importante figura do programa de antropologia daquela universidade. A conceitualização secular de Park da "área natural" substituiu o tema central cristão dos expulsos da igreja na cidade, e, ao mesmo tempo, e em contraste com o ponto de vista de Park, a formulação de Redfield da "pequena comunidade" moralmente edificante introduziu uma contra-imagem à da metrópole que então surgia em Chicago.

Park (1925/1967) imaginou a cidade como um laboratório social contendo uma diversidade e uma

heterogeneidade de povos, de estilos de vida e de visões de mundo concorrentes e contrastantes. Para Park, era intrínseco à natureza de uma cidade o fato de ela ser composta por outros, isolada em quetores ou de outra maneira. Sob sua própria direção ou inspiração, ou a de Ernest W. Burgess, surgiu uma série de estudos etnográficos que tinham por foco descrições singulares de um ou de outro aspecto da vida humana que pudessem ser encontrados na cidade. Com frequência, esses estudos examinavam grupos urbanos cujos modos de vida estivessem abaixo ou fora da competência das respeitáveis classes médias. Além de oferecerem descrições dos incontáveis e freqüentemente incompatíveis valores pelos quais esses grupos missionários que haviam caracterizado os antigos estudos. Em vez disso, Park e seus colegas ocuparam-se em documentar as diversas formas por eles percebidas em que a condição do outro enquanto cidadão despotava na cidade (Burgess e Bogue, 1967).

Ao centro da visão de Park sobre a cidade estava sua arquitetura, como uma circunscrição municipal de diversas "áreas naturais", formando um mosaico de comunidades menores, cada uma das quais surpreendentemente diferente da outra, porém, até certo ponto, representativa de seu tipo. Park (1962a) observou:

Toda a cidade americana tem seus bairros pobres; seus quetores; suas colônias de imigrantes, regiões que preservam culturas mais ou menos estranhas e exóticas. Praticamente toda a cidade grande tem seus bairros livres e libertinos, onde a vida é mais solta, mais artística e solitária do que em outros lugares. São essas as chamadas áreas naturais da cidade (p. 196).

Durante mais de três décadas, a etnografia urbana no Departamento de sociologia de Chicago concentrou-se na descrição dessas "áreas naturais" como o queto judeu (Wirth, 1928/1956), Little Italy (Nelli, 1970), Polonia (Lopata, 1967; Thomas e Znaniecki, 1958, p. 151-1-1646), Little Germany (Park, 1922/1971), Chinatown (Lee, 1978; Sutt, 1987; Wu, 1926), Bronzeville e Harlem (Drake e Cayton, 1962; Frazier, 1931, 1937a, 1937b), a costa dourada e a favela (Zorbaugh, 1929), as selvas de vagabundos (N. Anderson, 1923/1961), os moradores de quartos mobilizados (Zorbaugh, 1968), os enclaves de dissidentes culturais e sociais (Ware, 1935/1965)²¹, a ecologia

urbana do domínio das gangues (Thrasher, 1927/1963), as áreas urbanas que abrigaram os suicídios (Cavan, 1928/1965), os viciados em drogas (Dai, 1937/1970) e os indivíduos com perturbações mentais (Farris e Dunham, 1939/1965), concentrando-se também nas dinâmicas sociais e econômicas das transações imobiliárias e nos efeitos humanos e metropolitanos resultantes dos interesses ocupacionais dos corretores de imóveis à medida que eles interagiam com o estado da economia (Hughes, 1928; McCluer, 1928; Scheininger, 1967). A orientação de Park (1952b,c) era a mesma de Montresquieu: ele enfatizou a liberdade apropriada para a cidade para aqueles que compartilhavam o "romance" e da "magia" de seu multivo social.

Alguns dos alunos de Park, por outro lado, seguindo uma idéia desenvolvida por Louis Wirth (1938), muitas vezes dedicaram-se ao contraste das formas de liberdade desta em pensamento e ação — ou seja, seu estímulo das personalidades "segmentadas" e da conduta de papéis específicos além de sua promoção da impessoalidade, de relações secundárias e de uma atitude *blaise* (ver Roper, 1935, resumido em Burgess e Bogue, 1967, p. 231-244) — com o que eles alegavam ser a noção de segurança pessoal — ou seja, a gratificação proveniente da conformidade em relação ao consumo, o conforto que surgiu dos contrastos familiares face a face a salubridade de personalidades completas; e a camaradagem das relações primárias — a ser encontrada entre as pessoas que habitavam as pequenas cidades rurais, etnotoricamente homogêneas (Bender, 1978, p. 3-27; Redfield e Singer, 1973; também M. P. Smith, 1979). Para aqueles que idealizaram a "sociedade popular", e que combinaram-na com idealizações concomitantes da "pequena comunidade", da primordiedade "primitiva", da paz pastoral, da cidade pequena e da urbanização iminente do interior — anunciada pela construção das rodovias (Dansereau, 1961; McKenzie, 1968), a bem-documentada tendência dos jovens de partirem em direção à cidade (para ter acesso aos primeiros documentos sobre esse fenômeno, ver Weber, 1899/1967) a introdução do automóvel (Bailey, 1988; Rae, 1965) e do telefone (Ball, 1968; Pool, 1981) e do rádio (Gist e Halbert, 1947, p. 128; 505-507) na cultura e nos hábitos rurais — foi um presságio não apenas de mudança, mas de uma tragédia irremediável (Blake, 1990; Gusfield, 1975; Lingsman, 1980; Tindler, 1980).

Por outro lado, para aqueles emigrados que concluí-

ram, com base em suas próprias experiências de campo, que os processos assim como as anomalias da injusta estrutura de classes da América já haviam adivinhado o caminho, encaixando-se profundamente dentro da língua e dos costumes das pequenas cidades da nação, havia uma observação igualmente pressagiosa: os ideais Jeffersonianos da América foram declarados, mas não praticados, nas mesmas comunidades que supostamente seriam seu repositório seguro. Como August B. Hollingshead (1949/1961) apontaria com base em seu estudo etnográfico sobre "Elmwood's youth" (A juventude de Elmwood): "O sistema de classes americano é extralegal (...) [mas] a sociedade possui outras dimensões do que aquelas conhecidas na lei (...). É a cultura que faz os homens se voltarem para os fatos do sistema de classes e afastar-se dos ideais do credo americano" (p. 448, 453).

Os estudos etnográficos que seguiram os passos dessa tradição orientaram-se por uma nostalgia em relação aos valores das cidades pequenas do século XIX, um passado americano que não mais existia, mas que, durante seu apogeu — assim se supunha — tivesse presenciado uma sociedade em que todos houvessem sido irmãos e irmãs.

Todavia, nem a condição do outro enquanto indivíduo, imaginada por Park, nem a imandade sem classes, buscada por Hollingshead, puderam explicar a resistência da sociedade americana à incorporação dos negros. Foi para abordar esse ponto que E. Franklin Frazier (1894-1962) enfatizava essa condição de outro do negro americano como cidadão. Baseando-se nos ensinamentos de Park e Du Bois, Frazier iniciou seus estudos sociológicos em Chicago com uma análise dos diversos modos de vida existentes dentro dos guetos negros. Nesse processo, ele descobriu tanto a separação quanto o isolamento do gueto em relação à economia social e política mais ampla. Em sua avaliação posterior a respeito da ascensão da "burguesia negra" (1957a), ele considerou-a um resultado trágico, embora talvez inevitável, da mobilidade econômica e social limitada disponível para as classes médias negras. Com base nas observações que fez acerca das classes médias negras em grande parte universitárias, Frazier apresentou o estilo de vida de seus integrantes como uma imitação do estilo de vida dos indivíduos pertencentes às classes médias brancas: como tal, sua monografia sobre o tema deveria ser considerada tanto um estudo sobre a burguesia negra quanto sobre

a branca. Os estudos etnográficos de Frazier baseavam-se em quase uma vida de observações, não apenas de sua classe específica, mas também dos habitantes afro-americanos dos guetos no Harlem e em Chicago, das famílias negras no Sul rural e no Norte urbano e dos jovens negros envolvidos nos problemas de sua situação socioeconômica (Frazier, 1925, 1957b, 1963, 1939/1966, 1940/1967, 1968). O trabalho de Frazier destaca-se não apenas por apontar para a exclusão dos negros do ideal americano da imandade e da condição do outro como cidadão, que então se revelava, mas também porque sua orientação para a pesquisa aproveitou as histórias de vida dos sujeitos por ele estudados, assim como a própria experiência do autor.

A importância da experiência pessoal na descrição e na interpretação etnográfica está implícita em todo o trabalho de Frazier. Sua metodologia e os locais de pesquisa escolhidos são comparáveis a aqueles empregados por um tipo bastante diferente de etnógrafo — Thorstein Veblen. Nesses estudos envolvendo os jovens da universidade americana, como *The higher learning in America: a memorandum on the conduct of universities by businessmen* (O aprendizado em nível superior na América: um memorando sobre a administração das universidades pelos empresários), Veblen (1918/1965) utilizou suas próprias experiências na Universidade de Chicago, na Universidade de Stanford, na Universidade de Missonni, três locais que proporcionaram as matérias-primas para sua investigação altamente organizada e presente sobre as transformações burocráticas que vinham então ocorrendo nas universidades americanas. 22 As obras de Frazier e Veblen são, na verdade, exemplos de pesquisas qualitativas baseadas em dados adquiridos ao longo de experiências de vida ricas e variadas. Nesses estudos, é impossível desvelar o método do estudo da teoria empregada ou da pessoa que o empretega. Tal método assemelharia-se à aspiração fundamental da pesquisa etnográfica.

A orientação etnográfica na Universidade de Chicago deu uma nova guinada nas mãos de William Foote Whyte. Whyte tornou parte de sua experiência de vida o que denominava-se pesquisa formal, chamando-a "observação participante". O departamento de sociologia de Chicago concedeu a Whyte uma oportunidade de relatar, em *Street corner society* (1943a, 1955, 1981), suas descobertas sobre os italo-americanos residentes no Extremo Norte de Boston. Esse

trabalho, inicialmente motivado por um senso de responsabilidade moral para promover uma melhoria nas condições de vida dos moradores de bairros pobres, transformou-se em um modelo das técnicas adequadas à pesquisa envolvendo a observação participante: Whyte residia no bairro italiano, e em muitos aspectos, porém não em todos, transformou-se em um dos rapazes de "Comerville". 23 Embora ele apresente suas descobertas sobre Comerville por meio de descrições, a postura teórica de Whyte permanece implícita. O livro revela uma qualidade enigmática, pois Whyte apresenta seus dados a partir da perspectiva de suas relações com os sujeitos estudados; ou seja, ele tanto é um pesquisador como um sujeito de seu próprio livro; o outro passou a ser o irmão dos moradores do gueto italiano.

A antropologia na Universidade de Chicago também foi invadida por uma orientação qualitativa. Até 1929, a antropologia e a etnologia nessa universidade haviam sido classificadas como "sociologia histórica" em um departamento denominado Departamento de Ciência Social e Antropologia. Os estudos antropológicos e os etnológicos foram primeiramente dirigidos por Frederick S. Starr, antigo chefe do setor de etnologia do American Museum of Natural History (Museu Americano de História Natural) (Dinner, 1975). Starr tornou-se um japonista após sua primeira viagem ao Japão, enquanto estava designado a trazer alguns integrantes dos povos aiíns para serem exibidos, da mesma forma que Ota Benga, na Feira Mundial de St. Louis de 1904 (Santler, 1983, p. 237-255). Em 1929, estabeleceu-se um Departamento de Antropologia separado, mas, diferente do departamento de Starr, este refletia a orientação desenvolvida pelos sociólogos W. I. Thomas e Elsworth Farris (1970, p. 16). Um ano antes do advento do novo departamento, Robert Redfield apresentou sua dissertação, *A plan for the study of Tepozotlan, Mexico* (Um plano para o estudo de Tepozotlan, México) (1928). Com o empêxito do paradigma dicotômico de Tomkins (1887/1957), a *gemeinschaftsgesellschaft*, e apoiando o *continuum* sagrado-secular de Von Wiese e Becker (1950/1962, 1932/1974), Redfield defendeu as virtudes da "cultura popular" e daquilo que mais tarde ele chamaria "a pequena comunidade" (Redfield, 1962, p. 143-144; Redfield, 1930, 1941, 1960, 1950/1962b; Redfield e Rojas, 1934/1962a).

Por considerar a metrópole uma aglomeração de "outros" infelizes e insatisfeitos, Redfield opôs-se aos

Métodos qualitativos

Introdução do Observador participante

preocupação em seu auto campo

perspective a científica

valores associados à vida urbana e à civilização industrial. Ele elogiou os estilos de vida daqueles povos não-industriais e das pequenas comunidades que resistiram à incorporação ao mundo metropolitano que se revelava em nível global. Em seu último ensaio, escrito em 1958, ano de sua morte, o qual descreve uma conversa imaginária com um homem interplanetário Redfield (1963) repudiou a condição do encorajamento mútuo à destruição que caracterizava a Guerra Fria, perdeu as esperanças de deter a marcha do progresso tecnocêntrico, combinou o pastoril com o pré-moderno e concluiu lamentando a ascensão da vida não-comunal na cidade metropolitana. A orientação de Redfield, rousseauianista em seu *ethos*, seria responsável por uma geração de antropólogos com uma visão rústica — uma atitude pós-missionária que buscava preservar e proteger os modos de vida dos primitivos. Sua postura era a variação antirurbana do puritanismo, um ponto de vista que julgava as comunidades de pequena escala, de contato face a face, superiores a todas as demais. Para aqueles etnólogos que seguiram os passos ideológicos de Redfield, esses valores comunitários pareciam representativos de uma humanidade primordial.²⁴

Uma contra-imagem para o romance da etnografia com a cidade pequena, com os valores comunitários e primordiais do primitivismo foi oferecida em 1958 quando Arthur J. Vidich e Joseph Berman publicaram seu relato etnográfico sobre "Springdale", uma comunidade rural localizada no interior do estado de Nova York.²⁵ Conforme previa seu título, esta era uma "cidade pequena em uma sociedade de massa".²⁶ Além disso, vivia em uma situação típica a outras cidades americanas: O localismo bastante vangloriado de Springdale, seus clamores pela autonomia social, econômica e política, eram ilusões de uma era passada. Sua "ocupação central", observaram os autores em sua introdução a uma edição revisada lançada 10 anos após a publicação original de sua monografia, "era com os processos pelos quais a pequena cidade (e indiretamente todos os segmentos da sociedade americana) são continuamente e crescentemente empurrados para dentro dos mecanismos dos processos e das dinâmicas centrais da sociedade como um todo" (Vidich e Berman, 1968, p. xi).

Aprestando dessa forma suas descobertas, Vidich e Berman invertiram a direção e destruíram o

que restou da mitologia resultante da *gemeinschaft* (Parsons, 1937/1949, 1973) e dos *communitas* populares e urbanos presentes no pensamento sociológico americano (Duncan, 1957; Firey, Loomis, Begle, 1950; Winer, 1952). Embora o significado teórico de seu estudo tenha sido muitas vezes omitido em consequência da controversia que surgiu em relação a sua publicação e da acusação de que eles não haviam feito o suficiente para ocultar as identidades dos principais cidadãos da cidade (Vidich e Berman, 1968, p. 397-476), suas observações concluintes isto é, de que havia ocorrido uma revolução da classe média na América, de que a ascensão e o predomínio das novas classes médias haviam alterado o caráter e a cultura das cidades de médio e pequeno portes da América e de que "superburocracias governamentais, empresariais, religiosas e educacionais muito distantes da pequena cidade rural formularam políticas as quais o mundo rural pode regir apenas com indignação" (p. 323, ver também Berman e Vidich, 1987) — desafiaram os antigos paradigmas norteadores da pesquisa de campo na vida comunitária.

Até 1963, Roland L. Warren registrara o que ele denominou "a grande mudança" nas comunidades americanas²⁷ e chamara atenção para o modo como uma divisão crescente do trabalho, uma diferenciação cada vez maior dos interesses e das associações, o desenvolvimento das relações sistêmicas com a sociedade mais ampla, uma transferência das funções locais para empresas que visam à obtenção de lucros e para governos estaduais e federais, a urbanização e a suburbanização e as alterações nos valores que foram tanto a causa como as consequências dessas mudanças vieram acompanhadas de um "correspondente declínio na coesão e na autonomia da comunidade" (Warren, 1972, p. 53-94). Na verdade, a etnografia da comunidade tinha não apenas que se ajustar à invasão da cidade de médio porte e do subúrbio na cidade pequena, como também ampliar sua visão a ponto de abranger os efeitos da economia política nacional e estadual sobre as pequenas cidades e os vilarejos do Terceiro Mundo, assim como dos Estados Unidos (veja, por exemplo, as etnografias coletadas em Toland, 1993; Marcus, 1986). "O ponto é que", observou Maurice Stein [1964] em sua reflexão sobre cerca de seis décadas de estudos da comunidade americana, "tanto o estudante que mora em um bairro pobre quanto aquele que reside em um bairro rico [e, ele poderia ter acrescentado, em

uma pequena cidade] precisam de algum tipo de retrato completo da evolução das comunidades americanas e das constelações e dos problemas convergentes que estão surgindo"; p. 230. Se os profissionais que estudam as comunidades americanas tivessem sido como ponto de partida as orientações de Otto von Guericke [1868/1990] ou de Friedrich Ratzel [1876/1988], sua postura talvez tivesse sido mais crítica em relação à variação "rousseauianista" da visão de Tonnies desde o início de sua pesquisa [ver McKinney, 1957].²⁷

A etnografia da assimilação: o outro continua sendo um outro

Uma divisão em outro paradigma fundamental afetou o estudo etnográfico das minorias étnicas e raciais. Até os anos de 1960, grande parte da visão sociológica sobre a raça e as relações étnicas havia se concentrado nos processos e no progresso da assimilação, da aculturação e da amalgamação entre o multiverso dos povos da América. Guiados pelo volume de idéias e de noções envolvendo a ideologia do *melting pot*, assim como pelo prognóstico da assimilação final de cada indivíduo que acompanhou a interpretação amplamente defendida da teoria de Robert E. Park sobre o ciclo racial, etnógrafos de muitos grupos minoritários da América, em um primeiro momento, buscaram mapear a localização de cada povo em um *continuum* que iniciou com o "contato", passou consecutivamente por meio dos estágios da "competição e do conflito" e da "acomodação", culminando, por fim, na "assimilação" (para avaliações críticas do ciclo de Park, veja Lyman, 1972, 1990b, 1992b). Ainda que até 1937 Park tivesse perdido todas as esperanças em relação à sua afirmação anterior de que o ciclo era progressivo e irreversível (veja Park, 1937/1969b), seus alunos e seguidores não desistiram de sua busca por um padrão e um processo que se compromettesse a pôr um ponto final e benéfico às relações inter-raciais e aos problemas que as acompanham.

Quando as histórias étnicas de povos específicos dos Estados Unidos pareciam desabar o movimento unidirecional envolvido na sequência projetada de Park — por exemplo, quando o reestudo de Etzioni (1959) sobre o gueto judeu mostrou poucas evidências de que a religião ou o costume seriam oblittera-

dos, mesmo após muitos anos de colonização na América; quando a descoberta de Lee (1960) de que as Chinatowns e suas instituições centradas no velho mundo persistiam apesar de um declínio nos preceitos sinfônicos; quando a descrição cuidadosa de Woods (1972) de como 10 gerações de colonias na América não conseguiram desgastar nem as tradições nem a identidade étnica de um povo marginalizado, os *Lejovant Creoles* de Louisiana (veja também Woods, 1956); e de um modo mais geral, quando Kramer (1970) documentara as diversas variações na adaptação da comunidade minoritária na América — surgiu uma cacofonia de vozes lamentando o fracasso da assimilação e exigindo o ressurgimento da hermenêutica WASP* (branca, anglo-saxã, protestante) (Brookhiser, 1991, 1993) ou expressando uma grave apreensão em relação ao futuro etnocultural da América (Christopher, 1989; Schlesinger, 1991; Schrag, 1973).

Mesmo antes de os divulgadores e os publicistas anunciarem a chegada de uma era na qual haveria um "declínio dos brancos, anglo-saxões, protestantes" (Schrag, 1970) e uma ascensão dos "grupos étnicos indissolúveis" (Novak, 1972), alguns sociólogos haviam começado a reexaminar suas suposições sobre a etnicidade na América e a repensar suas próprias descobertas e a de seus predecessores a respeito desse tema. Em 1952, Nathan Glazer fez com que o até então negligenciado trabalho de Marcus Lee Hansen (1938/1952), sobre a "lei do retorno da terceira geração", fosse republicado,²⁸ despertando um interesse renovado em documentar se, como e até que ponto os netos dos imigrantes conservaram, re-introduziram, redescobriram ou inventaram os costumes de seus antepassados do velho mundo na América moderna (Kivisto e Blanck, 1990). Stanford M. Lyman (1974, 1986) combinou a observação participante com as análises documentárias e históricas para mostrar que a solidariedade e a persistência ao longo do tempo das *Chinatowns* estabelecidas no território estavam relacionadas em grande parte a um conflito intracomunitário persistente e à rede de afiliações tradicionais em grupo que engendrara tanto a lealdade quanto a discussão. Kramer e Levintman (1961) ofereceram um retrato da dissolução de com-

*N. de T. WASP é a sigla de White, Anglo-Saxon and Protestant (branco, anglo-saxão e protestante).

filos entre três gerações de judeus americanos que haviam preservado muitos, mas não todos os aspectos de suas tradições etnorreligiosas apesar, ou talvez pelo fato de que os indivíduos da terceira geração tomaram-se os "filhos do gueto dourado". Richard Alba (1985, 1989, 1990) rebatê as dúvidas sobre a sobrevivência étnica europeia, questionando se esta realmente ocorreu nos Estados Unidos e o modo como ela teria se dado, chamando atenção para diversas dimensões de sua apresentação, representação e desagregação, e realizando, mais uma vez, um estudo sobre os italo-americanos, um grupo que frequentemente é esbaldado pelos sociólogos para estudos etnográficos que buscam defender, contrapor, modificar ou reformular a tese original da assimilação (Corvello, 1967; Gans, 1962; Garbaccia, 1984; Landesco, 1968; Lopreato, 1970; Tricarico, 1984; Whyte, 1943a, b).

A reconsideração da teoria da assimilação, de um modo geral, e do ciclo de relações de raça de Park, em particular, gerou uma crítica metodológica tão impressionante que lançou dúvidas sobre o significado dessa hipótese. Em 1950, Seymour Martin Lipset observou que "por sua própria natureza, as hipóteses acerca da inevitabilidade dos ciclos, ou queda da civilização, não são, de forma alguma, testáveis" (p. 479). Antes disso, alguns etnógrafos de grupos raciais minoritários na América haviam tentado construir ciclos alternativos ou mais longos que pudessem acomodar as descobertas de suas investigações de campo. Os três ciclos distintos de Bogardus (1930, 1940; Ross e Bogardus, 1940) para as comunidades japonesas diversificadas da Califórnia e a adveniência de Masuoka (1946) no sentido de que seriam necessárias três gerações para a aculturação dos japoneses na América — e que a terceira geração ainda seria vítima de "um verdadeiro problema racial" — são uma evidência da crescente percepção em relação à promessa da assimilação. Outros nomes, entre eles W. O. Brown (1934), Clarence E. Glick (1955), Stanley Lieberson (1961) e Graham C. Kinloch (1974, p. 205-209) chegaram a conclusões semelhantes às da reformulação feita por Park em 1937 — ou seja, de que a assimilação era apenas um resultado possível da manutenção do contato inter-racial e de que o isolamento, a subordinação, os movimentos nacionalistas ou nativistas e a secessão também deveriam ser considerados

Aqueles que buscavam resgatar o determinismo descreditado do ciclo original de Park a partir de seus críticos inclinados ao empirismo voltaram-se a propostas de políticas ou aos apelos exortatórios em seu favor. Wirth (1945) apressou a adoção de programas que aliviassem a frustração sofrida pelos membros de grupos minoritários que diversas vezes haviam sido repetidos em suas tentativas de serem incorporados dentro da América democrática: Lee (1960, p. 429-430) transformou sua adesão inquestionável à profecia de Park em um apelo queixoso para que os habitantes dos guetos chineses correspondessem às expectativas — ou seja, que seu processo de assimilação ocorresse o mais rápido possível (veja também Lyman, 1961-1962, 1963). Outros ainda resolveram os problemas ontológicos e epistemológicos do ciclo de Park tratando-o como uma perspectiva "lógica" e não "empírica". Frazier (1953) sugeriu que, em vez de ocorrerem cronologicamente, os estágios da teoria possam ter uma coexistência espaço-temporal: "representam etapas lógicas em uma análise sociológica sistemática do tema." Após examinar os diversos estudos sobre processos sociais integrativos e desintegrativos em comunidades raciais e étnicas, Shibusaki e Kwan (1965) concordaram defendendo a ideia de que embora tenha havido muitas exceções a sua validade enquanto teoria descritiva, os estágios de Park serviram como um "caminho útil para ordenar dados sobre a maneira como os imigrantes incorporam-se em uma sociedade já estabelecida" (ver p. 114-135). Geschwender (1978) avançou ainda mais, afirmando que o ciclo das relações de raça de Park era um "modelo abstrato de uma sequência de tipo ideal" que poderia se desenvolver" (p. 25).

Em 1918, Edward Byron Reuter havia definido a questão racial da América como "o problema de se chegar a, e manter, relações de trabalho mutuamente satisfatórias entre membros de dois grupos não-assimiláveis que ocupam o mesmo território" (Reuter, 1918/1969, p. 18). Após meio século de estudos sociológicos terem aparentemente demonstrado que praticamente nenhum dos grupos raciais ou étnicos havia atravessado o caminho cíclico para concluir a assimilação, o problema racial da América parecia não apenas imenso, mas também deixava a impressão de ter desafiado assim como definido a problemática fundamental da teoria sociológica. De qualquer forma, foi essa a postura adotada pelo antropólogo et-

nológico Brewton Berry (1963), cujas investigações de campo acabariam incluindo estudos de vários povos de América Latina, assim como de diversas comunidades de mestizos raciais previamente não-absovidos nos Estados Unidos (Lyman, 1964). Tendo mostrado que nenhum dos ciclos de relações de raça propostos poderia alegar uma validade universal com base nas evidências disponíveis, Berry e Tischer (1978) observaram: "Alguns estudiosos (...) questionam a existência de qualquer padrão universal, estando muito propensos a acreditar que, com tantos e tão variados componentes que entram nas relações de raça, cada situação é única, e [que] fazer generalizações é um procedimento arriscado" (p. 156). A tese de Berry, ainda que não necessariamente destinada a seguir essa direção, determinou o tom para o posterior excesso de etnografias que pouco ofereceram no caminho dos avanços teóricos, mas que trouxeram muito mais detalhes da vida cotidiana entre as minorias e outros grupos humanos.

Nas duas décadas que se seguiram à década de 1970, os estudos etnológicos envolvendo povos afro-americanos, ameríndios, americanos de origem mexicana e asiáticos também despertaram dúvidas consideráveis ao questionarem se, quando, e ao benefício de quem se dava o processo bastante pomposo de fusão étnico-cultural na América. As etnografias e os estudos linguísticos sobre os enclaves negros, o norte e o sul, o escravo e o livre, sugeriram que os instrumentos empregados nas antigas análises comunitárias não haviam sido suficientemente preparados para que os sociólogos pudessem discernir os estilos culturais e as práticas sociais que distanciaram a vida afro-americana da vida de outros segmentos da sociedade (Abraham, 1964, 1970, 1992; E. Anderson, 1978; Bigham, 1987; Blassingame, 1979; Dunner, 1992; Evans e Lee, 1990; Joyner, 1984; Liebow, 1967; para uma visão geral, veja Blackwell, 1991). Outros críticos notaram que os estudos sociológicos do "dilema americano" haviam dado pouca atenção à política, aos direitos civis e à história (Boothill, 1992; Burton, 1989; Jackson, 1991; Lyman, 1972; V. J. Williams, 1989). Estudos antropológicos das nações e tribos americanas nativas preocupadas em preservar sua cultura e supostamente isoladas precisaram ceder lugar diante de uma consciência étnica em ascendência (Cornell, 1988; Martin, 1987; Sando, 1992), de demandas seletivas pelo retorno dos pertencentes do museu ameríndio (Berio, 1992; Clifford, 1990; Mes-

senger, 1991; Mills, 1991-1992; "A museum is set", 1993), do recurso indígena nas cortes americanas em busca de reparação e dos direitos estabelecidos em tratados (T. L. Anderson, 1992; James, 1992), além das alianças políticas e do traçado da descendência etnohistórica que ligaria os ameríndios aos hispânicos, aos afro-americanos e aos judeus (Forbes, 1973, 1988; Gutierrez, 1991; Tobias, 1990; Vigil, 1980). Dos antigos estudos institucionais históricos, os estudos mexicano-americanos atravessaram as etnografias dos lavadores, e, na década de 1980, passaram a fazer parte da nova revolução pós-modernista. Aos povos ameríndios convencionalmente discutidos pelos sociólogos etnográficos — ou seja, os chineses e os japoneses — somaram-se aos recém-chegados, entre eles coreanos, taiandeses, vietnamitas, cambodjanos, laosianos e os hmong (Chan, 1991; Hune et al., 1991; Knoll, 1982; Nomura et al., 1989; Okhiro et al., 1988; Takaki, 1989). E, como no caso dos etnógrafos americanos de origem mexicana, também está começando a surgir uma mudança nas questões e nos métodos — que se afastam dos debates sobre a necessidade e sobre o modo de avaliar a assimilação e a aculturação indo em direção a tópicos tão pós-modernos quanto o caráter, o conteúdo e as implicações do discurso racial a respeito dos asiáticos na América (p. ex., K. J. Anderson, 1991; Okhiro, 1988). À medida que os povos das Índias Orientais, da Oceania, os birmaneses, os malaios e outros povos daquele que antes era chamado "o Oriente" passaram a reivindicar uma causa comum com os grupos asiáticos estabelecidos anteriormente (Espiritu, 1992; Ignacio, 1976; Mangráfico, 1988), mas insistiram na integridade sociocultural e histórica de cada povo, bem como no direito que cada um tem de escolher seu próprio caminho dentro da sociedade americana, ficou clara a continuidade da tendência em direção ao pós-modernismo etnográfico (Ftune et al., 1991; Leonard, 1992).

Em 1980, a Harvard University Press editou sua enorme enciclopédia, a *Harvard Encyclopedia of American Ethnic Groups* (Thernstrom, 1980), uma obra que incluiu não apenas verbetes separados para "africanos" e "afro-americanos", como também ensaios individuais destinados a cada uma das 173 diferentes tribos de índios americanos e descrições sobre cada um dos povos asiáticos que chegaram nos Estados Unidos vindos de praticamente todas as regiões ao leste de Suez. O verbete de Harold J. Abrahamson, "assi-

mitação e pluralismo", na verdade anuncia o desperdício da sociologia americana não apenas de seu sonho da assimilação final de cada povo do país, mas também de sua combinação da assimilação com a americanização: "A sociedade americana (...) revela-se como uma composição não apenas de várias origens étnicas, mas também de muitas reações étnicas distintas (...). Não existe uma única reação ou adaptação. A variedade de estilos no pluralismo e na assimilação sugere que a etnicidade é tão complexa quanto a própria vida" (p. 160; Gleason, 1980; Novak, 1980; Wälzer, 1980).

No momento, o pluralismo havia conquistado seu lugar no palco central paradigmático. Porém, mesmo essa orientação não serviu para esgotar as possibilidades ou para descartar os problemas que surgem da presença de raças e de povos diversos na América. Em 1993, juntamente com Rita Jalali, Seymour Martin Lipset, foi feita uma crítica a formulação feita por Park quatro décadas antes sobre um ciclo inevitável que levava à assimilação, observou que "a raça e a etnicidade oferecem o exemplo mais surpreendente de fracasso geral entre os especialistas na hora de prever as evoluções sociais em variados tipos de sociedades" (Jalali e Lipset, 1992-1993, p. 585). Além do mais, a celebração do pluralismo que agora prevalece no pensamento social encobre o reconhecimento de um problema fundamental: o autodomínio a ser depositado sobre as reivindicações concorrentes apresentadas por cada grupo étnico e racial.

A etnografia agora: o desafio pós-moderno

Historicamente, o método etnográfico tem sido empregado tanto por antropólogos quanto por sociólogos. Os esquemas narradores daqueles que utilizaram esse método no passado foram quase abandonados pelos etnógrafos contemporâneos. As transformações sócio-históricas da sociedade e da consciência no mundo moderno enfraqueceram os fundamentos teóricos e de valores da antiga etnografia.

Com o atual abandono de praticamente toda a faceta do que hoje pode ser reconhecido como os legados enraçados, seculares, escatológicos de Comte, Tönnies, Wessier, Redfield, Park e Parsons — ou seja, o reconhecimento de que o "método comparativo" e a antropologia do primitivismo é ineren-

temente imperfeita em função de sua parcialidade eurocêntrica e de suas inadequações metodológicas, a determinação de que a *gemenshaft* da pequena comunidade foi substituída pela esmagadora força da economia política nacional da *gesellschaft*, a descoberta de que a assimilação não é inevitável, e a compreensão da permanência dos laços étnicos e dos grupos por longos períodos (às vezes, combinando desarmônicas íntimas profundamente incrustadas com uma visível exposição da solidariedade sociocultural, outras vezes na condição de "heróis fantasmas", ou como conchas vazias de uma alegada distinção etnocultural que mascara uma aculturação que já desgastou quaisquer formas elementares de existência que garantisse uma validade primordial a essa alegação, ou, por fim, como asserções semi-articuladas de uma consciência de unidade enquanto povo, a qual avançou através e "além do *meeting point*" sem ter sido completamente dissolvida em seu calorido ardente) — a etnografia e a etnologia poderiam manifestar-se em seus próprios termos?!

A etnografia não mais teria que servir aos interesses de uma teoria de progresso voltada para a cultura de cada etno. A etnologia não mais precisaria descrever a quietude passível, provincializar a superioridade moral, ou documentar a segurança psíquica supostamente presente nos vilarejos daqueles que não possuem escrita, nas sociedades populares dos povos não-ocidentais, nas pequenas comunidades de bosques e de florestas, nas cidadzinhas americanas, ou nos enclaves étnicos urbanos dos EUA ou das metrópoles mundiais. A etnografia não mais teria que mapear a posição exata de cada grupo de *stems* baseado na tradição e na atribuição à medida que este decaísse em sua trajetória socioculturalmente determinada que acabaria por lhe levar a uma massa, a uma classe ou a uma sociedade civil e reconpô-lo no processo.

Livre dessas restrições conceituais e teóricas, a etnografia e a etnologia está, ou pela primeira vez como se estivessem, em condições de expressar suas próprias versões da revolução da "vida" contra "as formas de vida" — uma revolução cultural do século XX prevista por Simmel (1968) como iminente e trágica. Assim como Simmel previa que os revolucionários culturais que ele viu surgir na Europa antes da Primeira Guerra Mundial iriam contrapor-se tanto ao casamento quanto à prostituição com o pretexto de que ambos eram uma forma do erótico e de

que eles desejavam libertar o erótico de todas as formas de si mesmo, também os novos etnógrafos declamam-se autolibertos do peso da consciência histórica, aliviados da ansiedade da influência (Bloom, 1979).³² e, na verdade, satisfeitos por se tornarem testemunhas e repórteres das incontáveis cenas do mundo quixotesco que emergem das ruínas da religião e da teoria social secular (Kundera, 1988).

A proclamação da etnografia como uma orientação e uma prática que se autodefinem na sociologia e na antropologia e a impropriedade da visão pós-modernista dentro desta ocorreram recentemente, de forma irregular, e em mudanças um tanto desordenadas. Aleksandr Solzhenitsyn (1993) uma vez chamou atenção para o fato de que "nenhuma nova obra de arte passa a existir (seja consciente ou inconscientemente) sem que haja um elo orgânico ao que foi criado anteriormente" (p. 3). Esse também continua sendo o caso da ciência social, como demonstrarão os novos avanços na etnografia sociológica e antropológica.

Um ponto de partida do movimento emancipatório na metodologia etnográfica deve ser encontrado no ensaio seminal de Peter Manning "Analytic Induction" (Indução Analítica) (1982/1991). Procurando firmar a etnografia em uma base ainda mais sólida da perspectiva interacionista simbólica e esperando reforçar suas conexões com o período clássico da "escola de Chicago", Manning primeiro tentou prevenir qualquer profissional do projeto sociológico contra o emprego de qualquer "conceito e teoria desenvolvidos para lidar com os problemas desses outros tipos de disciplinas como a psicologia behaviorista, a economia, a medicina ou as ciências naturais ou físicas". Ele identificou a indução analítica como um procedimento derivável dos escritos de George Herbert Mead e de Florian Znaniecki sobre o método científico, observando que esta havia sido empregada com maior ou menor precisão por etnógrafos clássicos de Chicago como Thomas e Znaniecki, e, mais tarde, por Robert Cooley Angell, Alfred Lindesmith e Donald Cressy. Diferente das abordagens dedutivas, históricas-documentárias e estatísticas, a indução analítica era "um método sociológico qualitativo não-experimental que empregava uma investigação exaustiva de casos a fim de provar generalizações causais, universais". O método do caso deveria constituir a base crítica de uma sociologia qualitativa revitalizada.

O direito à universalidade das generalizações causais é — no exemplo oferecido por Manning como o modelo do método³³ — o mais raro, pois origina-se no exame de um único caso estudado à luz de uma hipótese pré-formulada que pode ser reformulada caso esta não se encaixe nos fatos e uma "certeza prática" da hipótese (reformulada) é obtida "após o exame de um pequeno número de casos". Considera-se que a descoberta de um único caso negativo sirva para refutar a hipótese e exigir sua reformulação. Após se chegar a um grau de "certeza", "para fins de comprovação, casos que estejam fora da área circunscrita são, por definição, examinados a fim de determinar se a hipótese final aplica-se ou não a eles". Se esta se aplica, isso significa que há algo de errado com a hipótese, pois as "generalizações científicas consistem em descrições de condições que estejam sempre presentes na ausência deste". As duas soluções para o procedimento completo, aponta Manning, são a definição do fenômeno que está sendo investigado e a formulação da hipótese experimental. No final das contas, entretanto, Manning admite que, apesar de seu objetivo, a indução analítica não corresponde à necessidade científica de suas teorias — "entender, prever e controlar os acontecimentos". Após uma crítica cautelosa e completa do procedimento por ele escolhido em meio a seus concorrentes metodológicos, Manning afirma: "A indução analítica não é um meio de predição; não estabelece claramente a causalidade; e provavelmente não pode suportar um exame probo de suas alegações de [estar] elaborando enunciados universais". De fato, Manning adianta-se apontando que, "de acordo com os padrões ideais mais exigentes da disciplina, a indução analítica como uma perspectiva distintiva, filosófica e metodológica é menos poderosa do que a indução enumerativa ou do que os métodos de modelagem axiomática". O ensaio de Manning parece prestes a expulsar da comunidade científica um método intrínseco à etnografia.

A avaliação franca de Manning dos pontos fracos da indução analítica é "extraída de um modelo positivista, dedutivo, do empenho científico, um modelo que se agarra em um grupo restrito de preocupações". Os proponentes desse modelo buscam estabelecer as condições e os limites das ciências sociais de acordo com os critérios deste. Na verdade, embora haja poucos estudiosos americanos que pareçam saber muito a respeito da longa história ou da irreso-

obtivemos de apoio plausível - em termos de

lucção dos debates sobre casos epistemológicos nas ciências sociais, os próprios temas desses debates são centrais para as questões que estão sendo levantadas pelos positivistas (quanto a esse tema, ver Rorty, 1982, p. 191-210).

Na defesa da indução analítica, Manning invoca uma antiga e pouco reconhecida crítica de Sorokin (1965), a saber: "o que é considerado metodologia (laptopriada) em um dado momento está sujeito a caprichos, modas e traquezas". Manning prossegue atribuindo à indução analítica a qualidade de ser uma "fonte viável de dados e conceitos" e de auxiliar os investigadores a resolver "as particularidades de um determinado evento (e distingui-las do que for) geral e teórico". Porém, Erving Goffman, que, sem dúvida, é um profissional da sociologia cuja orientação metodológica assemelha-se — porém não é idêntica — à indução analítica, avança ainda mais. Em 1961, defendendo sua própria marca de sociologia etnográfica, em oposição à construção de sistemas e à indução enumerativa, ele escreveu:

No momento, se os conceitos sociológicos devem ser tratados com carinho, cada um deles deve permanecer ao ponto em que melhor se aplica, sendo a partir daí, rastreado até onde parece levar, e pressionado a revelar o resto de sua família. Mais vale, talvez, ter diversos casacos para agasalhar bem as crianças do que uma única barraca esplêndida para abrigá-las na qual todas fiquem tremendo de frio (p. xiv).

Uma década mais tarde, Goffman (1971) atizou por completo as afirmações científicas dos sociólogos positivistas: "Parece que existe um tipo de magia solidária no ar, a suposição de que se você passa pelas proposições atribuíveis à ciência, o resultado será uma ciência. Mas não é o que acontece" (p. xvi).

Com o declínio do interesse, do apoio ou da criação nos antigos propósitos para a prática da etnologia, até os anos de 1970 já havia surgido também um descontentamento concomitante às afirmações epistemológicas bem como às aplicações políticas ocultas ou reservadas (Diamond, 1992; Horowitz, 1967) das perspectivas dominantes da sociologia (Vidich, Lyman e Goldfarb, 1981) e da antropologia (Clifford e Marcus, 1986; Fox, 1991; Mangano, 1990). Houve a necessidade de uma visão que pudesse ser utilizada para executar projetos de pesquisa e, ao mesmo tempo, tratar os mesmos recursos de cada disciplina

como um tópico a ser investigado criticamente. Surgiu o pós-modernismo, que aparentemente preenche essa necessidade.

Ao final de seu ensaio, Manning faz uma alusão ao tema que estouraria nas páginas de praticamente todo o pós-guerra e do período posterior à Guerra Fria: "Em uma era de existencialismo, a autoconstrução pertence tanto ao método sociológico quanto à construção da teoria". O que mais tarde ele perceberia como uma razão para desenvolver uma abordagem formalista e semiótica para a realização do trabalho de campo (Manning, 1987, p. 7-24, 66-72) era o fato de que cada construção passaria a ser vista como inextricavelmente ligada à seguinte: acreditando-se que cada uma delas fornecesse uma imagem refletida distorcida tanto do corpo (Cornwell, 1992; Featherstone, Hepworth e Turner, 1991; Fehrer, 1989; Sneyers-Johnstone, 1990, p. 112-113; 1992) quanto do eu (Kotarba e Fontana, 1987; Krieger, 1991; Zaner, 1981), tanto do *Umwelt* do indivíduo quanto do mundo do outro (o conceito de *Umwelt* é desenvolvido por Gurwitsch, 1966). Porém, para aqueles que aceitaram a crítica, mas rejeitaram o neofornalismo como técnica para a etnografia, abriu-se um novo campo de investigação — a representação. Por essa razão parte da melhor etnografia pós-moderna concentrou-se na mídia que confere imaginação à vida real (Bhabha, 1990b; Early, 1993; Gilman, 1991; Trinh, 1991). A justificativa para abandonar os campos da experiência vivida e partir ao que é representado como tal é a suposição de que o primeiro é percebido holograficamente, exigindo a tematização da representação como um problema na construção de "ficções persuasivas" (Baudrillard, 1988a, p. 27-106; Norris, 1990).

O etnógrafo pós-moderno toma a tragédia da cultura de Simmel como um fato consumador: no momento, é impossível libertar a vida que para livremente de todas as suas formas restritivas (Strathern, 1990). O sociólogo-etnógrafo pós-moderno e seus sujeitos situam-se em um mundo suspenso entre as memórias ilusórias de uma inocência perdida e os sonhos milenários de uma utopia difícil de se realizar. A partir dessa postura, não apenas o ponto de vista do investigador é problemático (Lemert, 1992; Weinstein e Weinstein, 1991), mas também o das pessoas a serem investigadas. Na realidade, cada pessoa é "atçada pela mídia de massa, pela alienação,

pela economia, pela nova família e pelos sistemas de assistência infantil, pela tecnologia incessante do mundo social e pela ameaça de aniquilação nuclear" (Denzin, 1989, p. 139). E, se o antropólogo-etnógrafo deve proceder de acordo com a perspectiva pós-moderna, ele, por um lado, precisa perder parte de seu modo de "se tornar primitivo" (Ferguson, 1990) e, por outro, precisa lutar contra a afirmação de que a imaginação eurocêntrica atende a praticamente todos os relatos anteriores do mundo "primitivo" (Bhabha, 1990a; Dilik, 1987; Turner, 1992; West, 1992). Para esses etnógrafos, Helmut Kuzmics (1988) faz a seguinte observação: "A afirmação de que o 'gradualismo evolutivo' da teoria da civilização a torna incapaz de explicar a aparente simultaneidade da civilização em um sentido mais restrito do que se pressupõe pelos mais altos valores do Iluminismo), e a 'barbarie' ainda precisa ser enfrentada de forma mais completa" (p. 161).

Como propõem os defensores da indução analítica, incidimos com uma definição desta nova visão — o pós-moderno. Charlene Spretnak (1991, p. 13-14), que critica grande parte do pós-modernismo que estuda, define-o de um modo abrangente e útil:

Uma sensação de deslocamento, de deslocamento e de compromisso superficial domina a estética pós-moderna desconstruída, pois a falta de embasamento é a única constante reconhecida por essa sensibilidade. O mundo é considerado um labirinto representativo de "produção social", uma construção de pseudo-identidades que são impulsionadas e influenciadas por dinâmicas culturais e por "regimes de poder" sutilmente difusos. Os valores e a ética são considerados arbitrários, assim como a "história", vista pelos pós-modernistas desconstruídos como a seleção automática de fatos de um grupo ou de outro. Rejeitando todas as "narrativas" ou representações supostamente universais da realidade, os pós-modernistas desconstruídos insistem que a elaboração de cada aspecto da existência humana é criada culturalmente e determinada em circunstâncias localizadas, particulares, sobre as quais nenhuma generalização pode ser feita. Mesmo o significado particularizado, comundo, é julgado relativo e temporário.

A definição de Spretnak nos permite visualizar como age o etnógrafo pós-moderno. O etnógrafo pós-modernista ingressa em um mundo do qual se exige

que ele tenha se atasiado e se deslocado. Na realidade, a figura desse etnógrafo é reconstruída como a do "estranho" de Simmel (1950) (Frisby, 1992) e a do indivíduo "marginalizado" de Park (1929/1969a) e de Stonequist (1937/1961) (Wood, 1934/1969, p. 245-284). Assim como aqueles etnógrafos ideais alheios a si mesmos, esse cientista social inicia seu trabalho como um indivíduo autodefinido recém-chegado ao habitat e ao mundo de vida de seus sujeitos (Ager, 1980; Georges e Jones, 1980; D. Rose, 1989). Ele é um estudioso e um cidadão (Saxton, 1993), e também um observador participante (Vidich, 1985). As várias tradições e objetivos da etnografia, incluindo especialmente a busca por generalizações válidas e conclusões reais, são temporariamente desprezadas em nome de "descrições densas" (Geertz, 1973), as quais, por sua vez, propiciam o "interpretação densa" — combinando a etnografia à biografia e à experiência vivida (Denzin, 1989, p. 32-34). A história é expulsa do projeto etnográfico, exceto quando e no sentido de que as histórias populares locais entram nos vocabulários de motivo e de conduta empregados pelos sujeitos estudados.³⁴ Como cruzar o divisor de águas pós-moderno (Borgmann, 1992; I. Chambers, 1990) requer como recursos para o estudo etnográfico, o abandono de todos os valores, teorias, perspectivas, preferências e preconceitos estabelecidos e preconcebidos, o etnógrafo deve aglutiná-los, tratando-os como se fossem arbitrários e contingentes, e não hegemônicos e notreadores (Rosenau, 1992, p. 25-76). É por essa razão que o etnógrafo pós-modernista leia a sério o objetivo de desconstruirmos como Derrida (1976, 1981), Lyotard (1989), e Baudrillard (1981, 1983, 1988b), ou seja, de desprivilegiar todos os textos recebidos e discursos estabelecidos em favor de um ceticismo crítico completamente abrangente em relação ao conhecimento. Ao agir dessa forma, o etnógrafo consegue deslocar e desconstruir seu próprio lugar na hierarquia dos *status*, os quais inúmeras vezes disfarçam seu caráter hostil como dicotomias (Bendix e Berger, 1957, para uma análise pós-moderna de uma dicotomia, ver Lyman, 1992a). Em vez disso, a todas estas dá-se contingência — as contingências da linguagem, da personalidade consistente, e da comunidade (Rorty, 1989; C. Taylor, 1989).

Para os antropólogos, as novas formas da etnografia partem de um reconhecimento de sua limitação irredutível: a própria apresentação das informa-

ções etnográficas em uma monografia é um "texto", estando, portanto, sujeito a todo um aparato crítico que a perspectiva pós-moderna traz para influenciar qualquer texto.³⁵ O projeto etnográfico deve ser imaginado como uma tarefa que multissimas vezes é assumida por um estranho não-aculturado orientado por tudo quanto a mistura inquietante de poesia e política possa oferecer aos seus esforços no sentido de compreender uma cultura estranha. Uma etnografia, agora, é considerada sobretudo um trabalho escrito — e, como tal, não se pode dizer que ela apresente ou represente o que a mais antiga e a recente ideologia descredita da ex-etnografia exigiu para si mesma: um registro inalterado e não-filtrado da experiência imediata e um retrato exato da cultura do "outro".

A crítica pós-moderna tem engendrado algo que se assemelha a uma crise entre os antropólogos de hoje. Assim como nas reações a outras crises, uma nova consciência do eu e do outro entrou em evidência, e os imperativos da reflexividade deslocaram a atenção para os aspectos literários, políticos e históricos da etnografia, bem como aos imperativos da carreira, os quais, até o momento, haviam sido ignorados. Ocupando-se dessas questões, líderes da disciplina como Clifford Geertz, Mary Douglas, Claude Lévi-Strauss e, mais recentemente, Victor Turner, obscureceram a antiga distinção entre a arte e a ciência e desafiarão a própria base do direito a um rigor exigente, ao dizer a verdade sem pestanejarem e ao relato imparcial que marcaram o limite que separa uma da outra.

A releitura das obras do cânone etnográfico clássico hoje tornou-se uma tarefa crítica da maior importância. É preciso inventar uma nova forma de método estruturalista se quisermos escavar essas obras, revelar suas verdades ocultas e desvendarem antolhos. Esse cânone agora deve ser visto como um produto da era do colonialismo ocidental, tendo sofrido limitações metodológicas pelas ideologias da metrópole e pelas convenções literárias que deram voz e qualidade às suas obras. Todavia, essas etnografias não devem ficar relegadas à literatura histórica de uma época rejeitada de infância disciplinar pelos antropólogos de hoje e de amanhã. Antes disso, em consideração ao fato, de que poucos desses atuais e futuros antropólogos seguirão trajetórias em suas carreiras como as de Malinowski ou de Powdemaker — ou seja, passando décadas de suas vidas morando

com povos da Oceania que não possuem escrita, que deslocando-se da tarefa etnográfica da observação, queima roupa de um grupo de sul-africanos para outro, vivendo entre os negros em uma cidadela segregada do Mississippi, e então mudando-se para mais outra, examinando de perto como a indústria cinematográfica de Hollywood tornou-se uma "técnica dos sonhos" — o etnólogo da atualidade e de um futuro imediato provavelmente realizará apenas uma etnografia — uma dissertação que faça valer seus direitos para o título de etnólogo e para as vantagens de uma vida acadêmica em grande parte afastada do campo. Além do mais, as considerações que envolvem a carreira não são o único elemento a afetar a etnologia. O próprio "campo" tornou-se limitado pela marcha da descolonização e da modernização que alcançou povos uma vez "primitivos". São esses os motivos que fizeram com que a releitura das antigas etnografias passasse a ser uma forma indireta de experimentar os caminhos originais da disciplina, ao passo que sua crítica possibilita ao etnólogo um distanciamento das fraguças modernistas. Com a exceção da etnografia em forma de dissertação e daqueles antropólogos que preferem se destacar no terreno dos etnólogos sociológicos igualmente pós-modernos dos ambientes urbanos e industriais, é possível que a tarefa etnográfica da antropologia passe a se dedicar à leitura de textos e à redação de críticas. O "campo" pode estar situado na literatura do indivíduo ou em seu estudo.

Dada a postura epistemológica e o status social desprivilegiado dos etnólogos pós-modernos, dois problemas fundamentais para a versão sociológica da nova etnografia são sua relação com a mudança social e com a ação social, e o alcance aplicável de suas representações da realidade.

O primeiro problema foi apresentado e também respondido por Michael Burawoy e colaboradores (1992) em sua concepção da "etnografia limitada" e do papel do "método de caso ampliado". Eles discutiram o etnógrafo para os contextos macropolíticos, econômicos e históricos nos quais ocorrem os eventos diretamente observados, percebendo nesses contextos históricos questões fundamentais de dominação e resistência (Fagin, Orum e Sloberg, 1991). Norman Denzin (1989), um líder das abordagens pós-modernas para a etnografia, abordou a questão da generalidade de duas maneiras distintas porém relacionadas. Seu conselho para os etnólogos é de que

primeiro eles mergulhem na vida dos sujeitos estudados e, após atingirem uma compreensão profunda, por meio de um esforço rigoroso, produzam uma reprodução e uma interpretação contextualizada das histórias por eles narradas. No fim das contas, um relatório etnográfico apresentará uma síntese integrada da experiência e da teoria. A "teoria interpretativa final tem múltiplas vozes e é dialógica. Baseia-se em interpretações nativas e, na verdade, simplesmente articula o que está implícito nessas interpretações" (p. 120). O afastamento estratégico de Denzin do beco sem saída epistemológico apresentado por observações tão assustadoras como o cenário específico de Bery em relação à possibilidade de se fazer generalizações válidas em uma sociedade etnoculturalmente pluralista, ou em função do crescente ceticismo frente ao tipo e à qualidade dos resultados que a adesão dos sociólogos aos modelos positivistas e da ciência natural engendrará (T. R. Vaughan, 1993, p. 120), deve marcar o começo da condição pós-moderna como a própria ocasião para apresentar um novo tipo de etnografia. Na verdade, o que ele faz é encorajar uma atitude etnográfica de engajamento em um mundo ontologicamente absurdo, mas sempre significativo aqueles que nele vivem (veja Lyman e Scott, 1989). Assim, ele conclui seu tratado metodológico afirmando que o mundo entrou agora em sua Quarta Época (segundo a Antiguidade, a Idade Média e a Era Moderna), e que esta última época é, na realidade, o "período pós-moderno" (Denzin, 1989, p. 138). O método etnográfico apropriado para esse período, prossegue Denzin, é aquele dedicado "a compreender como esse momento histórico universaliza-se na vida de indivíduos interessantes" (p. 189).

Método e substância unem-se no reconhecimento comum de que todas as pessoas participam do mesmo mundo e regem a ele de alguma maneira. O estudo da condição comum e a revelação da reação comum complementam-se no traçado do tecido formado pelo frágil, porém não desgastado, novelo sociológico da era pós-moderna.

O pós-moderno é uma forma cultural e também uma era da história. Enquanto forma cultural, assim como todas as formas observadas por Simmel, convida e evoca suas tendências neutralizantes e rebeldes, sendo também provável que venha a sofrer a penúltima tragédia da cultura — a inabilidade de lidar com a vida de todas as suas formas (Weinstein e Weinstein, 1990). Porém, nesta era, o sociólogo-et-

noógrafo não será um mero observador dessa história; ele participará de sua eterna busca pela liberdade, e será um parceiro e um repórter "das dores e das agonias, das experiências emocionais, das grandes e pequenas vitórias, dos traumas, dos temores, das ansiedades, dos sonhos, das fantasias e das esperanças" presentes nas vidas das pessoas. São esses os aspectos que constituem as etnografias desta era — narrativas reais do campo (Van Maanen, 1988).

Os métodos da etnografia tornaram-se extremamente refinados e diversos, e as razões para a prática de etnografia multiplicaram-se. Não mais ligada aos valores que guiaram e centralizaram o trabalho dos primeiros etnólogos, a nova etnografia abrange um tema vasto, limitado apenas pelas variedades da experiência na vida moderna; os pontos de vista que podem originar as observações etnográficas são tão numerosos quanto as escolhas de estilos de vida disponíveis na sociedade moderna. Nossa esperança é de que o requinte tecnológico do método etnográfico encontre sua absorção na descoberta de novas séries de problemas que levem a uma compreensão maior do mundo moderno.

Ainda que seja verdadeira a afirmação de que, em um certo nível, toda a pesquisa é uma iniciativa exclusivamente individual — e não parte de um corpo sacrossanto de conhecimento cumulativo — também é verdade que esta é sempre orientada por valores que não são exclusivos do investigador. Somos todos ciaruras de nossos próprios passados sociais e culturais. Entretanto, para que seja significativa para os outros, a exclusividade de nossa própria experiência de pesquisa ganha significado quando esta relação de nossos contemporâneos. Os etnólogos podem encontrar a compreensão social e cultural somente se estiverem cientes das fontes das idéias que as motivam e dispostos a confrontá-las — com tudo o que envolve um confronto como esse.

Notas

1. Para uma discussão sobre as similaridades fundamentais existentes entre os chamados métodos quantitativos e qualitativos, ver Vaidich e Bensman (1968, Cap. 13).
2. Aqui, simplesmente comentamos um sério problema encontrado na filosofia e na epistemologia das ciências sociais, e apresentamos uma abordagem possível

- para ele. Algumas das questões levantadas e debatidas em obras como as de C. W. Smith (1979), Kabinow e Sullivan (1979), G. Morgan (1983), Fiske e Shweder (1986), Hare e Blumberg (1988), Ashmore (1989), Minichi (1990), Bohman (1991), Sadrí (1992, p. 3-32, 105-142) e Harre (1984).
3. Muitas das questões levantadas por esta nova visão são tratadas nos ensaios reunidos em A. Rose (1988).
4. As informações a seguir são aproveitadas de Lyman (1990a).
5. Essa orientação difere daquela empregada por Tucídides (1972) em *History of the Peloponnesian War*. Sua observação foi feita partindo-se da perspectiva de um participante que se atastou das normas de ambos os lados antagonistas ao mesmo tempo em que nunca tornou explícitos seus próprios valores. Seu livro misturava legiões de estudiosos que tentam descobrir seus temas subjacentes, sem compreenderem que o trabalho é repleto de ambigüidades que não se prestam a um único ponto de vista. Para diversas perspectivas sobre a obra de Tucídides, ver Kito (1991, p. 136-152), Kluckhohn (1961, p. 4, 34-35, 55, 64-66), Humphreys (1978, p. 94, 131, 143, 227-232, 300-307) e Grant (1992, p. 5, 45, 148-149).
6. Ao discutir os crimes cometidos pelos espanhóis contra os índios, Hosié (1992) declara: "Certamente, não é fácil responder à seguinte questão: será que os padres que acompanharam os conquistadores também foram responsáveis, mesmo que tenham condenado a violência empregada, à medida que sua presença, de um certo modo, legitimou a iniciativa? É impossível negar que sua mera presença contribuiu para que o cristianismo parecesse uma religião extremamente hipócrita, que falava do amor universal, mas que, no entanto, era a religião dos criminosos brutais. Contudo, fica claro que, sem a presença dos missionários, teria sido ainda maior o número de crueldades cometidas. A hipocrisia ao menos reconhece, em tese, determinadas normas, dando, assim, ao oprimido a possibilidade de reclamar certos direitos. A brutalidade aberta pode ser mais sincera, mas a sinceridade não é o único valor. A brutalidade sincera não gera nada de positivo; a hipocrisia, por outro lado, traz em si mesma a força capaz de vencê-la" (p. 236). Se produz algum resultado, a defesa do cristianismo de Hosié revela a dificuldade ainda presente nos debates em torno dos valores universalistas em oposição aos relativistas, deixando bem aberta qualquer solução para o problema. Ver também Lippy, Choquette e Poole (1992). Para saber mais sobre a história e as discussões envolvendo a disputa entre Las Casas e Sepúlveda e suas implicações para a etnohistória e a etnologia das Américas, ver Hanke (1949/1965, 1959/1970, 1974).
7. Um belo exemplo é o estudo etnográfico realizado pelo Bispo Robert Henry Codrington (1891), intitulado *The Melanesians*. O estudo de Codrington serve como fonte única para o capítulo sobre os melanesios (p. 141-160) do antropólogo Loomis Harewary (1972) da Universidade de Yale. Para ler um trecho de *The Melanesians* intitulado "Mana" ver Codrington (1974). Ver também a discussão crítica em Klippel (1988, p. 152-170).
8. Um bom exemplo que também serve para ilustrar o desprezo dos antropólogos diante dos efeitos desastrosos do empurro missionário na vida e na cultura nativas deve ser encontrado na última obra publicada de William Hale R. Rivers (1922/1974).
9. Assim, caso o leitor queira examinar atentamente uma exposição bem-conhecida da cultura "primitiva" — *Our Primitive Contemporaries*, de George Peter Murdock (1934) — como um exemplo de um aspecto do "método comparativo", nesse sentido ele descobrirá todo o conteúdo de 18 povos que ocupam tempo e espaço coincidentes ao do autor, organizadas em função de geografia, porém, — empregando o termo *primário* como o adjetivo descritivo ao longo da obra — fazendo com que o título do livro se transforme em um oxímoro histórico (ou seja, diacrônico). Para uma crítica cuidadosa, ver Book (1966).
10. Duas exceções a esse modo de expressão etnohistórica merecem uma observação: William Graham Sumner (1840-1910), que cunhou o termo *evolucionismo*, aparentemente também sugeriu que a comissão do Congresso ou dos tribunais de fazer qualquer coisa para deter o linchamento dos negros do sul eram um sinal de algo inferior àquele avanço da nação a uma civilização aperfeiçoada que outros etnólogos estavam dispostos a creditar à América e a outras repúblicas do Ocidente: "É indelicado ver qualquer indivíduo queimado na fogueira em um Estado civilizado moderno" (Sumner, 1906/1940, p. 471; veja também Sumner, 1905/1969). Thorestein Vehlen (1857-1929) em *prego* ironicamente categoriza como "selvagens" e "barbárie", geralmente considerando os códigos morais e os valores pecuniários dos povos assim rotulados como superiores para aqueles povos que aderiram à ética protestante ou ao espírito do capitalismo e contestando os clamores da superioridade ariana que estavam bastante em voga na sua época (ver Vehlen, 1899/1959, 1914/1990, 1919/1961a, 1919/1961b, A. K. Davis, 1980; Diggins, 1978; Tiltman, 1991).
11. Os *Human Relations Area Files* foram reproduzidos, comercializados e distribuídos para os departamentos de antropologia de outras universidades. Isso não apenas acrescentou um elemento de padronização e de uniformidade aos estudos culturais, mas também possibilitou ao analista da etnografia deixar de viajar ao campo. Duas pesquisas realizadas pelo sociólogo de Harvard Orlando Patterson (1982) servem para ilustrar que essa abordagem ainda está na moda. Patterson conta com a "Amostra de Mundo" de Murdock, então com 61 sociedades escaravadas (de um total de 186 sociedades), dispostas geograficamente, reorganizando-as, porém, temporariamente a fim de fazê-las servir a uma tese desenvolvimentista que procura revelar as variações assim como as origens funcionais da escaravada. Com base nesse método, não é de se surpreender que, na sequência de seu estudo, Patterson (1991) acredite que possa demonstrar que "os tupinambás, os gregos antigos e os romanos, além dos nativos do sul dos Estados Unidos, *não marcadamente diferentes em tempo, local e níveis de desenvolvimento sociocultural*, não obviamente revelam a excepcional raridade desse complexo de cultura e caráter" (p. 15; grifo nosso).
12. Para saber sobre a conceitualização de um setor dos povos mundiais como pertencente ao Terceiro Mundo, veja Worsley (1964, 1984).
13. O fato de o capitalismo ter contribuído para o subdesenvolvimento tanto nos impérios ultramarinhos europeus quanto no "colonialismo de gueto" que cresceu na América transformou-se em uma hipótese e até mesmo em um artigo de fé com capacidade para influenciar a perspectiva da etnografia pós-tradicional (Blauer, 1972; Marshall, 1983; Hechter, 1975).
14. Para uma visão histórica das teorias sobre o "final dos tempos" — escatológicas, milenaristas, sagradas e culturais —, assim como de outros modos de cronologias de acontecimentos, ver Paolo Rossi (1987).
15. Deve-se observar que, até o início da Segunda Guerra Mundial, a etnografia americana concentrou-se quase que exclusivamente nos índios americanos e nos habitantes aborígenes das colônias americanas. Os interesses dos antropólogos nas principais culturas da América Central e do Sul eram voltados para a arqueologia e destinavam-se a preencher o "registro pré-histórico" e a encher museus. Parte do estudo etnográfico foi realizada nas ilhas do Pacífico controladas pelos EUA (em conjunto com o Bernice P. Bishop Museum do Havaí). Margaret Mead trabalhou no Samoa Americana e foi uma das primeiras não-missionárias a fazer uma etnografia de uma ilha do Pacífico. Seu trabalho, cujo objetivo em parte era criticar as tradições e os costumes sexuais puritanos da América, apresentou uma visão exagerada da verdadeira situação na Oceania e acabou sendo contestado (Fremant, 1983; Holmes, 1987; Mead, 1928/1960a, 1930/1960b, 1949/1960c, 1955/1960d).
16. Essa foi a mesma perspectiva adotada por antropólogos que administraram os centros de reassentamento japoneses durante a Segunda Guerra Mundial e que fizeram parte de seu treinamento na reserva. Para relatos dos antropólogos que passaram da etnografia e da administração do encarceramento americano para o nipo-americano, ver Leighton (1945), Wax (1971), Spicer, Hansen, Luomala e Opler (1969) e Myer (1971). Para uma crítica vigorosa, ver Dinnon (1987).
17. Para algumas etnografias representativas dos povos ameríndios do sudoeste, ver Schwatka (1893/1977), Nordenskiöld (1893/1979), McGee (1899/1971), Coillard (1913/1976), White (1933/1974), Spicer (1933/1978) e Kluckhohn (1944). Ver também Eggan (1966, p. 112-141).
18. Uma etnografia recente sobre os zunbis realizada por Tedlock (1992) apresenta uma reflexão e uma avaliação crítica do trabalho de Cushing naquela tribo.
19. Radin (1935/1970, 1936/1971a) também desenvolveu trabalho de campo entre os italianos e os chineses de São Francisco.
20. Clark Wissler (1940/1966a, 1938/1966b) firmou suas referências com base em uma vida de serviços ao estudo etnohistórico e etnográfico dos Estados Unidos. Apesar de não ter sido executado na Universidade de Chicago, esse estudo tem a marca da abordagem dessa escola.
21. Nesse relatório, ele foi o primeiro a perceber o novo papel do reitor da universidade como um "Capitão da erudição" na esfera administrativa, as origens das relações públicas da universidade destinadas a proteger a imagem do aprendizado e os fundamentos empíricos (doações) do sistema universitário nos Estados Unidos.
22. Em 1992, quando surgiram novas dúvidas a respeito dos aspectos etnoculturais e étnicos do estudo de Whyte sobre "Cornville", um simpósio promoveu uma ampla revisão do assunto (veja "Street Corner Society" Revisited", 1992).
23. Uma variante social da perspectiva de Redfield entrou em caminho em alguns dos estudos da comunidade urbana, do enclavo étnico e das pequenas cidades da América que foram conduzidos ou supervisionados por antropólogos ou sociólogos de Chicago (Hanner, 1980; Lyon, 1987; Suttles, 1972, p. 3-20). (Um renascimento dos estudos ecológicos entravados na ideia dos usos socialmente construídos do espaço teve início com a publicação de Lyman e Scott, 1967; Erickson, 1980.) Já no ano de 1974, M. C. Elmer, um promissor aluno de graduação da Universidade de Chicago, havia escrito uma dissertação de Ph.D. na área de levantamentos sociais nas comunidades urbanas que refletia a mudança da tradição eclesástica para a do levantamento "científico", tanto no movimento evangélico social quanto na disciplina

- da sociologia; sete anos mais tarde, Raleigh Webster Stone (1921) de fato demonstrou que a transição para uma orientação mais moderna estava bem a caminho quando apresentou *The Origin of the Survey Movement* como sua dissertação de Ph.D. em Chicago. Em 1933, Albert Baillie Blumenthal submeteu *A Sociological Study of Small Town* como sua dissertação de doutorado na mesma universidade (Paris, 1970, p. 135-140). Entretanto, o impulso central dos estudos etnológicos no departamento de sociologia de Chicago após Robert E. Park ter-se juntado a sua faculdade afetou a organização da comunidade e da subcomunidade dentro da cidade (N. Anderson, 1959), e, para alguns, o modo como a *gentrification* podia ser reconstruída na metrópole (Fishman, 1977; Quandt, 1970).
25. O fato de as etnografias das pequenas e das grandes cidades adotarem uma abordagem mais ou menos consistente com a orientação macropolítica-econômica enfatizada por Vidich e Bensman fica evidente nas obras de P. Davis (1982), Wallace (1987), Asenault (1988), Campbell (1992), Moonhouse (1988) e Reid (1992).
26. Há tempos, Vidich (1952, 1980) já havia contribuído para a reconstrução das abordagens antropológicas para as chamadas sociedades primitivas, remanejando a necessidade desses estudos de contarem com uma orientação que tivesse por foco os efeitos do colonialismo global e suas trinaldades na estrutura e no processo das sociedades colonizadas. Para saber acerca das relações existentes entre seu estudo antropológico sobre Palau sob várias administrações coloniais e a respeito do estudo de "Springdale", ver Vidich (1986).
27. As abordagens britânicas para a sociologia histórica das pequenas cidades não adotaram a postura retórica de Tonnie (Abraham e Wrigley, 1979).
28. Ver também Glazer (1954). A "lei de Hansen" foi a base do trabalho de Kennedy (1944) e Herberg (1960). Para exemplos de monografias que ilustrem os estudos na evolução desses estudos, veja Blackman (1891/1976), P. S. Taylor (1930/1970, 1983), Gannio (1930/1969, 1931/1971), Bogardus (1934/1970) e Galzarza (1964, 1970, 1977). Para os estudos sobre a comunidade no Novo México, ver Gonzalez (1967), Sanchez (1967) e Torrest (1989). Quanto ao Arizona, veja Sheridan (1986), quanto ao Texas, veja Rubel (1971), quanto a Indiana, ver Lane e Escobar (1987), e Chicago, ver Padilla (1983). Para estudos gerais e históricos, ver Burma (1985), Officer (1987) e D. J. Weber (1992). Em relação à mudança da classe etno para a análise pós-moderna, ver Barrera (1979, 1988).
30. Trabalhos posteriores (Fuchs, 1990; Keyes, 1982; Kivisa, 1984, 1989; Lieberman, 1980; Lieberman e Walters, 1988; Royce, 1982; Steinberg, 1981; Walters, 1990)
31. Na antropologia, a mudança rumo a uma nova visão construcionista voluntarista e social da raça e da identidade.
32. Um elemento da influência intelectual e moral da origem da ansiedade, as recriações e aos esforços retóricos no sentido de desculpá-lo, de justificar ou de escapar do fardo que pesa sobre aqueles que acreditam que o pós-modernismo seja uma orientação contracultural da Esquerda, ou seja, a acusação de que seus fundadores filosóficos prementares — Heidegger e de Man — eram simpáticos e defensores do regime de Hitler e do nazismo. Para ter acesso às discussões a respeito dessa questão que está longe de ser resolvida, ver Habermas (1983), Farias (1989), Neske e Kersting (1990), Ferry e Renau (1990), Lyotard (1990), Rockmore (1992), Derrida (1992), Hamacher, Herz e Keenan (1989) e Lehman (1992). Quanto nome importante a contribuir para o pós-modernismo, Michel Foucault, despertou apreensão quanto ao grau com que suas preferências sexuais e seu estilo de vida promiscuo afetaram sua perspectiva filosófica. Para ler diversas opiniões a esse respeito, ver Posner (1987-1988), Foucault (1992), Eshon (1991), Miller (1993) e Nikkolainen (1990). Ver também Paglia (1991).
33. O exemplo de procedimento empregado por Manning foi extraído de Cressy (1953, p. 16).
34. Para uma discussão sobre as diversas questões envolvidas na relação da história com a etnografia, veja Comaroff e Comaroff (1992); compare com Nazzari (1982).
35. As informações a seguir aprovavam ensaios e comentários presentes em Clifford e Marcus (1986).

Referências

- Abeyesekere, G. (1992). *The genesis of Captain Cook: Euro-pan mythmaking in the Pacific*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Abraham, R. D. (1964). *Deep down in the jungle: Negro narrative folklore from the streets of Philadelphia*. Hattboro, PA: Folklore Associates.
- Abraham, R. D. (1970). *Positively black*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Abraham, R. D. (1992). *Singing the master: The emergence of African American culture in the plantation South*. New York: Pantheon.
- Abrahamson, H. J. (1980). Assimilation and pluralism. In Thernstrom (Ed.), *Hanraat encyclopedia of American ethnic groups*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Abrahamson, P. & Wrigley, E. A. (Eds.). (1979). *Towns and societies: Essays in economic history and historical sociology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Adler, P. A., Adler, P. & Fontana, A. (1987). *Everyday life sociology*. In K. Plummer (Ed.), *Symbolic interactionism: Vol. 1. Foundations and history* (pp. 436-454). Brookfield, VT: Edward Elgar.
- Ager, M. H. (1980). *The professional stranger: An informal introduction to ethnography*. New York: Academic Press.
- Alba, R. (1985). *Italian Americans: Into the twilight of ethnicity*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Alba, R. (Ed.). (1989). *Ethnicity and race in the U.S.A.: Toward the twenty-first century*. New York: Routledge, Chapman Hall.
- Alba, R. (1990). *Ethnic identity: The transformation of white America*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Aldrich, R. (1990). *The French presence in the South Pacific, 1842-1940*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- Anderson, E. (1978). *A place on the corner*. Chicago: University of Chicago Press.
- Anderson, K. J. (1991). *Vancouver's Chinatown: Racial discourse in Canada, 1875-1980*. Montreal: McGill-Queen's University Press.
- Anderson, N. (1959). *The urban community: A world perspective*. New York: Henry Holt.
- Anderson, N. (1961). *The hobos: The sociology of the homeless man*. Chicago: University of Chicago Press. (Obras originais publicadas em 1923)
- Anderson, T. L. (Ed.). (1992). *Property rights and Indian economics*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Arsenault, R. (1988). *St. Petersburg and the Florida dream, 1888-1980*. Norfolk, VA: Donning.
- Ashmore, M. (1989). *The reflexive thesis: Writing sociology of scientific knowledge*. Chicago: University of Chicago Press.
- Akenson, P. (1990). *The ethnographic imagination: Textual constructions of reality*. London: Routledge.
- Bailey, B. L. (1988). *From front porch to back seat: Courtship in twentieth century America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Baker, J. R. (1974). *Race*. New York: Oxford University Press.
- Ball, D. W. (1968). Toward a sociology of telephones and telephones. In M. Tuzi (Ed.), *Sociology and everyday life* (pp. 59-75). Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Barkan, E. (1992). *The tent of scientific racism: Changing concepts of race in Britain and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barrera, M. (1979). *Race and class in the Southwest: A theory of racial inequality*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- Barrera, M. (1988). *Beyond Aztlan: Ethnic autonomy in comparative perspective*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- Baudrillard, J. (1981). *For a critique of the political economy of the sign* (Tradução de C. Levin). St. Louis, MO: Telos.
- Baudrillard, J. (1983). *In the shadow of the silent majorities: Or the end of the social and other essays* (Tradução de P. Foss, J. Johnston & P. Patton). New York: Semiotexte.
- Baudrillard, J. (1988a). *America* (Tradução de C. Turner). London: Verso.
- Baudrillard, J. (1988b). *The ecstasy of communication* (Edição de S. Lottner). Tradução de B. Schutze & C. Schutze). New York: Semiotexte).
- Becker, H. (1962). *Through values to social interpretation: Essays on social contexts, actions types, and prospects*. New York: Greenwood. (Obras originais publicadas em 1950)
- Becker, H. (1974). *Systematic Sociology: On the basis of the Beziehungsgeschehen and Begleitliche von Wiese*. New York: Arno. (Obras originais publicadas em 1932)
- Bender, T. (1978). *Community and social change in America*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Bendix, R., & Berger, B. (1959). Images of society and problems of concept formation in sociology. In L. Gross (Ed.), *Symposium on sociological theory* (pp. 92-118). Evanston, IL: Row, Peterson.
- Bensman, J., & Vidich, A. J. (1987). *American society: The welfare state and beyond* (2ª edição). Amherst, MA: Bergin & Garvey.
- Berio, J. C. (Ed.). (1992). *The early years of Native American art history: The politics of scholarship and collecting*. Seattle: University of Washington Press.
- Berry, B. (1963). *Almost white*. New York: Macmillan.
- Berry, B., & Tschler, H. (1978). *Race and ethnic relations* (4ª edição). Boston: Houghton Mifflin.
- Beverly, J. (1992). The margin at the center: On *testimonio* (narrativa testemunhal). In S. Smith & J. Watson (Eds.), *Decolonizing the subject: The politics of gender in women's autobiography*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Bhabha, H. K. (Ed.). (1990a). *Nation and narration*. London: Routledge.
- Bhabha, H. K. (1990b). The other question: Differences, discrimination and the discourse of colonialism. In R. Ferguson, M. Gever, Trinh T. M., & C. West (Eds.), *Out there: Marginalization and contemporary cultures* (pp. 71-88). Cambridge: MIT Press.
- Bieder, R. E. (1989). *Science encounters the Indian, 1820-1880: The early years of American ethnology*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Bigman, D. E. (1987). *We ask only a fair trial: A history of the black community of Evansville, Indiana*. Bloomington: Indiana University Press.
- Blackman, F. M. (1976). *Spanish institutions of the Southwest: Glorietta, NM: Rio Grande* (Obras originais publicadas em 1891)

- Blackwell, J. E. (1991). *The black community: Diversity and unity* (3ª edição). New York: HarperCollins.
- Blake, C. N. (1990). *Belated community: The cultural criticism of Randolph Bourne*. Van Nostrand Books, Wadsworth, and Lewis Mumford Chapel Hill. University of North Carolina Press.
- Blassingame, J. W. (1979). *The slave community: Plantation life in the antebellum South* (Edição revisada). New York: Oxford University Press.
- Blauner, R. (1972). *Racial oppression in America*. New York: Harper & Row.
- Bloom, H. (1979). *The anxiety of influence: A theory of poetry*. London: Oxford University Press.
- Blumenthal, A. B. (1933). *A sociological study of a small town*. Dissertação de doutorado não-publicada, University of Chicago.
- Boek, K. E. (1948). *The comparative method*. Dissertação de doutorado não-publicada, University of California, Berkeley.
- Boek, K. E. (1932). Evolution and historical process. *American Anthropologist*, 54, 486-496.
- Boek, K. E. (1936). *The acceptance of histories: Toward a perspective for social science*. Berkeley: University of California Press.
- Boek, K. E. (1963). Evolution, function and change. *American Sociological Review*, 27, 229-237.
- Boek, K. E. (1966). The comparative method of anthropology. *Comparative Studies in Society and History*, 8, 269-280.
- Boek, K. E. (1974). Comparison of histories: The contribution of Henry Maine. *Comparative Studies in Society and History*, 16, 232-262.
- Boeke, J. H. (1946). *The evolution of the Netherlands Indies economy*. New York: Institute of Pacific Relations.
- Boeke, J. H. (1948). *The interests of the natives for East: Introduction to Oriental economics*. Leiden, Netherlands: Universitaire Pers Leiden.
- Bogardus, E. S. (1930). A race relations cycle. *American Journal of Sociology*, 35, 612-617.
- Bogardus, E. S. (1940). Current problems of Japanese Americans. *Sociology and Social Research*, 25, 53-66.
- Bogardus, E. S. (1970). *The Mexican in the United States*. New York: Arno/New York Times. (Obra original publicada em 1934)
- Bohman, J. (1991). *New philosophy of social science*. Cambridge: MIT Press.
- Borgmann, A. (1992). *Craving the postmodern divide*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bowden, H. W. (1981). *American Indians and Christian missions: Studies in cultural conflict*. Chicago: University of Chicago Press.
- Boxer, C. R. (1965). *Portuguese society in the tropics: The municipal councils of Goa, Malacca, Bahia, and Luanda*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Bothill, B. R. (1992). *Blacks and social justice* (Edição revisada). Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Bradford, P. V. & Blume, H. (1992). *On Bangor: The Pygmy the zoo*. New York: St. Martin's.
- Brookhiser, R. (1991). *The way of the WASP: How it was America, and how it can save it, so to speak*. New York: The Press.
- Brookhiser, R. (1993, March 1). The melting pot is still smelting. *Time*, p. 72.
- Brown, R. (1984). *The nature of social leas: Meticelli to Miami*. Cambridge: University Press.
- Brown, W. O. (1934). Culture contact and race conflict. In E. B. Reuter (Ed.), *Race and culture contact* (pp. 34-47). New York: McGraw-Hill.
- Burawoy, M., Burton, A., Ferguson, A. A., Fox, K. J., Gansson, J., Garret, N., Hust, L., Kurzman, C., Salinger, L., Schiffman, J., & Uj, S. (Eds.). (1992). *Ethnography unbound: Power and resistance in the modern metropolis*. Berkeley: University of California Press.
- Burgess, E. W. (1916). The social survey: A field for constructive service by departments of sociology. *American Journal of Sociology*, 21, 492-500.
- Burgess, E. W. & Bogue, D. J. (Eds.). (1967). *Contributions to urban sociology*. Chicago: University of Chicago Press.
- Burra, J. H. (Ed.). (1983). *Mexican-Americans in comparative perspective*. Washington, DC: Urban Institute.
- Burton, J. W. (1989). *Blacks and social change: Impact of the civil rights movement in southern communities*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Calloway, C. G. (Ed.). (1991). *Damned encounters: Indians and Europeans in northern New England*. Hanover, NH: University Press of New England.
- Campbell, W. D. (1992). *Providence Atlanta*. Longstreet.
- Caplow, T. Bahr, H. M., Chadwick, B. A., Hill, R., & Williams, M. H. (1982). *Middleton families: Fifty years of change and continuity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Caplow, T., Bahr, H. M., Chadwick, B. A., Hill, R., & Williams, M. H. (1983). *All faithful people: Change and continuity in Middletons' religion*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Carvan, R. S. (1965). *Suicide*. New York: Russell & Russell. (Obra original publicada em 1928)
- Chambers, C. A. (1971). *Paul U Kellogg and the survey: Voices for social welfare and social justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Chambers, I. (1990). *Border dialogues: Journeys into postmodernity*. London: Routledge.
- Chan, S. (1991). *Asian Americans: An interpretive history*. Boston: Twayne.
- Cherokee Nation v. Georgia, 30 U.S. (5 Pet.) 1 (1831).
- Christopher, R. C. (1998). *Crashing the gates: The de-WASping of America's power elite*. New York: Simon & Schuster.
- Clifford, J. (1986). On ethnographic self-fashioning: Conrad and Malinowski. In T. C. Heller, M. Sosna, & D. E. Welby (Eds.), *Reconstructing individualism: Anomomy, individuality, and the self in Western thought* (pp. 140-162). Stanford, CA: Stanford University Press.
- Clifford, J. (1990). On collecting art and culture. In R. Ferguson, M. Geric, Trinh T. M., & C. West (Eds.), *Our here: Marginalization and contemporary cultures* (pp. 1169). Cambridge: MIT Press.
- Clifford, J. & Marcus, G. E. (Eds.). (1986). *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press.
- Codrington, R. H. (1891). *The Melanesians*. Oxford: Clarendon.
- Codrington, R. H. (1974). Mana. In A. Monaghan (Ed.), *Frontiers of anthropology* (pp. 255-259). New York: G. P. Putnam's Sons. (Reimpresso a partir de *The Melanesians*. Oxford: Clarendon, 1891)
- Cohen, S. R. (1981). *Reconstructing industrial conflict and democracy: The Pittsburgh survey and the growth of social research in the United States*. Dissertação de doutorado não-publicada, Columbia University.
- Coleman, M. C. (1985). *Presbyterian missionary attitudes toward American Indians, 1837-1893*. Jackson: University Press of Mississippi.
- Comaroff, J. & Comaroff, J. (1992). *Ethnography and the historical imagination*. Boulder, CO: Westview.
- Conroy, D. R. (1980). *Henry Adams and the American experiment*. Boston: Little, Brown.
- Cornell, S. (1988). The transformation of tribe: Organization and self-concept in Native American ethnicities. *Ethnic and Racial Studies*, 11, 27-47.
- Cornwell, R. (1992). Interactive art: Touching the "body in the mind." *Discourse: Journal for Theoretical Studies in Media and Culture*, 14, 203-221.
- Corrillo, L. (1967). *The social background of the Indo-American school child: A study of the southern Italian family mores and their effect on the school situation in Italy and America* (Edição de F. Cordescol). Leiden, Netherlands: E. J. Brill.
- Cressy, D. R. (1953). *Other people's money: A study in the social psychology of embezzlement*. Glencoe, IL: Free Press.
- Culin, S. (1967). *Zuni pictures*. In E. C. Parsons (Ed.), *American Indian life* (pp. 175-179). Lincoln: University of Nebraska Press. (Obra original publicada em 1922)
- Cushing, F. H. (1974). *Zuni bruidings*. New York: Museum of the American Indian, Kew Foundation. (Obra original publicada em 1920)
- Cushing, F. H. (1979). *Zuni: Selected writings of Frank Hamilton Cushing*. F. H. (1979). *Zuni: Selected writings of Frank Hamilton Cushing*. Q. Green, Ed.). Lincoln: University of Nebraska Press.
- Cushing, F. H. (1988). *Zuni folk tales*. Tucson: University of Arizona Press. (Obra original publicada em 1901)
- Cushing, F. H. (1990). *Cushing at Zuni: The correspondence and journals of Frank Hamilton Cushing, 1878-1884* (Edição de J. Green). Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Dai, B. (1970). *Opium addiction in Chicago*. Montclair, NJ: Patterson Smith. (Obra original publicada em 1937)
- Date, E. E. (1984). *The Indians of the Southwest: A century of development under the United States*. Norman: University of Oklahoma Press. (Obra original publicada em 1949)
- Daneseau, H. K. (1961). Some implications of modern highways for community ecology. In G. A. Theodossien (Ed.), *Studies in human ecology* (pp. 175-187). Evanston, IL: Row, Peterson.
- Davis, A. K. (1980). *Thorstein Veblen's social theory*. New York: Arno.
- Davis, P. (1982). *Hamtown: A contemporary American ethnography*. New York: Simon & Schuster.
- Degerando, J.-M. (1969). *The observation of savage peoples* (Tradução de F. C. T. Moore). London: Routledge & Kegan Paul. (Obra original publicada em 1800)
- Denzin, N. K. (1989). *Interpretive interactionism*. Newbury Park, CA: Sage.
- Derrida, J. (1976). *Of grammatology* (Tradução de G. C. Spivak). Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Derrida, J. (1981). *Positions* (Tradução de A. Bass). Chicago: University of Chicago Press.
- Derrida, J. (1992). *The other heading: Reflections on today's Europe* (Tradução de P.-A. Brault & M. B. Naas). Bloomington: Indiana University Press.
- Diamond, S. (1965). The search for the primitive. In I. Goldston (Ed.), *Man's image in medicine and anthropology* (pp. 62-115). New York: International University Press.
- Diamond, S. (1972). Anthropology in question. In D. Hyman (Ed.), *Reinventing anthropology* (pp. 401-429). New York: Pantheon.
- Diamond, S. (1992). *Compromised campus: The collaboration of universities with the intelligence community, 1945-1955*. New York: Oxford University Press.
- Diggins, J. P. (1978). *The bard of songogy: Thorstein Veblen and modern social theory*. New York: Seabury.
- Diner, S. J. (1975). Department and discipline. *The Department of Sociology at the University of Chicago*, 1892-1970. *Minerva*, 13, 518-519, 538.
- Ditlik, A. (1987). Culturalism as hegemonic ideology and liberating practice. *Cultural Critique*, 6, 13-50.
- Dockstader, F. J. (1985). *The Kachina and the white man: The influences of white culture on the Hopi Kachina religion* (Edição revisada). Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Douglas, J. (1974). A brief history of sociologists of everyday life. In J. Douglas et al. (Eds.), *Introduction to the sociology of everyday life* (pp. 182-210). Boston: Allyn & Bacon.
- Drake, S. C., & Cayton, H. R. (1962). *Black metropolis: A study of Negro life in a northern city* (Edição revisada, Vols. 1-2). New York: Harper Trochbooks.
- Drinnon, R. (1987). *Keeper of concentration camps: Dillon S. Myer and American racism*. Berkeley: University of California Press.

- Du Bois, W. E. B. (1967). *The Philadelphia Negro: A social study*. New York: Benjamin Blom. (Obra original publicada em 1899)
- Duffy, J. (1959). *Portuguese Africa*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Duncan, O. D. (1957). Community size and the rural-urban continuum. In P. K. Hart & A. J. Reiss, Jr. (Eds.), *Cities and society: The revised reader in urban sociology* (pp. 35-45). Glencoe, IL: Free Press.
- Duneier, M. (1992). *Slim's table: Race, respectability, and masculinity*. Chicago: University of Chicago Press.
- Early, G. (Ed.). (1993). *Lure and loathing: Essays on race, identity, and the ambivalence of assimilation*. New York: Allen Lane/Penguin.
- Eggan, F. (1966). *The American Indian: Perspectives for the study of social change* (The Lewis Henry Morgan Lectures). Cambridge: Cambridge University Press.
- Elmer, M. C. (1914). *Social surveys of urban communities: Dis-sertação de doutorado não-publicada*, University of Chicago.
- Engels, F. (1884). *The origins of the family, private property and the state*. Moscow: Foreign Languages.
- Erbon, D. (1991). *Michel Foucault* (B. Wing, Trans.). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Erikson, E. G. (1980). *The territorial experience: Human ecology as symbolic interaction*. Austin: University of Texas Press.
- Espiritu, Y. L. (1992). *Asian American paranthropy: Bridging institutions and identities*. Philadelphia: Temple University Press.
- Ezraoni, A. (1959). The ghetto: A re-evaluation. *Social Forces*, 37, 255-262.
- Evans, A. S., & Lee, D. (1990). *Pearl City, Florida: A black community remembers*. Boca Raton: Florida Atlantic University Press.
- Fantas V. (1989). *Heidegger and Nazism* (Edição de J. Margolis & T. Rickmore; Tradução de P. Burrell & G. Riccio). Philadelphia: Temple University Press.
- Faris, R. E. L. (1970). *Chicago sociology, 1920-1932*. Chicago: University of Chicago Press.
- Faris, R. E. L., & Dunham, H. W. (1965). *Mental disorders in urban areas: An ecological study of schizophrenia and other psychoses*. Chicago: University of Chicago Press. (Obra original publicada em 1939)
- Fearin, J. R., Orum, A., & Sjoberg, G. (1991). The present crisis in U.S. sociology. In J. R. Fearin, A. M. Orum, & G. Sjoberg, *A case for the case study* (pp. 269-279). Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Featherstone, M., Hepworth, M., & Turner, B. S. (Eds.). (1991). *The body: Social process and cultural theory*. London: Sage.
- Fether, M. (Ed.). (1989). *Fragments for a history of the human body* (Vol. 1-3). Cambridge: MIT Press/Zone.
- Ferry, L., & Renaut, A. (1990). *Heidegger and modernity* (Tradução de F. Philip). Chicago: University of Chicago Press.
- Frey, W., Loomis, C. P., & Beegle, J. A. (1950). The fusion of urban and rural. In J. Labatut & W. J. Lane (Eds.), *Highways in our national life: A symposium* (pp. 154-163). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Fishman, R. (1977). *Urban utopias in the twentieth century: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, and Le Corbusier*. New York: Basic Books.
- Fiske, D. W., & Shweder, R. A. (Eds.). (1986). *Metaphors of social science: Pluralisms and subjectivities*. Chicago: University of Chicago Press.
- Fontana, A. (1974). Toward a complex universe: Existential sociology. In J. Douglas et al. (Eds.), *Introduction to the sociology of everyday life* (pp. 155-181). Boston: Allyn & Bacon.
- Forbes, J. D. (1973). *Azules del norte: The Chicanos of Alamo*. Greenwich, CT: Fawcett.
- Forbes, J. D. (1988). *Black Africans and Native Americans: Color, race and caste in the evolution of red-black peoples*. New York: Blackwell.
- Forrest, S. (1989). *The preservation of the village: New Mexican Hispanics and the New Deal*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Foucault, M. (1992). *Michel Foucault, filósofo* (Edição e tradução de T. Amstrong). New York: Routledge, Chapman & Hall.
- Fox, R. G. (Ed.). (1991). *Recapturing anthropology: Working in the present*. Santa Fe, NM: School of American Research Press.
- Frazier, E. F. (1925). Durham: Capital of the black middle class. In A. Locke (Ed.), *The new Negro* (pp. 333-340). New York: Albert & Charles Boni.
- Frazier, E. F. (1931). *The Negro family in Chicago*. Dissertação de doutorado não-publicada, University of Chicago.
- Frazier, E. F. (1937a). The impact of urban civilization upon Negro family life. *American Sociological Review*, 2, 609-618.
- Frazier, E. F. (1937b). Negro Harlem: An ecological study. *American Journal of Sociology*, 43, 72-88.
- Frazier, E. F. (1953). The theoretical structure of sociology and sociological research. *British Journal of Sociology*, 4, 292-311.
- Frazier, E. F. (1957a). *Black bourgeoisie: The rise of a new middle class in the United States*. Glencoe, IL: Free Press/Falcon's Wing.
- Frazier, E. F. (1957b). *The Negro in the United States* (Edição revisada). New York: Macmillan.
- Frazier, E. F. (1963). *The Negro church in America*. New York: Schocken.
- Frazier, E. F. (1966). *The Negro family in the United States* (Edição revisada). Chicago: University of Chicago Press.
- Frazier, E. F. (1967). *Negro youth at the crossroads: Their personal development in the middle states*. New York: Schocken. (Obra original publicada em 1940)
- Frazier, E. F. (1968). *E. Franklin Frazier on race relations: Selected papers* (G. F. Edwards, Ed.). Chicago: University of Chicago Press.
- Freedman, D. (1983). *Margaret Mead and Samoa: The making and unmaking of an anthropological myth*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Frisby, D. (1992). *Simulacra and since: Essays on Georg Simmel's social theory*. London: Routledge.
- Fuchs, L. H. (1990). *The American landscape: Race, ethnicity, and the civic culture*. Hanover, NH: University Press of New England.
- Fukuyama, F. (1992). *The end of history and the last man*. New York: Free Press.
- Furnivall, J. S. (1948). *Colonial policy and practice: A comparative study of Burma and Netherlands India*. New York: New York University Press.
- Galarza, E. (1964). *Merchants of labor: The Mexican braves story - an account of the managed migration of Mexican farm workers in California, 1942-1960*. San Jose, CA: Rosticuro-Gan.
- Galarza, E. (1970). *Spiders in the house and workers in the field*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- Galarza, E. (1977). *Farm workers and agribusiness in California, 1947-1960*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- Gamio, M. (1969). *Mexican immigration to the United States: A study of human migration and adjustment*. New York: Arno/ New York Times. (Obra original publicada em 1930)
- Gamio, M. (1971). *The life story of the Mexican immigrant: Autobiographic documents*. New York: Dover. (Obra original publicada em 1931)
- Gans, H. J. (1962). *The urban villagers: Group and class in the life of Italian-Americans*. New York: Free Press.
- Ganchoza, D. R. (1984). *From Sicily to Elizabeth Street: Housing and social change among Italian immigrants, 1880-1930*. Albany: State University of New York Press.
- Geertz, C. (1973). Thick description: Toward an interpretive theory of culture. In C. Geertz, *The interpretation of cultures: Selected essays* (pp. 3-32). New York: Basic Books.
- Gellner, E. (1979). Beyond truth and falsehood, or no method in my madness. In E. Gellner, *Spectacles and preferences: Essays in social theory* (pp. 182-198). Cambridge: Cambridge University Press.
- Georges, R. A., & Jones, M. O. (1980). *People studying people: The human element in fieldwork*. Berkeley: University of California Press.
- Geschwender, J. A. (1978). *Racial stratification in America*. Dubuque, IA: William C. Brown.
- Gilman, S. L. (1991). *Inscribing the other*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Ginsburg, C. (1991). *Escrituras: Deconstruindo as bruxas' sabedoria* (Tradução de R. Rosenthal). New York: Pantheon.
- Ginsburg, C. (1993). *The European (re)discovery of the shamans*. *London Review of Books*, 15, 2.
- Gist, N. P., & Halbert, L. A. (1947). *Urban society* (2nd ed.). New York: Thomas Y. Crowell.
- Glasser, N. (1954). Ethnic groups in America: From racial culture to ideology. In M. Berger, T. Able, & C. H. Page (Eds.), *Freedom and control in modern society* (pp. 158-173). New York: D. Van Nostrand.
- Glasson, P. (1980). *American identity and Americanization*. In S. Thernstrom (Ed.), *Harvard Encyclopedia of American ethnic groups* (pp. 31-58). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Glick, C. E. (1953). Social roles and social types in race relations. In W. A. Lind (Ed.), *Race relations in world perspective* (pp. 239-262). Honolulu: University of Hawaii Press.
- Goddard, P. E. (1976). *Indians of the Southwest*. Glorietta, NM: Rio Grande. (Obra original publicada em 1913)
- Goffman, E. (1949). *Some characteristics of response to dejected experience*. Unpublished master's thesis, University of Chicago.
- Goffman, E. (1959). *The presentation of self in everyday life*. Garden City, NY: Doubleday.
- Goffman, E. (1961). *Asylums: Essays on the social situation of mental patients and other inmates*. Garden City, NY: Doubleday.
- Goffman, E. (1971). *Relations in public: Microstudies of the public order*. New York: Basic Books.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. New York: Harper Colophon.
- Gonzalez, N. N. L. (1967). *The Spanish Americans of New Mexico: A heritage of pride*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Grant, M. (1992). *A social history of Greece and Rome*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Gray, J. (1970). The intellectual standing of different races and their respective opportunities for culture. In G. Spiller (Ed.), *Papers on inter-racial problems communicated to the First Universal Race Congress*. University of London, July 26-29, 1911 (pp. 79-85). New York: Citadel. (Obra original publicada em 1911)
- Greek, C. E. (1978). The social gospel movement and early American sociology, 1870/1915. *Graduate Faculty Journal of Sociology*, 3(1), 30-42.
- Greek, C. E. (1992). *The religious roots of American sociology*. New York: Garland.
- Gullick, J. M. (1956). *The story of early Kaula Lumpur*. Singapore: Donald Moore.
- Gurwitsch, A. (1966). The last work of Edmund Husserl. In A. Gurwitsch, *Studies in phenomenology and psychology*. Evanston, IL: Northwestern University Press.
- Gusfield, J. R. (1975). *Community: A critical response*. New York: Harper Colophon.
- Guierrez, R. A. (1991). *When Jesus came the corn mothers went away: Marriage, sexuality and power in New Mexico, 1500-1846*. Stanford, CA: Stanford University Press.

- Gwertzman, B., & Kaufman, M. T. (Eds.). (1992). *The decline and fall of the Soviet empire*. New York: New York Times.
- Habermas, J. (1983). Martin Heidegger: The great influence (1959). In J. Habermas, *Philosophical-political profiles* (Tradução de F. G. Lawrence, pp. 53-60). Cambridge: MIT Press.
- Hamacher, W., Hertz, N., & Keenan, T. (Eds.). (1989). *On Paul de Man's wartime journalism*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Hammerley, M. (1992). *What's wrong with ethnography? Methodological explorations*. London: Routledge.
- Hanke, L. (1965). *The Spanish struggle for justice in the conquests of America*. Boston: Little, Brown. (Otra original publicada em 1949)
- Hanke, L. (1970). *Aristotle and the American Indians: A study in race prejudice in the modern world*. Bloomington: Indiana University Press. (Otra original publicada em 1959)
- Hanke, L. (1974). *All mankind is one: A study of the disputation between Bartolome de Las Casas and Juan Gines de Sepulveda on the religious and intellectual capacity of the American Indians*. De Kalb: Northern Illinois University Press.
- Hannerz, U. (1980). *Exploring the city: Inquiries toward an urban anthropology*. New York: Columbia University Press.
- Hansen, M. L. (1952). The problem of the third generation immigrant. *Commentary*, 14, 492-500. (Otra original publicada em 1938)
- Hare, A. P., & Blumberg, H. H. (1988). *Dramaturgical analysis of social interaction*. New York: Praeger.
- Harré, R. (1980). *Social being: A theory for social psychology*. Toronto, NJ: Rowman & Littlefield.
- Harré, R. (1984). *Personal being: A theory for individual psychology*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Harland, E. S. (1969). *Primitive society: The beginnings of the family and the reckoning of descent*. New York: Harper & Row. (Otra original publicada em 1921)
- Hartmann, E. G. (1967). *The movement to Americanize the immigrant*. New York: AMS. (Otra original publicada em 1948)
- Havemann, L. (1929). *Ethnography*. Boston: Ginn.
- Hechter, M. (1975). *Internal colonialism: The Celtic fringe in British national development, 1536-1986*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Heizer, R. F., & Koobler, T. (Eds.). (1979). *Ishi the last Yahi: A documentary history*. Berkeley: University of California Press.
- Herberg, W. (1960). *Protestant-Catholic fear: An essay in American religious sociology*. Garden City, NY: Doubleday.
- Herskovits, M. (1958). *The myth of the Negro past*. Boston: Beacon. (Otra original publicada em 1941)
- Herskovits, M. (1966). *The new world Negro: Selected papers in Africanist studies* (F. S. Herskovits, Ed.). Bloomington: Indiana University Press.
- Hill-Lubbin, M. A. (1992). "Presence Africaine": A voice in the wilderness, a record of black kinship. In V. Y. Mimbembe (Ed.), *The surraptitious speech: Presence Africaine and the politics of otherness 1947-1987* (pp. 157-173). Chicago: University of Chicago Press.
- Hirschy, C. M., Jr. (1981). *Savages and scientists: The Smithsonian Institution and the development of American anthropology, 1872-1910*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press.
- Hodgen, M. T. (1936). *The doctrine of surmises: A chapter in the history of scientific method in the study of man*. London: Allerton.
- Hodgen, M. T. (1964). *Early anthropology in the sixteenth and seventeenth centuries*. Philadelphia: University of Pennsylvania.
- Hodgen, M. T. (1974). *Anthropology, history and cultural change*. Tucson: University of Arizona Press/Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research.
- Holden, A. C. (1970). *The settlement idea: A vision of social justice*. New York: Arno/New York Times. (Otra original publicada em 1922)
- Hollingshead, A. B. (1961). *Elmhurst's youth: The impact of social classes on adolescents*. New York: Science Editions. (Otra original publicada em 1949)
- Holmes, L. D. (1987). *Quest for the real Samoa: The Mealy Fremian controversy and beyond*. South Hadley, MA: Bergin & Garvey.
- Horowitz, J. L. (Ed.). (1967). *The rise and fall of Project Camelot: Studies in the relationship between social science and political politics*. Cambridge: MIT Press.
- Hosie, V. (1992). *The Third World as a philosophical problem*. *Social Research*, 59, 230-262.
- Hughes, E. C. (1928). *A study of a secular institution: The Chicago Real Estate Board*. Dissertação de doutorado não publicada. University of Chicago.
- Humphreys, S. C. (1978). *Anthropology and the Greeks*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Hune, S., et al. (Eds.). (1991). *Asian Americans: Comparative and global perspectives*. Pullman: Washington State University Press.
- Ignacio, L. E. (1976). *Asian Americans and Pacific Islanders (Is there such an ethnic group?)*. San Jose, CA: Pilipino Development Associates.
- Immigration Commission. (W. P. Dillingham, President). (1970). *Immigrants in industry* (25 partes). New York: Arno.
- Jackson, J. S. (Ed.). (1991). *Life in black America*. Newburg Park, CA: Sage.
- James, M. E. (Ed.). (1992). *The state of Native America: Gender, colonization and resistance*. Boston: South End.
- Jahali, R., & Lipset, S. M. (1992-1993). Racial and ethnic conflicts: A global perspective. *Political Science Quarterly*, 107(4), 585-606.
- Johnson, J. M. (1975). *Doing field research*. New York: Free Press.
- Jones, J. (1992). *Soldiers of light and love: Northern teachers and Georgia blacks, 1865-1873*. Athens: University of Georgia Press.
- Joynt, C. (1984). *Down by the riverside: A South Carolina slave community*. Urbana: University of Illinois Press.
- Kegan, W. E. (1992). *The people who discovered Columbus: The palatry of the Palatras Gamesville*. University Press of Florida.
- Keller, R. W., Jr. (1983). *American Protestantism and United States Indian policy, 1869-1882*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Kendry, R. J. R. (1944). Single or triple melting pot: Inter-marriage trends in New Haven, 1870-1940. *American Journal of Sociology*, 44, 331-339.
- Kees, C. F. (Ed.). (1982). *Ethnic change*. Seattle: University of Washington Press.
- Kelch, G. C. (1974). *The dynamics of race relations*. New York: McGraw-Hill.
- Kiro, H. D. E. (1991). *The Greeks*. London: Penguin.
- Kristo, P. (1984). *Immigrant socialists in the United States: The case of Finn and the Left*. Cranbury, NJ: Associates University Presses.
- Kristo, P. (Ed.). (1989). *The ethnic enigma: The salience of ethnicity for European origin groups*. Philadelphia: Balch Institute Press.
- Kristo, P. & Blau, D. (Eds.). (1990). *American immigrants and their generations: Studies and commentaries on the Hansen thesis after fifty years*. Urbana: University of Illinois Press.
- Kluckhohn, C. (1944). *Native witchcraft*. Boston: Beacon.
- Kluckhohn, C. (1961). *Anthropology and the classics: The Colver Lectures in Brown University, 1960*. Providence: Rhode Island University Press.
- Knoll, T. (1982). *Beaming Americans: Asian sojourners, immigrants and refugees in the western United States*. Portland, OR: Coast to Coast.
- Koivita, J. A., & Fontana, A. (Eds.). (1987). *The existential self in society*. Chicago: University of Chicago Press.
- Kramer, J. R. (1970). *The American minority community*. New York: Thomas Y. Crowell.
- Kramer, J. R., & Leventman, S. (1961). *Children of the guided ghetto: Conflict resolutions of three generations of American Jews*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Kruger, S. (1991). *Social science and the self: Personal essays on an art form*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Kroeber, T. (1962). *Ishi in two worlds: A biography of the last wild Indian in North America*. Berkeley: University of California Press.
- Kroeber, T. (1965). *Ishi: Last of his tribe*. New York: Bantam.
- Kundera, M. (1988). *The art of the novel* (L. Ascher, Trans.). New York: Grove.
- Kuper, A. (1988). *The invention of primitive society: Transformations of an illusion*. London: Routledge.
- Kuznets, H. (1968). *The civilizing process* (H. G. Zilkha, Trans.). In J. Keane (Ed.), *Civil society and the state: New European perspectives*. London: Verso.
- Landesco, J. (1968). *Organized crime in Chicago* (Part 3 of the Illinois Crime Survey, 1929). Chicago: University of Chicago Press.
- Lane, J. B., & Escobar, E. J. (Eds.). (1967). *Forging a community: The Latin experience in Northwest Indiana, 1919-1975*. Chicago: Carrials.
- Lee, R. H. (1960). *The Chinese in the United States of America*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- Lee, R. H. (1978). *The growth and decline of Chinese communities in the Rocky Mountain region*. New York: Arno.
- Lehman, D. (1992). Signs of the times: Deconstruction and the fall of Paul de Man. *Convention: Debates in Society Culture and Science*, 1(2), 23-38.
- Leighton, A. H. (1945). *The governing of men: General principles and recommendations based on experience at a Japanese relaxation camp*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Lemert, C. (1992). Subjectivity's limit: The unsolved riddle of the standpoint. *Sociological Theory*, 10, 63-72.
- Lerner, G. (Ed.). (1975). *August Comte and positivism: The essential writings*. New York: Harper Torchbooks.
- Leonard, K. I. (1992). *Making ethnic choices*. California: Punjabi Mexican Americans. Philadelphia: Temple University Press.
- Liebertson, S. (1961). A societal theory of race and ethnic relations. *American Sociological Review*, 26, 902-910.
- Liebertson, S. (1980). *A piece of the pie: Blacks and white immigrants since 1880*. Berkeley: University of California Press.
- Liebertson, S., & Waters, M. C. (1988). *From many strands: Ethnic and racial groups in contemporary America*. New York: Russell Sage Foundation.
- Liebow, E. (1967). *Tully's corner: A study of Negro street corner men*. Boston: Little, Brown.
- Lingeman, R. (1980). *Small town America: A narrative history, 1620-the present*. New York: G. P. Putnam's Sons.
- Lippy, C. H., Choquette, R., & Poole, S. (1992). *Christianity comes to the Americas, 1492-1776*. New York: Paragon.
- Lipset, S. M. (1950, May). Changing social status and prejudice: The race theories of a pioneering American sociologist. *Commentary*, 9, 475-479.
- Lipset, S. M. (1963). *The first new nation: The United States in historical and comparative perspective*. New York: Basic Books.
- Lipset, S. M. (1979). *The first new nation: The United States in historical and comparative perspective* (Edição revisada). New York: W. W. Norton.
- Lopata, H. Z. (1967). The function of voluntary associations in an ethnic community. "Polonia." In E. W. Burgess & D. J. Boogee (Eds.), *Contributions to urban sociology* (pp. 203-223). Chicago: University of Chicago Press.
- Lopreato, J. (1970). *Italian Americans*. New York: Random House.
- Lovejoy, A. O. (1960). *The great chain of being: A study of the history of an idea*. New York: Harper Torchbooks.
- Lugard, L. (1965). *The dual mandate in British tropical Africa*. Hamden, CT: Action/Slice String. (Otra original publicada em 1922)

- Luhmann, N. (1986). The individuality of the individual: Historical meanings and contemporary problems. In T. C. Heller, M. Sosa, & D. E. Welby (Eds.), *Reconstructing individualism: Autonomy, individuality, and the self in Western thought* (pp. 313-328). Stanford, CA: Stanford University Press.
- Lyman, S. M. (1961-1962). Overseas Chinese in America and Indonesia: A review article. *Pacific Affairs*, 34, 380-389.
- Lyman, S. M. (1963). Up from the "hatchet man." *Pacific Affairs*, 36, 160-171.
- Lyman, S. M. (1964). The spectrum of color. *Social Research*, 31, 364-373.
- Lyman, S. M. (1972). *The black American in sociological thought: A failure of perspective*. New York: G. P. Putnam's Sons.
- Lyman, S. M. (1974). Conflict and the web of group affiliation in San Francisco's Chinatown, 1850-1910. *Pacific Historical Review*, 43, 473-499.
- Lyman, S. M. (1975). Legitimacy and consensus in Lipset's America: From Washington to Wateregate. *Social Research*, 42, 729-759.
- Lyman, S. M. (1978). The acceptance, rejection, and reconstruction of histories. In R. H. Brown & S. M. Lyman (Eds.), *Structure, consciousness and history* (pp. 53105). New York: Cambridge University Press.
- Lyman, S. M. (1979). Stuart Culin and the debate over trans-Pacific migration. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 9, 91-115.
- Lyman, S. M. (1982a). Stewart Culin: The earliest American Chinatown studies and a hypothesis about pre-Columbian migration. *Annual Bulletin of the Research Institute for Social Science* (Ryukoku University, Kyoto, Japan), 12, 142-162.
- Lyman, S. M. (1982b). Two neglected pioneers of civilizational analysis: The cultural perspectives of R. Stewart Culin and Frank Hamilton Cushing. *Social Research*, 44, 690-729.
- Lyman, S. M. (1986). *Chinatown and Little Tokyo: Power, conflict and community among Chinese and Japanese immigrants in America*. Millwood, NJ: Associated Faculty.
- Lyman, S. M. (1990a). Asian American contacts before Columbus: Alternative understandings for civilization, acculturation, and ethnic minority status in America. In S. M. Lyman, *Civilization: Contents, discontents, meloncholics and other essays in social theory*. Fayetteville: University of Arkansas Press.
- Lyman, S. M. (1990b). *Civilization: Contents, discontents, meloncholics and other essays in social theory*. Fayetteville: University of Arkansas Press.
- Lyman, S. M. (1992a). The assimilation-pluralism debate: Toward a postmodern resolution of the American ethnocultural dilemma. *International Journal of Politics, Culture and Society*, 6, 181-210.
- Lyman, S. M. (1992b). *Militarism, imperialism and racial commodification: An analysis and interpretation of the early writings of Robert E. Park*. Fayetteville: University of Arkansas Press.
- Lyman, S. M., & Scott, M. B. (1967). Territoriality: A neglected sociological dimension. *Social Problems*, 15, 236-246.
- Lyman, S. M., & Scott, M. B. (1989). *A sociology of the diaspora* (2^a edição). Dix Hills, NY: General Hall.
- Lynn, R. S., & Lynn, H. M. (1937). *Middleton in transition: A study in cultural conflict*. New York: Harcourt, Brace & World.
- Lynn, R. S., & Lynn, H. M. (1956). *Middleton: A study in modern American culture*. New York: Harcourt, Brace (Obra original publicada em 1929).
- Lyon, L. (1987). *The community in urban society*. Chicago: Dorsey.
- Lyonard, J.-F. (1989). The sign of history. In A. Benjamin (Ed.), *The Lyonard reader* (pp. 393-411). Cambridge, MA: Blackwell.
- Lyonard, J.-F. (1990). *Heidegger and "the Jews"* (Tradução de A. Michel & M. Roberts). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Manganaro, M. (1990). Textual play, power, and cultural critique: An orientation to modernist anthropology. In M. Manganaro (Ed.), *Modern anthropology: From fieldwork to text* (pp. 3-47). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Mangiatra, L. (1988). *Contemporary American immigrants: Patterns of Filipino, Korean, and Chinese settlement in the United States*. New York: Praeger.
- Manning, P. K. (1987). *Semiotics and fieldwork*. Newbury Park, CA: Sage.
- Manning, P. K. (1991). Analytic induction. In K. Plummer (Ed.), *Symbolic interactionism: Vol. 2. Contemporary issues* (pp. 401-430). Brookfield, VT: Edward Elgar (Reimpresso a partir de *Qualitative Methods*, de R. Smith & P. K. Manning, Eds., 1982, Cambridge, MA: Ballinger).
- Marable, M. (1983). *How capitalism underdeveloped black America: Problems in race, political economy, and society*. Boston: South End.
- Marcus, G. E. (1986). Contemporary problems of ethnography in the modern world system. In J. Clifford & G. E. Marcus (Eds.), *Writing culture: The poetics and politics of ethnography* (pp. 165-193). Berkeley: University of California Press.
- Martin, C. (Ed.). (1987). *The American Indian and the problem of history*. New York: Oxford University Press.
- Marty, M. E. (1992). *Foreword* (Prefácio). In Barolome de Las Casas, *In defense of the Indians: The defense of the endangered Lord Don Fray Bartolome de Las Casas of the Order of Preachers, late Bishop of Chiapa, against the persecutions and slanders of the people of the New World discovered across the seas* (Edição & Tradução de C. M. S. Poole). De Kalb, Northern Illinois University Press. (Obra original publicada em 1552)
- Masuzoku, J. (1946). Race relations and Nisei problems. *Sociology and Social Research*, 30, 452-459.
- Maurier, R. (1949). *The sociology of colonies: An introduction to the study of race contact* (Edição & Tradução de E. O. Lottner). Vols. 1-2. London: Routledge & Kegan Paul.
- McCluer, F. L. (1928). *Living conditions among wage-earning families in the forty-one blocks in Chicago*. Dissertação de doutorado não-publicada, University of Chicago.
- McClymer, J. E. (1980). *War and welfare: Social engineering in America, 1890-1925*. Westport, CT: Greenwood.
- McGee, W. J. (1971). The Seri Indians of Bahía Kino and Sonora, Mexico (Seventeenth Annual Report of the Bureau of American Ethnology to the Secretary of the Smithsonian Institution (Décimo Sétimo Relatório Anual da Divisão de Etnologia Americana para o Secretário do Smithsonian Institution), 1895-1896, part 1). Gloriosa, NM: Rio Grande. (Obra original publicada em 1899)
- McKenney, T. L. & Hall, J. (1972). *The Indian Tribes of North America — with biographical sketches and anecdotes of the principal chiefs* (Vols. 1-3). Totowa, NJ: Rowman & Littlefield. (Obra original publicada em 1836)
- McKizate, R. D. (1968). *On human ecology: Selected writings* (A. H. Hawley, Ed.). Chicago: University of Chicago Press.
- McKinney, J. C., em colaboração com Loomis, C. P. (1957). The application of Gemeinschaft and Gesellschaft as related to other typology and Gesellschaft (Edição & Tradução de C. P. Loomis, pp. 12-29). East Lansing: Michigan State University Press.
- Mead, M. (1960a). *Coming of age in Samoa: A psychological study of primitive youth for Western civilization*. New York: Mentor. (Obra original publicada em 1928)
- Mead, M. (1960b). *Growing up in New Guinea: A comparative study of primitive education*. New York: Mentor. (Original work published 1930)
- Mead, M. (1960c). *Male and female: A study of the sexes in a changing world*. New York: Mentor. (Obra original publicada em 1949)
- Mead, M. (1960d). *Sex and temperament in three primitive societies*. New York: Mentor. (Obra original publicada em 1935)
- Mead, M. (1975). *New lines for old: Cultural transformation — Maori, 1928-1953*. New York: William Morrow. (Obra original publicada em 1956)
- Messenger, P. M. (Ed.). (1991). *The ethics of collecting cultural property: Whose culture? Whose property?* Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Miller, J. (1993). *The passion of Michel Foucault*. New York: Simon & Schuster.
- Miller, C. A., II, & O'Neil, E. A. (Eds.). (1985). *Chautauken and the Western Indians, 1820-1920*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Milson, K. (1991-1992). (En)countering imperialist nostalgia: The Indian rebuttal issue. *Discourse: Journal for Theoretical Studies in Media and Culture*, 14, 58-74.
- Miner, H. (1932). The folk-urban continuum. *American Sociological Review*, 17, 529-537.
- Mintlich, E. K. (1990). *Transforming knowledge*. Philadelphia: Temple University Press.
- Montagu, A. (Ed.). (1968). *The concept of the primitive*. New York: Free Press.
- Morgan, G. (Ed.). (1983). *Beyond method: Strategies for social research*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Morgan, L. H. (1964). *Ancient society* (L. White, Ed.). Cambridge, MA: Belknap.
- Moonhouse, G. (1988). *Imperial city*. New York: New York: Henry Holt.
- Murdock, G. P. (1965). *Social structure*. New York: Free Press. (Obra original publicada em 1949)
- Murdock, G. P. (1934). *Our primitive contemporaries*. New York: Macmillan. A museum is set to part with its Indian treasures. (1993, February 19). *New York Times*, p. A12.
- Neyer, D. S. (1971). *Unproven Americans: The Japanese Americans and the War Relocation Authority during World War II*. Tucson: University of Arizona Press.
- Nader, L. (1972). Up the anthropologist: Perspectives gained from studying up. In D. Hymes (Ed.), *Renewing anthropology* (pp. 284-311). New York: Pantheon.
- Nagason, M. (1962). History as a finite province of meaning. In H. Narsanson, *Literature, philosophy and the social sciences: Essays in existentialism and phenomenology* (pp. 172-178). The Hague: Martinus Nijhoff.
- Nell, H. S. (1970). *The Italians in Chicago, 1880-1930*. New York: Oxford University Press.
- Neske, G., & Kettering, E. (1990). *Martin Heidegger and National Socialism: Questions and answers* (Tradução de L. Harries & J. Neugroschel). New York: Paragon House.
- Nikolskous, D. D. (1990). Foucault's ethical quandary. *Teorias*, 23, 123-140.
- Nisbet, R. A. (1969). *Social change and history: Aspects of the Western theory of development*. New York: Oxford University Press.
- Nisbet, R. A. (1972). Ethnocentrism and the comparative method. In A. R. Desai (Ed.), *Essays on modernization of underdeveloped societies* (Vol. 1, pp. 95-114). New York: Humanities Press.
- Nisbet, R. A. (1977). *Sociology as an art form*. New York: Oxford University Press.
- Nisbet, R. A. (1986). *Developmentalism: A critical analysis*. In R. A. Nisbet, *The making of modern society* (pp. 33-69). New York: New York: University Press.
- Nomura, G. M., et al. (Eds.). (1989). *Frontiers of Asian American studies: Writing, research and commentary*. Pullman: Washington State University Press.
- Nordenskiöld, G. (1979). *The diff dwellers of the Mesa Verde* (Tradução de O. L. Morgan). Gloriosa, NM: Rio Grande. (Obra original publicada em 1893)
- Norris, C. (1990). Lost in the farmhouse: Baudillard and the politics of postmodernism. In R. Boyne & A. Rat-

- ians (Eds.), *Postmodernism and society* (pp. 119-153). New York: St. Martin's.
- Novak, M. (1972). *The rise of the unmeltable ethnics: Politics and culture in the seventies*. New York: Macmillan.
- Novak, M. (1980). Pluralism: A humanistic perspective. In S. Thernstrom (Ed.), *Harvard encyclopedia of American ethnic groups* (pp. 772-781). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Numbers, R. (1992). *The creatinists: The evolution of scientific creationism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Oakes, K. B. (1938). *Social theory in the early literature of sociology and experimentation in Africa*. Dissertação de doutorado não publicada, University of California, Berkeley.
- Officer, J. E. (1987). *Hispanic Arizona, 1536-1856*. Tucson: University of Arizona Press.
- Okimoto, G. Y. (1988). The idea of community and a "particular type of history." In G. Y. Okimoto et al. (Eds.), *Reflections on shattered promises: Promises and prospects for Asian American studies* (pp. 175-183). Pullman: Washington State University Press.
- Okimoto, G. Y. et al. (Eds.). (1988). *Reflections on shattered promises: Promises and prospects for Asian American studies*. Pullman: Washington State University Press.
- Oliver, S. (1970). The government of colonies and dependencies. In G. Spiller (Ed.), *Papers on inter-racial problems communicated to the First Universal Race Congress, University of London, July 26-29, 1971* (pp. 293-312). New York: Citadel. (Otra original publicada em 1911)
- Padilla, F. M. (1985). *Latino ethnic consciousness: The case of Mexican Americans and Puerto Ricans in Chicago*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- Paglia, C. (1991). Junk bonds and corporate raiders: A decade in the hour of the wolf. *Aron: A Journal of Humanities and the Classics* (third series), 1(2), 139-212.
- Park, R. E. (1952a). The collected papers of Robert Ezra Park. Vol. 2. *Human communities: The city and human ecology* (E. C. Hughes et al., Eds.). Glencoe, IL: Free Press.
- Park, R. E. (1952b). *Magic, mentality and city life*. In R. E. Park, The collected papers of Robert Ezra Park. Vol. 2. *Human communities: The city and human ecology* (E. C. Hughes et al., Eds.), pp. 102-117. Glencoe, IL: Free Press.
- Park, R. E. (1967). The city: Suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment. In R. E. Park, E. W. Burgess, & R. D. McKenzie (Eds.), *The city* (pp. 1-46). Chicago: University of Chicago Press. (Otra original publicada em 1925)
- Park, R. E. (1969). Human migration and the marginal man. In E. W. Burgess (Ed.), *Personality and the social group* (pp. 64-77). Freeport, NY: Books for Libraries Press. (Otra original publicada em 1929)
- Park, R. E. (1969b). Introduction. In R. Adams, *Inter-racial marriage in Hawaii: A study of mutually conditioned responses to acculturation and amalgamation* (pp. xiii-xiv). Montclair, NJ: Patterson Smith. (Otra original publicada em 1937)
- Park, R. E. (1971). The immigrant press and its control: The acculturation of immigrant groups into American society. Montclair, NJ: Patterson Smith. (Original work published 1922)
- Parsons, T. (1949). The structure of social action: A study on social theory with special reference to a group of recent European writers. Glencoe, IL: Free Press. (Original work published 1937)
- Parsons, T. (1966). Societies: Evolutionary and comparative perspectives. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Parsons, T. (1971). The system of modern societies. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Parsons, T. (1973). Some afterthoughts on Gemeinschaft and Gesellschaft. In W. J. Cahanman (Ed.), *Ferdinand Tönnies: A new evaluation* (pp. 140-150). Leiden, Netherlands: E. J. Brill.
- Patterson, O. (1982). Slavery and social death: A comparative study. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Patterson, O. (1991). Freedom. Vol. 1. Freedom in the making of Western culture. New York: Basic Books.
- Peacock, J. L. (1986). *The anthropological lens: Harsh lights soft focus*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pike, K. (1967). *Language in relation to a unified theory of the structure of human behaviour*. The Hague: Mouton.
- Pool, J. de S. (Ed.). (1981). *The social impact of the telephone*. Cambridge: MIT Press.
- Poster, M. (1987-1988). Foucault, the present and history. *Cultural Critique*, 8, 105121.
- Pratt, M. L. (1986). Fieldwork in common places. In J. Clifford & G. E. Marcus (Eds.), *Writing culture: The politics and poetics of ethnography*. Berkeley: University of California Press.
- Quandt, J. B. (1970). *From the small town to the great community: The social thought of the progressive intellectuals*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Rabinow, P. & Sullivan, W. M. (Eds.). (1979). *Interpretive social sciences: A reader*. Berkeley: University of California Press.
- Radin, P. (1927). *The story of the American Indian*. New York: Boni & Liveright.
- Radin, P. (1957a). *Primitive man as philosopher*. New York: Dover. (Original work published 1927)
- Radin, P. (1957b). *Primitive religion: Its nature and origin*. New York: Dover. (Original work published 1937)
- Radin, P. (1963). *The autobiography of a Winnebago Indian: Life, ways, acculturation, and the psyche cult*. New York: Dover. (Otra original publicada em 1920)

- Radin, P. (1966). *The method and theory of ethnology: An essay in criticism*. New York: Basic Books. (Otra original publicada em 1933)
- Radin, P. (1970). *The Indians of San Francisco: Their adjustment and acculturation*. San Francisco: R&E Research Associates. (Otra original publicada em 1935)
- Radin, P. (Ed.). (1971a). *The golden mountain: Chinese tales told in California, collected by Jon Lee*. Taipei: Caves. (Otra original publicada em 1936)
- Radin, P. (1971b). *The world of primitive man*. New York: Dover. (Otra original publicada em 1933)
- Duron. (Otra original publicada em 1933)
- Radin, P. (1973). *The Winnebago tribe*. Lincoln: University of Nebraska Press. (Otra original publicada em 1923)
- Radin, P. (1976). *The trickster: A study in American Indian mythology*. New York: Schocken. (Otra original publicada em 1956)
- Rae, J. B. (1965). *The American automobile: A brief history*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ratzel, F. (1988). *Sketches of urban and cultural life in North America* (Edição e tradução de S. A. Stehlin). New Brunswick, NJ: Rutgers University Press. (Otra original publicada em 1876)
- Redfield, J. (1991). Classics and anthropology. *Aron: A Journal of Humanities and the Classics* (third series), 1(2), 5-23.
- Redfield, R. (1928). *A plan for the study of Tepeztlan, Mexico*. Dissertação de doutorado não-publicada, University of Chicago.
- Redfield, R. (1930). *Tepeztlan A Mexican village: A study of folk life*. Chicago: University of Chicago Press.
- Redfield, R. (1941). *The folk culture of Tlaxcala*. Chicago: University of Chicago Press.
- Redfield, R. (1960). *The little community and peasant society and culture*. Chicago: University of Chicago Press.
- Redfield, R. (1962a). *The papers of Robert Redfield*. Vol. 1. M. P. Redfield (Ed.). *The papers of Robert Redfield*. Vol. 1. *Human nature and the study of society*. Chicago: University of Chicago Press.
- Redfield, R. (1962b). *A village that chose progress: Chan Kom original*. Chicago: University of Chicago Press. (Otra original publicada em 1950)
- Redfield, R. (1963). Talk with a stranger. In M. P. Redfield (Ed.), *The papers of Robert Redfield*. Vol. 2. *The social uses of social science* (pp. 270-284). Chicago: University of Chicago Press.
- Redfield, R. & Rojas, A. V. (1962). *Chan Kom: A Maya village*. Chicago: University of Chicago Press. (Otra original publicada em 1934)
- Redfield, R. & Singer, M. B. (1973). The cultural role of the cities: Orthogenetic and heterogenetic change. In G. Gernani (Ed.), *Modernization, urbanization, and the urban crisis* (pp. 61-71). Boston: Little, Brown.
- Reid, D. (Ed.). (1992). *Sex, death and God in L.A.* New York: Pantheon.
- Reuter, E. B. (1969). *The mulatto in the United States: Including a study of the role of mixed-blood races throughout the world*. New York: Negro Universities Press. (Otra original publicada em 1918)
- Rivers, W. H. R. (1974). The psychological factor. In A. Montagu (ed.), *Frontiers of anthropology* (pp. 391-409). New York: G. P. Putnam's Sons. (Reimpresso a partir de *Essays on the depopulation of Malakka*, de W. H. R. Rivers, Ed., 1922, Cambridge: Cambridge University Press)
- Rockmore, T. (1992). *On Heidegger's Nazism and philosophy*. Berkeley: University of California Press.
- Roper, M. W. (1935). *The city and the primary group*. Dissertação de doutorado não-publicada, University of Chicago.
- Rorty, R. (1982). *Consequences of pragmatism: Essays, 1972-1980*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Rorty, R. (1989). *Contingency, irony and solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rose, A. (Ed.). (1988). *Universal abandon? The politics of post-modernism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Rose, D. (1989). *Patterns of American culture: Ethnography and arrangement*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Rosenau, P. M. (1992). *Post-modernism and the social sciences: Insights, innovations, and intrusions*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Ross, R. H., & Bogardus, E. S. (1940). The third generation race relations cycle: A study in lesser-Nislet relationships. *Sociology and Social Research*, 24, 357-363.
- Rossi, P. (1987). *The dark abyss of time: The history of the earth and the history of nations from Hooke to Vico* (Tradução de L. G. Cochran). Chicago: University of Chicago Press.
- Rouse, J. (1992). *The Tainos: Rise and decline of the people who greeted Columbus*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Royce, P. (1982). *Ethnic identity: Strategies of diversity*. Bloomington: Indiana University Press.
- Rubel, A. J. (1971). *Across the tracks: Mexican Americans in a Texas city*. Austin: University of Texas Press.
- Sachs, W. (1947). *Black anger*. New York: Grove.
- Sadrin, A. (1992). *Max Weber's sociology of intellectuals*. New York: Oxford University Press.
- Salmond, A. (1991). *Two worlds: First meetings between Maori and Europeans, 1642-1772*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- Sanchez, G. S. (1967). *Forgotten people: A study of New Mexican Albuquerque*. Calvin Horn.
- Sanderson, S. K. (1930). *Social evolutionism: A critical history*. Cambridge, MA: Blackwell.
- Sando, J. S. (1992). *Pueblo nations: Eight centuries of Pueblo Indian history*. Santa Fe, NM: Clear Light.
- Sarason, G. (1975). *The methodology of anthropological comparison: An analysis of comparative methods in social and cultural anthropology*. Tucson: University of Arizona Press.
- Saxton, S. L. (1993). Sociologist as citizen-scholar: A symbolic interactionist alternative to normal sociology. In T. R. Vaughan, G. Sjöberg, & L. J. Reynolds (Eds.), *A critique of contemporary American sociology* (pp. 232-251). Dix Hills, NY: General Hall.

- Scharzman, L., & Strauss, A. L. (1973). *Field research: Strategies for a natural sociology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Schlesinger, E. F. (1967). Racial succession and changing property values in residential Chicago. In E. W. Burgess & D. J. Bogue (Eds.), *Contributions to urban sociology* (pp. 86-99). Chicago: University of Chicago Press.
- Schlesinger, A. M., Jr. (1991). *The dissimilation of America: Reflections on a multicultural society*. Knoxville, TN: Whittle.
- Schoelkopf, H. R. (1975). Personal memoirs of a residence of thirty years with the Indian tribes of the American Frontiers, with brief notices of passing events, facts and opinions. A.D. 1812 to A.D. 1842. New York: Arno. (Obra original publicada em 1851)
- Schrag, P. (1970). *The decline of the WASP*. New York: Simon & Schuster.
- Schrag, P. (1973). *The end of the American future*. New York: Simon & Schuster.
- Schwartz, F. (1977). *In the land of cane and cliff dwellers: Gibrata, NM: Rio Grande* (Obra original publicada em 1893)
- Shiels-Johnstone, M. (1990). *The roots of thinking*. Philadelphia: Temple University Press.
- Shiels-Johnstone, M. (Ed.). (1992). *Giving the body its due*. Albany: State University of New York Press.
- Shierman, T. E. (1986). *Los Tlaxcomenses: The Mexican community in Tucson, 1854-1941*. Tucson: University of Arizona Press.
- Shibutani, T., & Kwan, K. M. (1965). *Ethnic stratification: A comparative approach*. New York: Macmillan.
- Simmel, G. (1950). *The stranger*. In G. Simmel, *The sociology of Georg Simmel* (Edição e Tradução de K. H. Wolff; pp. 402-408). Glencoe, IL: Free Press.
- Simmel, G. (1986). *The conflict in modern culture and other essays* (Edição e Tradução de K. P. Eckhorn). New York: Teachers College Press.
- Siu, P. C. P. (1987). *The Chinese laundryman: A study of social isolation* (K. W. Tchen, Ed.). New York: New York University Press.
- Smith, A. D. (1989). *The ethnic origin of nations*. New York: Blackwell.
- Smith, C. W. (1979). *A critique of sociological reasoning: An essay in philosophical sociology*. Oxford: Blackwell.
- Smith, M. G. (1965). *The plural society in the British West Indies*. Berkeley: University of California.
- Smith, M. P. (1979). *The city and social theory*. New York: St. Martin's.
- Solzhitsyn, A. (1993, February 7). The relentless cult of novelty and how it wrecked the century. *New York Times Book Review*, p. 3.
- Sorkin, P. (1965). *Fads and fables in modern sociology and related sciences*. Chicago: Henry Regnery-Gateway.
- Spicer, E. A., Hansen, A. T., Luomala, K., & Opler, M. K. (1969). *Impounded people: Japanese-Americans in the relocation centers*. Tucson: University of Arizona Press.
- Spier, L. (1978). *Yuman tribes of the Gila River*. New York: Dover. (Obra original publicada em 1933)
- Spretnak, C. (1991). *States of grace: The recovery of meaning in the postmodern age*. New York: HarperCollins.
- Sartre, O. (1983). *Japanese pilgrimage*. New York: William Morrow.
- Stein, M. (1964). The eclipse of community: Some glances at the education of a sociologist. In A. J. Vidich, J. Bergman, & M. Stein (Eds.), *Reflections on community studies*. New York: John Wiley.
- Steinberg, S. (1981). *The ethnic myth: Race, ethnicity, and class in America*. New York: Atharum.
- Stocking, G. W., Jr. (Ed.). (1983). *Observers observed: Essays on ethnographic field work*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Stocking, G. W., Jr. (Ed.). (1984). *Functionalism historical: Essays on British social anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Stocking, G. W., Jr. (Ed.). (1985). *Objects and others: Essays on museums and material culture*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Stocking, G. W., Jr. (Ed.). (1986). *Midwestern Rivers: Benedict and others: Essays on culture and personality*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Stocking, G. W., Jr. (Ed.). (1988). *Bones, bodies, behavior: Essays on biological anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Stocking, G. W., Jr. (Ed.). (1989). *Romantic mothers: Essays on anthropological sensibility*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Stocking, G. W., Jr. (Ed.). (1991). *Colonial situations: Essays on the contextualization of ethnographic knowledge*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Stone, R. W. (1992). *The origin of the survey movement: Unpublished doctoral dissertation*. University of Chicago.
- Stonquist, E. V. (1961). *The marginal man: A study in personality and culture conflict*. New York: Russell & Russell. (Obra original publicada em 1937)
- Strathern, M. (1990). Out of context: The persuasive features of anthropology, with comments by I. C. Jarvie, Stephen A. Tyler and George E. Marcus. In M. Manganaro (Ed.), *Modern anthropology: From fieldwork to text* (pp. 80-130). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Street corner society* (revised Special Issue). (1992). *Journal of Contemporary Ethnography*, 21(1), 3-132.
- Sumner, W. G. (1940). *Folkways: A study of the sociological importance of usages, manners, customs, mores, and morals*. Boston: Ginn. (Obra original publicada em 1906)
- Sumner, W. G. (1969). Foreword (Prefácio). In I. E. Guitel, *Lynch-law: An investigation into the history of lynching in the United States* (p. vi). Monclair, NJ: Patterson Smith. (Obra original publicada em 1905)
- Suret-Canale, J. (1988a). The end of chieftancy in Guinea. In J. Suret-Canale, *Essays on African history: From the slave trade to neocolonialism* (Tradução de C. Hurst). Trenton, NJ: Africa World.
- Suret-Canale, J. (1988b). Guinea in the colonial system. In J. Suret-Canale, *Essays on African history: From the slave trade to neocolonialism* (Tradução de C. Hurst). Trenton, NJ: Africa World.
- Surles, G. D. (1972). *The social construction of communities*. Chicago: University of Chicago Press.
- Symposium on qualitative methods. (1993). *Contemporary Sociology*, 22, 1-15.
- Takaki, R. (1989). *Strangers from a different shore: A history of Asian Americans*. New York: Penguin.
- Taylor, C. (1989). *Sources of the self: The making of modern identity*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Taylor, P. S. (1970). *Mexican labor in the United States* (Vols. 1-2). New York: Arno/New York Times. (Obra original publicada em 1930)
- Taylor, P. S. (1983). *On the ground in the thirties*. Salt Lake City: Peregrine Smith.
- Tedlow, B. (1992). *The beautiful and the dangerous: Encounters with the Zuni Indians*. New York: Viking Press.
- Teggart, F. J. (1941). *The theory and processes of history*. Berkeley: University of California Press.
- Thernstrom, S. (Ed.). (1980). *Harvard encyclopedia of American ethnic groups*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Thomas, W. L., & Znaniecki, F. (1958). *The Polish peasant in Europe and America*. New York: Dover.
- Trasher, F. M. (1963). *The gang: A study of 1,313 gangs in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press. (Obra original publicada em 1927)
- Thuygides, R. (1972). *History of the Peloponnesian War* (Tradução de R. Warren). Harmondsworth: Penguin.
- Tilman, R. (1991). *Theorist Vebien and his critics, 1891-1963*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Tinder, G. (1980). *Community: Reflections on a fragile ideal*. Baton Rouge: Louisiana State University Press.
- Tobias, H. J. (1990). *A history of the Jews in New Mexico*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Todorov, T. (1984). *The conquest of America* (Tradução de R. Howard). New York: Harper & Row.
- Toland, J. D. (Ed.). (1993). *Ethnicity and the state*. New Brunswick, NJ: Transaction.
- Tonnes, F. (1957). *Community and society* (*Gemeinschaft und Gesellschaft*) (Edição e tradução de C. R. Loomis). East Lansing: Michigan State University Press. (Obra original publicada em 1887)
- Torgnyon, M. (1990). *Gene primitive: Savage intellects modern times*. Chicago: University of Chicago Press.
- Trinca, D. (1984). *The fallouts of Greenwich Village: The social structure and transformation of an ethnic community*. Staten Island, NY: Center for Migration Studies of New York.
- Trinh T. M. (1991). *When the moon was red: Representation, gender and cultural politics*. New York: Routledge.
- Trinkhouse, E., & Shipman, P. (1993). *The Moundbuilders: Changing the image of manhood*. New York: Alfred A. Knopf.

- Turner, V. (1992). African ritual and Western literature: Is a comparative symbology possible? In V. Turner, *Blazing the trail: Way marks in the exploration of symbol* (E. Turner, Ed., pp. 66-88). Tucson: University of Arizona Press.
- Van Maanen, J. (1988). *Tales of the field: On writing ethnography*. Chicago: University of Chicago Press.
- Vaughan, A. T. (1965). *New England frontier: Puritans and Indians, 1620-1675*. Boston: Little Brown.
- Vaughan, T. R. (1993). The crisis in contemporary American sociology: A critique of the discipline's dominant paradigm. In T. R. Vaughan, G. Sjoberg, & L. J. Reynolds (Eds.), *A critique of contemporary American sociology*. Dix Hills, NY: General Hall.
- Veblen, T. (1939). *The theory of the leisure class*. New York: Mentor. (Obra original publicada em 1899)
- Veblen, T. (1961a). *The blond race and the Aryan culture*. In T. Veblen, *The place of science in modern civilization and other essays*. New York: Russell & Russell. (Obra original publicada em 1919)
- Veblen, T. (1961b). *The mutation theory and the blond race*. In T. Veblen, *The place of science in modern civilization and other essays*. New York: Russell & Russell. (Obra original publicada em 1919)
- Veblen, T. (1965). *The higher learning in America: A memorandum on the conduct of universities by businessmen*. New York: Augustus M. Kelley. (Obra original publicada em 1918)
- Veblen, T. (1990). *The instinct of workmanship and the state of the industrial world*. New Brunswick, NJ: Transaction. (Obra original publicada em 1914)
- Vidich, A. J. (1952). *The political impact of colonial administration*. Dissertação de doutorado não-publicada. Harvard University, Boston.
- Vidich, A. J. (1955). Participant observation and the collection and interpretation of data. *American Journal of Sociology*, 60, 335-360.
- Vidich, A. J. (1966). Introduction. In P. Radin, *The method and theory of ethnology: An essay in criticism* (pp. vii-cxv). New York: Basic Books.
- Vidich, A. J. (1980). *The political impact of colonial administration*. New York: Arno.
- Vidich, A. J. (1986). *Anthropology and truth: Some old problems*. Trabalho apresentado no encontro anual da American Anthropological Society, Filadélfia.
- Vidich, A. J., & Barstman, J. (1968). *Small town in mass society: Class power and religion in a rural community* (2nd ed.). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Vidich, A. J., & Lyman, S. M. (1985). *American sociology: Worldly rejections of religion and their directions*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Vidich, A. J., Lyman, S. M., & Goldfarb, J. C. (1981). *Sociology and society: Disciplinary tensions and professional compromises*. *Social Research*, 48, 322-361.

- Vagil, J. D. (1980). *From Indians to Chicanos: The dynamics of Mexican American culture*. Prospect Heights, IL: Waveland.
- Von Gierke, O. (1990). *Community in historical perspective: A translation of selections from Das Deutsche Genossenschaftsrecht (the German law of fellowship)* (Edição de A. Black; Tradução de M. Fischer). Cambridge: Cambridge University Press. (Obra original publicada em 1868)
- Wallace, A. A. F. C. (1987). *St. Clair: A nineteenth-century coal town's experience with a disaster-prone industry*. New York: Alfred A. Knopf.
- Walzer, M. (1980). Pluralism: A political perspective. In S. Thernstrom (Ed.), *Harvard encyclopedia of American ethnic groups* (pp. 781-787). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ware, C. (1965). *Greenwich Village 1920-1930: A comment on American civilization in the post-war years*. New York: Harper Colophon. (Obra original publicada em 1935)
- Warren, R. L. (1963). *The community in America*. Chicago: Rand McNally.
- Warren, R. L. (1972). *The community in America* (2nd ed.). Chicago: Rand McNally.
- Waters, M. C. (1990). *Ethnic options: Choosing identities in America*. Berkeley: University of California Press.
- Wax, R. H. (1971). *Doing fieldwork: Warnings and advice*. Chicago: University of Chicago Press.
- Weber, A. F. (1967). *The growth of cities in the nineteenth century: A study in statistics*. Ithaca, NY: Cornell University Press. (Obra original publicada em 1899)
- Weber, D. J. (1992). *The Spanish frontier in North America*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Weinstein, D., & Weinstein, M. A. (1990). Dimensions of conflict: Georg Simmel on modern life. In M. Kaem, B. H. Phillips, & R. S. Cohen (Eds.), *Georg Simmel and contemporary sociology* (pp. 341-356). Dordrecht, Netherlands: Kluwer.
- Weinstein, D., & Weinstein, M. A. (1991). Simmel and the theory of postmodern society. In B. S. Turner (Ed.), *Theory of modernity and postmodernity* (pp. 75-87). London: Sage.
- West, C. (1992). Diverse new world. In P. Berman (Ed.), *Debating P.C.: The controversy over political correctness on college campuses* (pp. 326-332). New York: Dell.
- White, L. A. (1974). *The Acoma Indians: People of the sky city* (Forty-seventh Annual Report of the Bureau of American Ethnology to the Secretary of the Smithsonian Institution [Quadragesimo Sétimo Relatório Anual da Divisão de Etnologia Americana para o Secretário da Smithsonian Institution], 1929-1930). Glorietta, NM: Rio Grande. (Obra original publicada em 1933)
- Williams, R. A., Jr. (1990). *The American Indian in Western legal thought: The discourses of conquest*. New York: Oxford University Press.
- Williams, V. J., Jr. (1988). *From a caste to a minority: Changing attitudes of American sociologists toward Afro-Americans, 1896-1945*. Westport, CT: Greenwood.
- Willis, W. S., Jr. (1972). Skeletons in the anthropological closet. In D. Hymes (Ed.), *Reinventing anthropology* (pp. 121-152). New York: Pantheon.
- Wirth, L. (1938). Urbanism as a way of life. *American Journal of Sociology*, 44, 1-24.
- Wirth, L. (1945). The problem of minority groups. In R. Linon (Ed.), *The science of man in the world crisis* (pp. 347-372). New York: Columbia University Press.
- Wirth, L. (1956). *The ghetto*. Chicago: University of Chicago Press. (Obra original publicada em 1928)
- Wissler, C. (1923). *Man and culture*. New York: Thomas Crowell.
- Wissler, C. (1956). Foreword (Prefácio). In R. S. Lynd & H. M. Lynd, *Middletown: A study in modern American culture*. New York: Harcourt, Brace. (Obra original publicada em 1929)
- Wissler, C. (1966a). *Indians of the United States* (Edição revisada). Garden City, NY: Doubleday. (Obra original publicada em 1940)
- Wissler, C. (1966b). *Red man reservations*. New York: Collier. (Obra original publicada em 1938)
- Wood, M. M. (1969). *The stranger: A study in social relationships*. New York: AMS. (Obra original publicada em 1934)
- Woods, F. J. (1956). *Cultural values of American ethnic groups*. New York: Harper & Brothers.
- Woods, F. J. (1972). *Marginality and identity: A colored Creole family through ten generations*. Baton Rouge: Louisiana State University Press.
- Woods, R. A., & Kennedy, A. J. (1990). *The settlement horizon*. New Brunswick, NJ: Transaction. (Obra original publicada em 1972)
- Wu, C. C. (1926). *Chinese immigration in the Pacific area*. Dissertação de doutorado não-publicada, University of Chicago.
- Whyte, W. F. (1943a). *Street corner society: The social structure of an Italian slum*. Chicago: University of Chicago Press.
- Whyte, W. F. (1943b). A slum sex code. *American Journal of Sociology*, 49, 24-31.
- Whyte, W. F. (1955). *Street corner society: The social structure of an Italian slum* (2ª edição). Chicago: University of Chicago Press.
- Whyte, W. F. (1981). *Street corner society: The social structure of an Italian slum* (3ª edição). Chicago: University of Chicago Press.
- Zaner, R. M. (1981). *The context of self: A phenomenological inquiry using mediatia as a dir*. Athens: Ohio University Press.
- Zorbaugh, H. W. (1929). *The Gold Coast and the slum*. Chicago: University of Chicago Press.
- Zorbaugh, H. W. (1968). The dweller in furnished rooms: An urban type. In E. W. Burgess (Ed.), *The urban community: Selected papers from the Proceedings of the American Sociological Society, 1925* (pp. 98-105). Westport, CT: Greenwood.

3

Reconstruindo as relações entre as universidades e a sociedade por meio da pesquisa-ação*

Davydd J. Greenwood e Morten Levin

No centro dessa questão estão dois conjuntos de relações: as ligações entre a teoria e a prática nas ciências sociais e entre a universidade e a sociedade, particularmente no tocante às ciências sociais acadêmicas.¹ Para chegarmos até elas, defendemos a pesquisa-ação enquanto crítica das premissas da ciência social acadêmica convencional, como instrumento de mudança de algumas das estruturas internas das universidades e como forma de ampliar além dos limites da universidade, as relações entre os pesquisadores sociais acadêmicos e suas clientelas mais amplas. Na elaboração desses argumentos, discutimos uma série de premissas clássicas

do discurso acadêmico, entre elas a clareza das distinções bastante empregadas entre a pesquisa pura e a pesquisa aplicada e entre a pesquisa quantitativa e a qualitativa nas ciências sociais. Defendemos a ideia de que tais dicotomias não estão em sintonia entre si e que, apesar do valor desses distinções conceituais, elas são insuficientes enquanto conceitos norteadores da prática da pesquisa social.²

Em benefício da clareza, nossa crítica acadêmica é direta e intransigente; porém, temos consciência de que o mundo não é tão simples quanto sua imagem aqui apresentada. Alguns cientistas sociais de fato promovem uma integração eficaz entre a prática e a teo-

*Este capítulo é uma síntese e uma extensão dos argumentos desenvolvidos em três outros textos escritos: "Pesquisa-ação, ciência, e cooperação da pesquisa social" (Greenwood e Levin, 1998a), "A reconstrução das universidades: em busca de uma nova integração aos processos de desenvolvimento do conhecimento" (Greenwood e Levin, 1998c) e "Introdução à pesquisa-ação: pesquisa social para a mudança social" (Greenwood e Levin, 1998b).